



# Eletrobras

## Relatório Anual e de Sustentabilidade 2015





# Eletrobras

## Relatório Anual e de Sustentabilidade 2015



Foto selecionada no concurso de fotografias  
"Empregados Eletrobras nos Esportes Olímpicos"

Colaborador  
**Edson Gomes Moreira Filho,**  
da Eletrobras CGTEE  
(Foto: Edson Gomes Moreira Filho)

## Missão, Visão e Valores

GRI G4-56

### Missão

Atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável.

### Visão

Estar entre as três maiores empresas globais de energia limpa e entre as 10 maiores do mundo em energia elétrica, com rentabilidade comparável às melhores do setor e sendo reconhecida por todos os seus públicos de interesse.

### Valores

- Foco em resultados
- Ética e transparência
- Empreendedorismo e inovação
- Valorização e comprometimento das pessoas
- Sustentabilidade

# Destaques 2015

- **Plano Diretor de Negócios e Gestão – PDNG 2015-2019:** estabelece as metas e projetos para alcance dos objetivos estabelecidos no Planejamento Estratégico 2015-2030.
- **Investigação independente em curso e contratação da Comissão Independente de Gestão da Investigação:** contratado o escritório Hogan Lovells para verificar eventual existência de violação à Lei FCPA, à Lei brasileira 12.846/2013 e ao Código de Ética.
- **Homologação da indenização de Rede Básica do Sistema Existente (RBSE):** até 2015 já foram homologados pela Aneel o valor de R\$ 1.007 milhões relativos a RBSE das empresas Eletrobras Furnas e Eletrosul, sendo o total pleiteado por todas as subsidiárias R\$ 20.313 milhões.
- **Aprovação da venda da Celg-D:** por meio da 164ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE), os acionistas da Eletrobras aprovaram a alienação do controle acionário da Celg-D.
- **Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF):** subsidiárias de geração assinaram acordo para mitigar risco do GSF nos termos da Lei 13.203/2015 e Resolução Normativa Aneel 684/2015.
- **Desempenho operacional:** aumento da Receita Operacional Líquida consolidada em R\$ 32.589 milhões.
- **Destaque econômico-financeiro:** Ebitda ajustado de R\$ 2.853 milhões.
- **Regulamentação das condições para prorrogação das concessões de distribuição:** Decreto 8.461/2015 estabelece os critérios para prorrogação das concessões de distribuição por mais 30 anos.
- **Desverticalização da Eletrobras Amazonas Energia:** a 162ª AGE aprovou a segregação dos ativos de geração e transmissão da Amazonas Energia.

# Mensagem da liderança

GRI G4-1, G4-15

O ano de 2015 foi fortemente impactado por uma crise hídrica atípica, que já vinha assolando o país nos últimos anos, afetando sobremaneira a produção das hidrelétricas em todo o Brasil e tornando imperioso o acionamento das usinas térmicas de reserva, cujo combustível é mais caro e aumenta, portanto, a tarifa paga pelos consumidores.

Contudo, não só os cidadãos foram afetados por essa conjuntura desfavorável. As empresas geradoras de energia também sentiram os efeitos provocados pelas condições hidrológicas adversas, o que resultou na proposição de um importante acordo para o setor elétrico, mediante o qual as subsidiárias de geração da Eletrobras puderam fazer suas opções visando limitar a exposição financeira, dado o baixo nível dos reservatórios.

Paralelamente, algumas empresas Eletrobras foram citadas no âmbito da Operação Lava Jato, uma operação de investigação conduzida pela Polícia Federal e Ministério Público Federal. Em decorrência, a Eletrobras contratou o escritório de advocacia norte-americano Hogan Lovells, para avaliar a existência de irregularidades que violassem o *Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA) de 1977, a Lei Anticorrupção Brasileira e o Código de Ética das Empresas Eletrobras em empreendimentos nos quais as empresas Eletrobras participam corporativamente ou por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPEs). O prolongamento desse processo, ao longo do exercício, impediu o arquivamento tempestivo dos reportes financeiros referentes a 2014 (Formulário 20-F) junto à Bolsa de Valores de Nova York (NYSE). As investigações continuam e são acompanhadas por uma comissão externa, formada por pessoas com grande conhecimento jurídico e técnico. A Eletrobras continua firmemente comprometida com a transparência, sendo o avanço desses trabalhos um dos principais objetivos da companhia em 2016.

Toda essa conjuntura, associada a uma vultosa previsão para fazer face a um contencioso jurídico relativo aos empréstimos compulsórios contratados com os consumidores de energia elétrica na década de 1960, acarretou um prejuízo de R\$ 14,4 bilhões no exercício de 2015.

Apesar de um ano de dificuldades, a Eletrobras permaneceu na liderança no tocante à geração e à transmissão de energia elétrica nacional e, com isso, contribuiu para o progresso do país e para o bem-estar dos brasileiros.

As empresas Eletrobras e seus parceiros implementaram, em 2015, 2.975 MW de nova capacidade instalada, cerca de 43% do crescimento da expansão de geração do país, totalizando 1.603 MW mediante unidades hidrelétricas, eólicas e solares. De forma individual e por meio de SPEs, a empresa possui empreendimentos contratados em construção, a iniciar e em teste, que incorporarão 16.800 MW à matriz elétrica brasileira até 2019, em sua maioria

oriundos de fontes de energia limpa e renovável. Desse total, a Eletrobras é responsável por 10.500 MW, dos quais 2.300 MW são em empreendimentos corporativos, enquanto 8.200 MW correspondem à parcela proporcional da participação da empresa em SPEs.

Na transmissão, os empreendimentos com atuação da Eletrobras agregaram 1.126 km ao Sistema Interligado Nacional (SIN), sendo 503 km proporcionais à participação da companhia nos empreendimentos. As distribuidoras, por sua vez, obtiveram um acréscimo de 200.845 novos clientes.

No total de investimentos, com a implantação dos projetos e ações previstos no Plano Diretor de Negócios e Gestão 2015-2019, a Eletrobras realizou, em 2015, R\$ 10,4 bilhões, sendo R\$ 5,675 bilhões em geração, R\$ 3,414 bilhões em transmissão, R\$ 1,0 bilhão em distribuição, além de R\$ 301,33 milhões em pesquisa, infraestrutura e qualidade ambiental.

Os resultados operacionais da empresa, como disponibilidade de geração e, em linhas transmissão, índices de desligamento e robustez, consolidaram-se em patamares superiores aos de seus concorrentes no mercado de geração e transmissão.

A companhia mantém-se determinada a melhorar seu desempenho operacional, reduzindo seus custos, maximizando seus ganhos, ampliando a sinergia entre suas empresas, motivando seus colaboradores e respeitando o meio ambiente e os públicos impactados pelos seus empreendimentos.

Após sucessivos anos de prejuízos financeiros, estamos reconstruindo as bases sólidas da Eletrobras, para que possamos retornar a um cenário consistente de lucro e desenvolvimento sustentável. Em seus 54 anos de história, a Eletrobras sempre soube superar desafios e estar à altura da expectativa dos brasileiros, sendo, por isso, um motivo de orgulho para os milhares de colaboradores que trabalham diariamente para o seu crescimento e para o desenvolvimento do país. A companhia permanecerá na liderança do mercado brasileiro, reforçando seu compromisso com os princípios do Pacto Global, contribuindo para que sua matriz elétrica seja uma das mais limpas do mundo e buscando tornar-se uma referência mundial no setor de energia elétrica.

Boa leitura,

**José da Costa Carvalho Neto,**  
Presidente da Eletrobras,  
e

**Wagner Bittencourt de Oliveira,**  
Presidente do Conselho de  
Administração da Eletrobras.



Sobre o Relatório .....	13
Perfil corporativo .....	19
Estratégia de negócios .....	29
Governança corporativa e Gestão .....	41
Desempenho nos negócios <i>GRI G4-8</i> .....	65
Desempenho econômico-financeiro <i>GRI G4-9</i> .....	101
Desempenho social .....	113
Desempenho ambiental .....	151
Sumário de conteúdo da GRI G4 .....	167
Tabela IBASE .....	180
Relatório de asseguração .....	184
Informações corporativas .....	187

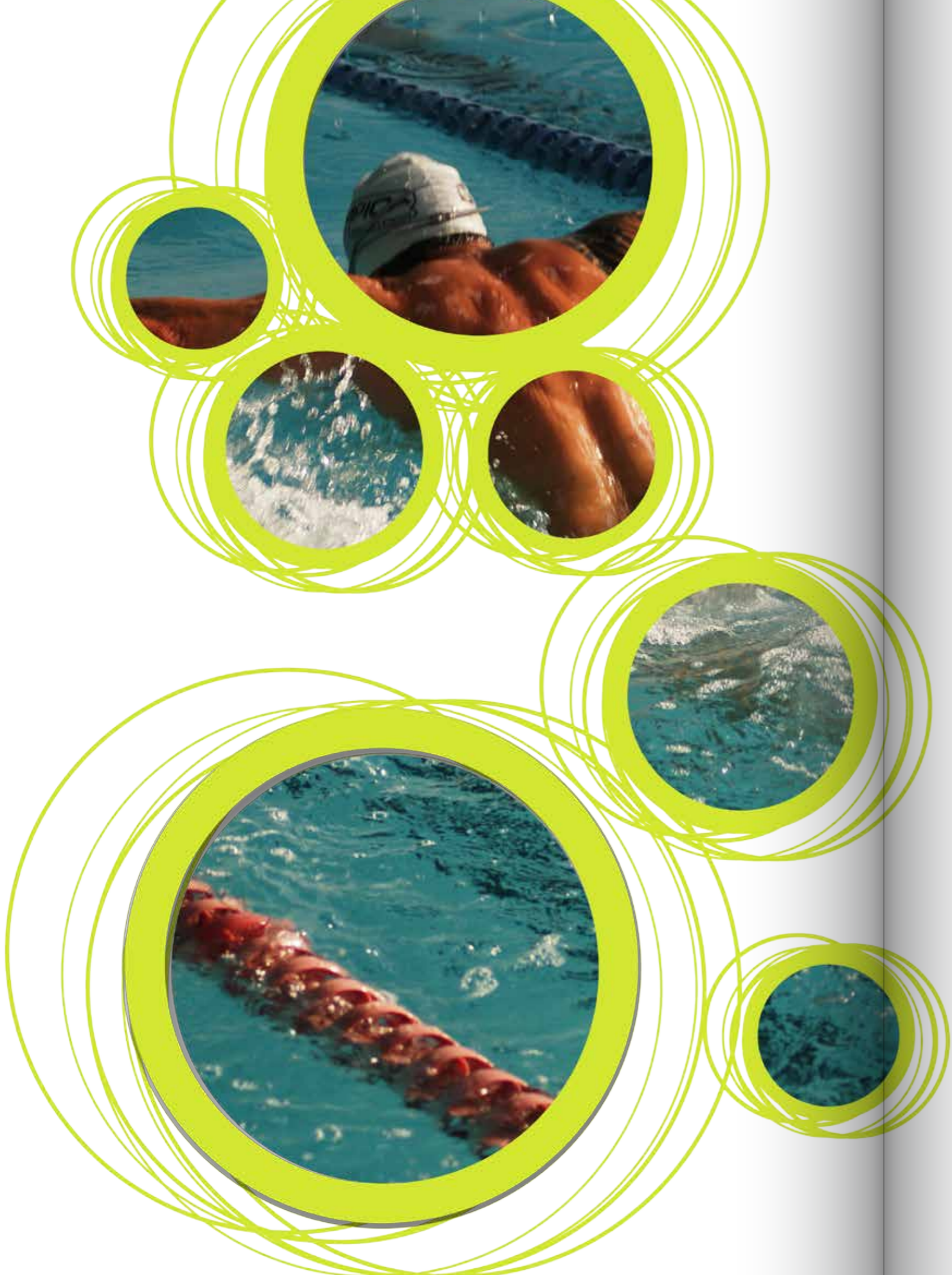


Foto selecionada no concurso de fotografias  
"Empregados Eletrobras nos Esportes Olímpicos"



Colaborador  
**Hamilton Carlos da Luz,**  
da Eletrobras Eletrosul  
(Foto: Lucas Lafraia)

GRI G4-17, G4-18, G4-28, G4-32, G4-48

Para manter o compromisso em ser uma companhia transparente, ética e sustentável, a Eletrobras publica, por mais um ano, o Relatório Anual e de Sustentabilidade de acordo com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) – pela primeira vez em sua mais nova versão G4, com os princípios do Pacto Global e com o modelo de balanço social do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase).

Neste relatório serão apresentados os princípios, a gestão e o desempenho entre 1o de janeiro e 31 de dezembro de 2015 nos aspectos econômicos, sociais e ambientais da empresa e de suas controladas, com exceção da Celg Distribuição (Celg-D) que, embora tenha sido adquirida em janeiro de 2015, esperava-se que os acionistas deliberassem pela sua privatização. Finalmente, o processo de alienação foi aprovado em dezembro de 2015 pelos acionistas da Eletrobras. Em razão dessa perspectiva, grande parte dos indicadores GRI não foram adequadamente monitorados e, portanto, não serão consolidados nesse relato.

A Eletrobras escolheu pela opção essencial de aplicação das diretrizes GRI. O relatório foi assegurado pela KPMG Brasil.

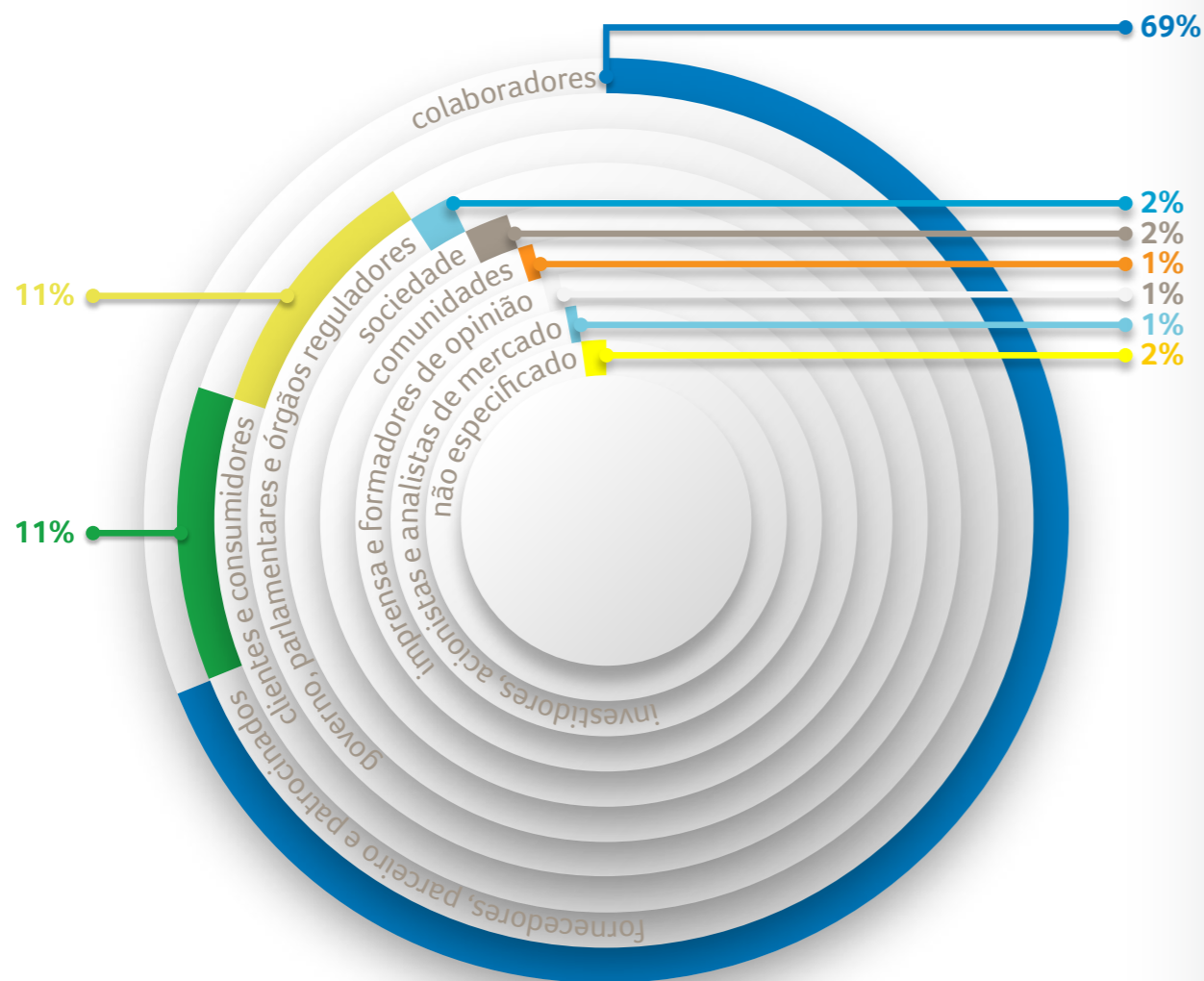
## Materialidade

Para a construção de uma publicação com informações consistentes e alinhadas às expectativas dos seus *stakeholders*, a Eletrobras avaliou as demandas recebidas por meio dos seus diferentes canais de comunicação e realizou uma consulta *online* com os seus públicos de relacionamento, identificados no planejamento estratégico. Essa pesquisa envolveu todas as empresas do grupo e teve como objetivo principal identificar quais os temas de maior interesse e que, conseqüentemente, deveriam ser detalhados neste relatório.

A pesquisa foi realizada entre 9 de novembro e 7 de dezembro de 2015, sendo disponibilizada em português, inglês e espanhol. Ao todo, 1.440 pessoas responderam ao questionário, distribuídas entre:

GRI G4-18, G4-21, G4-24





A consulta teve como base os 17 temas oriundos da pesquisa realizada em 2014. São eles:

- |                                |  |
|--------------------------------|--|
| 1º fornecimento de energia     | 10º satisfação das partes interessadas |
| 2º água                        | 11º comunidades                        |
| 3º corrupção e gestão da ética | 12º relações institucionais            |
| 4º resultados financeiros      | 13º fornecedores                       |
| 5º saúde e segurança           | 14º biodiversidade                     |
| 6º empregados e emprego        | 15º direitos humanos                   |
| 7º conformidade legal          | 16º inovação, diversificação e P&D     |
| 8º gestão de risco e crise     | 17º resíduos                           |
| 9º mudanças climáticas         |  |

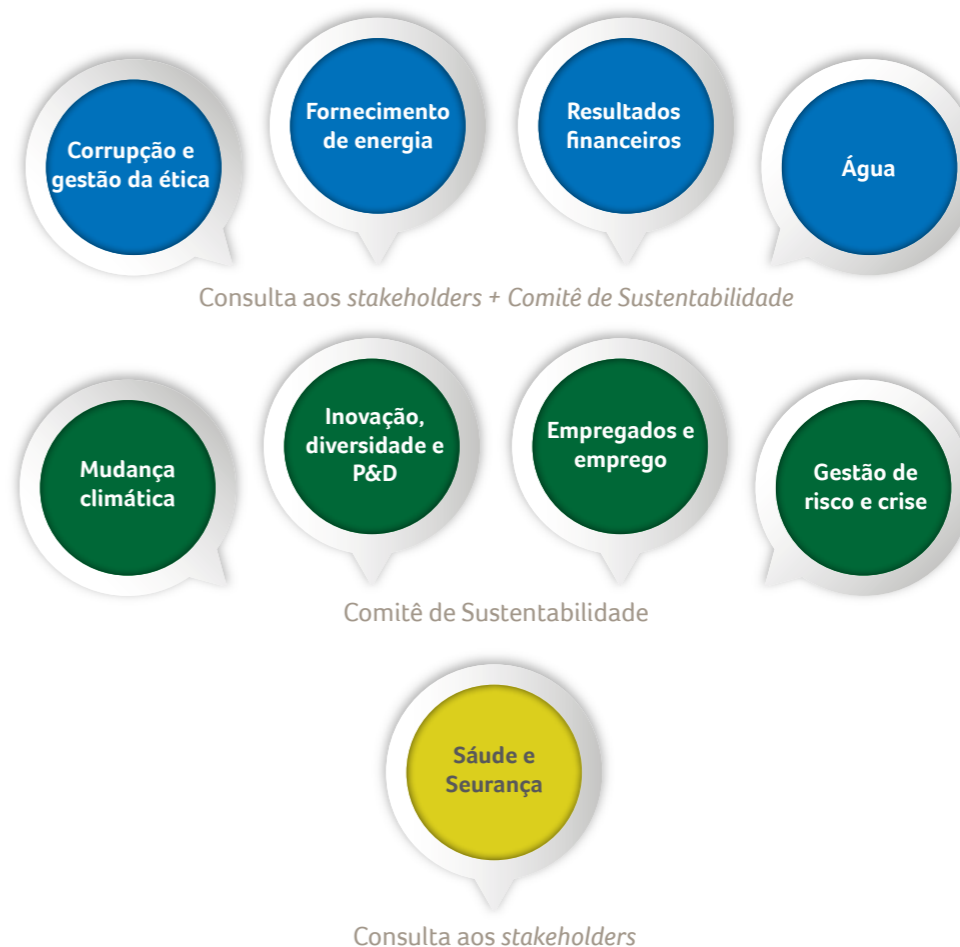
A pesquisa revelou cinco temas prioritários para os *stakeholders*: **corrupção e gestão da ética, fornecimento de energia, saúde e segurança, resultados financeiros e água.**

Na última etapa da consulta, os 17 temas citados anteriormente foram levados para o Comitê de Sustentabilidade das Empresas Eletrobras, que tem como uma de suas atribuições a coordenação da produção do Relatório Anual e de Sustentabilidade.

O Comitê elegeu oito temas materiais, dos quais quatro coincidiram com aspectos levantados na consulta aos *stakeholders*. No final do processo, foram eleitos nove temas materiais que serviram como principais direcionadores desse relatório:

GRI G4-19, G4-20, G4-21, G4-24, G4-25, G4-26, G4-27

### Temas materiais prioritários para a Eletrobra em 2015



É importante ressaltar que o processo de identificação, seleção e engajamento dos públicos de interesse das empresas Eletrobras usa como premissa o seu planejamento estratégico. Da mesma forma, considera o compromisso do grupo com o desenvolvimento sustentável, favorecendo o diálogo e o envolvimento de *stakeholders*, segundo diretrizes da Política de Comunicação e Engajamento com Públicos de Interesse das Empresas Eletrobras. Além da consulta citada anteriormente, a Eletrobras utiliza outros mecanismos para identificar a percepção dos grupos de *stakeholders* relevantes para sua operação, entre eles estão pesquisa de clima, canais de Ouvidoria, *site* da Eletrobras, pesquisa direta com fornecedores e investidores, além de canais interativos como Twitter e Facebook.

Os aspectos Corrupção e Gestão da Ética, Fornecimento de Energia, Resultados Financeiros, Água, Mudanças Climáticas, Inovação, Diversificação e P&D, Gestão de Risco e Crise, e Saúde e Segurança foram identificados materiais para dentro e fora da organização. O aspecto Empregados e Emprego foi identificado material somente para dentro da organização.



Perfil corporativo

Foto selecionada no concurso de fotografias “Empregados Eletrobras nos Esportes Olímpicos”



Colaboradora  
**Sabrina Tenenbaum,**  
da Eletrobras  
(Foto: Mariana Sousa dos Santos)

## A Eletrobras

GRI G4-4, G4-7

A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. é uma empresa de economia mista e capital aberto, controlada pelo governo brasileiro, que atua nas áreas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. Com ações negociadas nas Bolsas de Valores de São Paulo, Nova Iorque (EUA), e Madri (Espanha), e foco em rentabilidade, competitividade, integração e sustentabilidade, a companhia é composta por 18 empresas:

*Holding, CGTEE, Chesf, Eletronorte, Eletronuclear, Eletrosul, Furnas, Amazonas Energia, Amazonas Geração e Transmissão, Distribuição Acre, Distribuição Alagoas, Distribuição Piauí, Distribuição Rondônia, Distribuição Roraima, Celg Distribuição (Celg-D) e metade do capital de Itaipu Binacional. Além disso, a holding controla o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Eletrobras Cepel) e a Eletrobras Participações S.A. (Eletrobras Eletropar).*

Com 54 anos de história, a empresa está listada na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE Bovespa), que reúne as companhias com ações na Bolsa de Valores de São Paulo com as melhores práticas em cidadania empresarial e no índice Dow Jones Sustainability Emerging Market.

## Eletrobras em números

A capacidade instalada total de geração da Eletrobras, incluindo metade da potência de Itaipu pertencente ao governo brasileiro, é de 45.391 MW, mantendo-se assim como a maior empresa de geração de energia elétrica brasileira, com participação de 32% do total da capacidade instalada do país.

Do total da capacidade instalada da companhia, 73% são de empreendimentos de responsabilidade integral das empresas Eletrobras, 10% decorrentes da participação proporcional das empresas Eletrobras em empreendimentos realizados por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPEs) e 17% de empreendimentos em propriedade compartilhada, incluindo a metade da capacidade de Itaipu Binacional (7.000 MW) – que representa 15% do total – e também em participações em consórcios.

O parque gerador da Eletrobras é composto por 47 usinas hidrelétricas, 121 termoeletricas, duas termonucleares, 60 usinas eólicas e uma usina solar, considerando seus empreendimentos próprios e em parcerias, distribuídos por todo território nacional.



Foto: Hermínio Nunes

Usina Megawatt Solar, localizada na sede administrativa da Eletrobras Eletrosul, em Florianópolis (SC)

Em 31 de dezembro de 2015, a malha de linhas de transmissão das empresas Eletrobras atingiu um total aproximado de 68.085 km. Desse total, 5.238 km são de responsabilidade integral da companhia; 56.811 km são de responsabilidade integral sob regime de Operação e Manutenção (O&M); 6.036 km são correspondentes à proporção de suas participações acionárias em empreendimentos realizados pela empresas Eletrobras em parcerias com terceiros por meio de SPEs.

Considerando apenas a rede básica do Sistema Interligado Nacional (SIN), ou seja, as tensões de 750, ±600, 525/500, 345 e 230 kV, a companhia é responsável por 60.997 km de linhas de transmissão, o que representa cerca de 47,1% do total das linhas de transmissão do Brasil nas referidas tensões. De responsabilidade integral da companhia, nesta mesma data, havia 53 subestações com capacidade de transformação de 38.385 MVA, além de mais 230 subestações renovadas nos termos da Lei 12.783/2013, totalizando 228.723 MVA de capacidade de transformação.

As empresas de distribuição de energia elétrica da Eletrobras, incluindo a Celg-D, adquirida em 2015, mas consolidada contabilmente desde setembro de 2014, atuam em dois estados da Região Nordeste, quatro estados da Região Norte e no Estado de Goiás, beneficiando mais de 6,9 milhões de consumidores, o que equivale a cerca de 8,5% do total de clientes do território brasileiro. Em 31 de dezembro de 2015, estas empresas utilizavam uma rede de distribuição de energia de baixa, média e alta tensão, com 471.485 km de extensão e um total de 555 subestações, compreendendo 700 municípios.

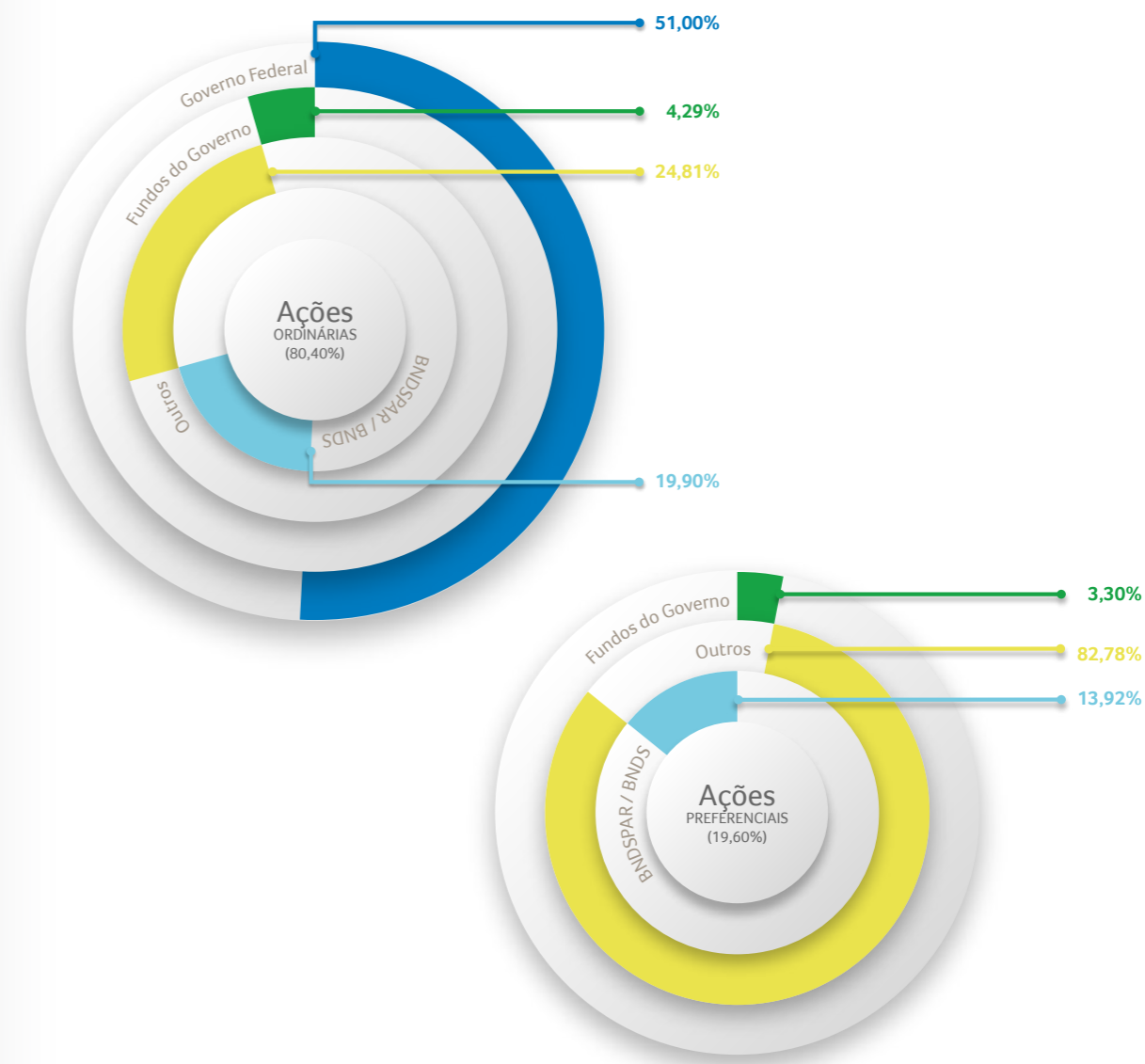
## Composição acionária

As ações da Eletrobras são negociadas em três mercados:

- Bolsa de Valores de São Paulo (ELET3 e ELET6), onde está listada no Nível 1 de Governança Corporativa.
- Bolsa de Madri (XELTO e XELTB), por meio do Programa Latibex.
- Bolsa de Nova Iorque (NYSE EBR e EBR-B), onde negocia American Depositary Receipts (ADR).

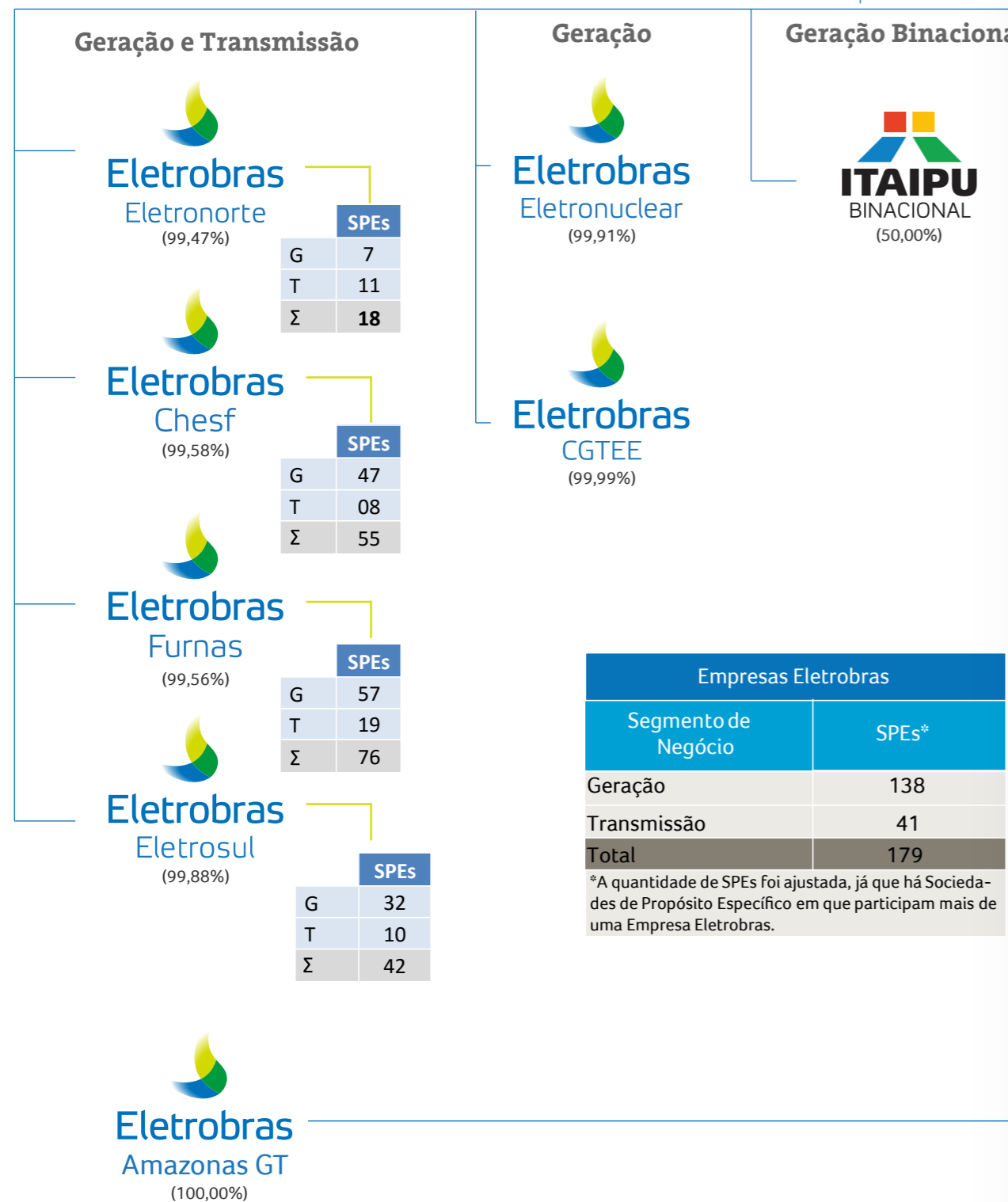
Em 31 de dezembro de 2015, a Eletrobras detinha 1.352.634.100 ações, sendo que 81% são de acionistas residentes no Brasil e 19% de não residentes, e o capital social totalizava R\$ 31,30 bilhões. Nesse período não foi registrada nenhuma mudança na estrutura do capital social da Eletrobras e, no fechamento do ano, o valor de mercado da empresa atingiu R\$ 8,9 bilhões.

Total de Ações (Ordinárias + Preferenciais)



# Empresas que compõem a Eletrobras

GRI G4-6



## Participação Acionária



## Prêmios e reconhecimentos

- **Dow Jones Sustainability Emerging Markets Index – Eletrobras:** listada pela quarta vez consecutiva no índice de sustentabilidade da Dow Jones voltado para as empresas de países emergentes (Dow Jones e RobecoSAM);
- **Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) – Eletrobras:** entre as empresas que integram a carteira de 2015 do índice de sustentabilidade da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa);
- **Empresas que Melhor se Comunicam com Jornalistas – Eletrobras:** premiada na categoria “Energia Elétrica”, pela Revista Negócios da Comunicação;
- **Época Negócios 360º - Eletrobras:** ocupa a 15ª posição entre as 500 maiores empresas do Brasil em receita líquida e o 62º lugar entre as 250 melhores empresas do país de acordo com seis dimensões da gestão (desempenho financeiro, governança corporativa, práticas de recursos humanos, capacidade de inovar, visão de futuro e responsabilidade socioambiental), em *ranking* da Revista Época Negócios e Fundação Dom Cabral;
- **Melhores e Maiores – Eletrobras:** terceira maior empresa em patrimônio líquido, pela Revista Exame;
- **The Sustainability Yearbook – Eletrobras:** listada entre as companhias mais sustentáveis do setor elétrico mundial, pela RobecoSAM;
- **Valor 1000 – Eletrobras:** maior empresa do setor elétrico brasileiro em receita líquida e terceira maior empresa do país em patrimônio líquido, pelo Jornal Valor Econômico, Serasa Experian e Fundação Getúlio Vargas;
- **Valor Grandes Grupos – Eletrobras:** ocupa o 4º lugar entre as 20 maiores empresas da área de serviços, sendo a maior em patrimônio líquido e a 12ª que mais cresceu por receita, e aparece na 22ª posição entre os 200 maiores grupos empresariais do país, pelo *ranking* do Jornal Valor Econômico;
- **Prêmio Nacional da Qualidade - Eletrobras Eletronorte:** premiada, por meio da Superintendência de Geração Hidráulica, com a menção *Magna Cum Laude*, concedida às organizações que mantiveram ou elevaram o nível de excelência da gestão em relação ao ciclo 2014, pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ);



Foto: Jorge Coelho (Eletrobras)

- **Prêmio Cier de Qualidade - Satisfação de Clientes - Eletrobras Distribuição Roraima:** menção honrosa pelo “Maior Desempenho no Índice de Qualidade e Satisfação de Clientes”, pela Comissão de Integração Energética Regional (Cier);
- **Prêmio Empresa Cidadã - Eletrobras Eletrosul:** vencedora na categoria “Participação Comunitária” pelo Programa Hortas Comunitárias, pela Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing de Santa Catarina (ADVB/SC);
- **Prêmio Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (Iasc) - Eletrobras Distribuição Alagoas e Eletrobras Distribuição Rondônia:** prêmio de maior crescimento 2014/2015 para a empresa de distribuição de Alagoas e de melhor distribuidora da região Norte para a de Rondônia, pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel);
- **Prêmio Socioambiental Chico Mendes - Eletrobras Distribuição Amazonas:** premiação recebida pelo Projeto Miniestação de Coleta, Tratamento e Reúso de Óleos Lubrificantes em Centrais Termelétricas do Interior do Amazonas, escolhido entre diversos projetos de empresas de todo o país, tendo obtido avaliação “muito bom” ou “bom” em todos os indicadores;
- **Prêmio Water for Life - Itaipu Binacional:** vencedora na categoria “Melhores Práticas em Gestão da Água” pelo programa Cultivando Água Boa, pela Organização das Nações Unidas (ONU);



Foto: Alexandre Marchetti

- **Certificação Life – Itaipu Binacional:** certificação dada após avaliação da eficiência do sistema de gestão ambiental da empresa e das ações para a conservação da biodiversidade;
- **Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça - 14 empresas Eletrobras:** reconhecimento pelo compromisso com a promoção da equidade de gênero e raça no ambiente de trabalho, pela Secretaria de Políticas para as Mulheres do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, em parceria com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, ONU Mulheres e Organização Internacional do Trabalho;
- **Troféu Transparência - Eletrobras Distribuição Amazonas:** reconhecimento pela qualidade e clareza das informações das demonstrações financeiras, pela Anefac, Fipecafi e Serasa Experian.
- **Troféu Transparência 2015 - Furnas e Eletrosul** receberam o Troféu Transparência 2015, na categoria “Empresas de capital fechado”, e a Eletronuclear recebeu o Certificado Empresa Cidadã, concedido pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro (CRC-RJ).



Estratégia de negócios

Foto selecionada no concurso de fotografias "Empregados Eletrobras nos Esportes Olímpicos"



Colaborador  
**Antonio Jose Setubal dos Santos,**  
da Eletrobras Eletronorte  
(Foto: Airton Vale)

Os desafios impostos pelo contexto atual do setor elétrico brasileiro fez com que a Eletrobras, ao longo do ano de 2015, focasse em uma redução ainda maior de seus custos em relação às suas receitas, na reestruturação de seus processos empresariais e na otimização dos esforços entre as empresas Eletrobras, tomando como base o Plano Estratégico das Empresas Eletrobras 2015-2030, que orienta a atuação das empresas através de cinco diretrizes estratégicas descritas a seguir:

O Plano de Negócios e Gestão 2015-2019 da Eletrobras prevê investimentos de R\$ 50,3 bilhões. Descontando valores referentes à manutenção, pesquisa e outros, a companhia tem a intenção de investir R\$ 35 bilhões em expansão em geração e transmissão no período. Em 2015, foram investidos R\$ 8,3 bilhões, ou seja, 23,7% do total previsto.

Diretriz	Descrição
Desempenho Econômico-Financeiro Superior	Aprimoramento da gestão técnica e econômico-financeira dos empreendimentos e a adequação da estrutura financeira ao novo modelo de gestão empresarial do Sistema Eletrobras.
Expansão Sustentável	Manutenção da liderança do Sistema Eletrobras no setor elétrico brasileiro e uma atuação mais expressiva no exterior, além do desenvolvimento de um portfólio de experimentos de modo a sustentar a sua competitividade.
Eficiência Operacional	Desenvolvimento de planos de revitalização e eficientização de ativos para atendimento aos parâmetros regulatórios e a adoção das melhores práticas.
Excelência em Pessoas e Cultura da Excelência	Aperfeiçoamento do modelo de Gestão de Pessoas no Sistema Eletrobras.
Readequação do Modelo de Negócios, Governança e Gestão	Mudanças no Sistema Eletrobras face ao novo contexto regulatório no setor elétrico brasileiro. Elas englobam temas como a revisão da lógica societária, o fortalecimento de estatutos, a adequação da estrutura organizacional da holding e das empresas Eletrobras, readequação de processos e sistemas e gestão sustentável dos recursos financeiros.

Este plano contempla 14 objetivos estratégicos a serem alcançados. Cada um deles está associado a uma das cinco diretrizes estratégicas apresentadas, conforme figura a seguir:

Desempenho Econômico-Financeiro Superior	Garantir o retorno adequado nos investimentos e atividades		Garantir a sustentabilidade financeira do Sistema Eletrobras			
Expansão Sustentável	Ampliar os negócios de GT de energia elétrica de forma competitiva e rentáveis	Expandir seletivamente a atuação internacional em GT, alinhada com os negócios da companhia	Intensificar a atuação integrada em PDI e mensurar sua contribuição para os resultados do Sistema Eletrobras	Eficiência operacional	Aprimorar os negócios de GT de energia elétrica de forma competitiva e rentável	Minimizar as amarras institucionais internas e externas para assegurar a atuação em condições competitivas
Excelência em Pessoas e Cultura da Excelência	Atrair, desenvolver e reter talentos para o Sistema Eletrobras			Adequar os processos de gestão de pessoas ao novo modelo de gestão empresarial e organizacional do Sistema Eletrobras		
Readequação do modelo de negócios Governança e Gestão	Implantar novo modelo de gestão empresarial e organizacional que garanta uma atuação integrada, rentável e competitiva	Aprimorar a governança corporativa, baseada nas melhores práticas do mercado	Aprimorar a gestão dos negócios, participações e parcerias	Garantir que os empreendimentos sejam vetores de desenvolvimento sustentável para suas áreas de entorno		Potencializar a reputação, a credibilidade e a confiança do Sistema Eletrobras perante os seus empregados, o mercado e a sociedade





Foto: Jorge Coelho (Eletrobras)

Alta administração da Eletrobras apresenta PDNG para os empregados

O Plano Diretor de Negócios e Gestão das Empresas Eletrobras (PDNG) para o quinquênio 2015-2019, aprovado pelo Conselho de Administração em 31 de julho de 2015, surge como o primeiro desdobramento do Plano Estratégico das Empresas Eletrobras 2015-2030, contemplando metas e projetos para o alcance destes objetivos estratégicos apresentados e mantendo o alinhamento com a identidade empresarial da Eletrobras – Missão, Visão 2030 e Valores.

Ele se apresenta como uma evolução do PDNG anterior, referente ao quinquênio 2014-2018, pois considera um cenário mais aderente ao contexto atual do setor elétrico, com a manutenção dos investimentos para os empreendimentos já contratados, o acréscimo de novos projetos respeitando a capacidade de investimento e o limite de endividamento de cada uma das empresas Eletrobras, além de medidas de ajustes para adequação de despesas. No que diz respeito às ações que integram o PDNG, foram destaques em 2015:

- A ampliação dos negócios de geração e transmissão de energia elétrica da Eletrobras. A empresa e seus parceiros implantaram 2.975 MW de capacidade instalada de geração, o que representa 42,84% do crescimento brasileiro no ano. E acrescentou aproximadamente 1126 km de linhas de transmissão (sendo 503 km proporcionais à sua participação), o que representa 16,4% da estimativa de expansão das linhas do país. Com este crescimento físico, o *market share* da Eletrobras alcançou 32% para capacidade instalada de geração e 47,1% do total de linhas de transmissão do Brasil que fazem parte da rede básica do país;
- A apresentação à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração da Eletrobras de proposta para um novo modelo de negócios, governança e gestão das empresas Eletrobras, contemplando uma readequação de suas estruturas societária e organizacional. No que diz respeito à reestruturação do negócio de distribuição de energia elétrica, foi aprovada, na 164ª AGE, de 28 de dezembro de 2015, a venda da participação acionária da Eletrobras na Celg-D (Centrais Elétricas de Goiás – Distribuição);
- Uma redução acumulada do Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros (PMSO) da ordem de 15,7%, no período compreendido entre o terceiro trimestre de 2014 e o terceiro trimestre de 2015. Uma boa parte desta redução foi obtida a partir da implantação de um Plano de Incentivo ao Desligamento (PID) nas empresas Eletrobras. Em 2015 foram desligados 276 empregados na Eletrobras Eletronuclear e, desde 2013, houve um total de 5.060 desligamentos de empregados nas Empresas Eletrobras pelo PID;

- A conclusão da entrega à Aneel, das avaliações realizadas pelas empresas Eletrobras para identificação dos complementos às indenizações referentes aos ativos cujas concessões foram renovadas de acordo com a lei 12.783/13. Os pleitos referentes a empreendimentos de geração foram entregues pela Eletrobras Chesf e Eletronorte e os pleitos referentes a empreendimentos de transmissão foram entregues pela Eletrobras Chesf, Furnas e Eletrosul. A Aneel reconheceu os pleitos da Eletrosul e de Furnas, nos valores de R\$ 1,007 bilhão e R\$ 9 bilhões, respectivamente. Os demais ainda estão em processo de avaliação por essa agência;
- A reestruturação do Comitê de Investimentos do Sistema Eletrobras (Cise), através da alteração dos seus participantes e refinamento de seus processos de trabalho, visando o fortalecimento da gestão de investimentos nos negócios de geração, transmissão e distribuição, subsidiando a tomada de decisão da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da Eletrobras;
- Instituição do Programa de Implantação do Padrão de ERP nas empresas Eletrobras (ProERP), visando padronizar seus sistemas de informação corporativos com objetivo de apoiar a implantação de um novo modelo de gestão empresarial que garanta uma atuação uniforme, integrada, rentável e competitiva ao Sistema Eletrobras, bem como contribua para o aprimoramento da governança corporativa, baseada nas melhores práticas de mercado;
- Aprovação de Manual de SPEs, que colaborará com o aprimoramento dos modelos de governança e gestão das empresas Eletrobras que possuem participação em SPEs, por meio da proposição de práticas que fortalecem o desenvolvimento de novos negócios e a gestão dessas participações.

## Monitoramento do desempenho empresarial

A Eletrobras realiza o monitoramento dos projetos estabelecidos no Plano Diretor de Negócios e Gestão da Eletrobras (PDNG), indicando o avanço das atividades definidas nos cronogramas e as pendências que sinalizam riscos para o sucesso desses projetos. Nesse contexto, estão incluídos todos os projetos em andamento, corporativos ou em parcerias por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPE), relacionados à expansão dos segmentos de geração, transmissão e distribuição.

Esse desempenho é acompanhado pelo Escritório de Gestão de Projetos Corporativo da Eletrobras (EGP Corporativo), que além de difundir a cultura do gerenciamento de projetos nas empresas Eletrobras e dar suporte a líderes de projetos na *holding*, elabora e encaminha relatórios mensais de monitoramento de desempenho à Diretoria Executiva da Eletrobras (DEE) e ao Conselho de Administração da Eletrobras (CAE).

Por meio do seu EGP Corporativo, a Eletrobras desenvolveu metodologia para aferição do atraso médio da carteira de projetos de suas empresas com o objetivo de acompanhar o desempenho da expansão e melhorias nos segmentos de geração, transmissão e distribuição. Por sua natureza e relevância, o atraso médio da carteira de projetos, com apuração mensal, e a Taxa Interna de Retorno (TIR), calculada periodicamente, dos projetos prioritários são monitorados e apresentados em relatórios mensais à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

Os Contratos de Metas de Desempenho Empresarial (CMDE), firmados pela Eletrobras e suas empresas controladas desde 2010, têm vigência

quinquenal e possibilidade de revisão anual, sendo um instrumento do processo de planejamento e gestão das empresas Eletrobras. Os indicadores e as metas anuais que compõem o painel do CMDE são definidos num processo de negociação entre as empresas e a *holding*, a partir de diretrizes estabelecidas pela DEE e pelo CAE, em conformidade com os resultados e objetivos estratégicos a serem alcançados.

O monitoramento dos resultados é realizado pela Eletrobras e suas empresas controladas, sendo publicado em relatórios mensais apreciados pelas Diretorias e Conselhos de Administração. Ao final de cada exercício é apurado, para cada empresa, o Índice Ponderado de Cumprimento de Metas (IPCM), que indica o grau de adimplência global às metas estabelecidas para o período.

Painel de Indicadores do CMDE

Dimensão Econômico-Financeira		Dimensão Operacional		
Holding*, Geração, Transmissão e Distribuição		Geração & Transmissão	Distribuição	
Lucro Líquido Patrimônio Líquido	Dívida Líquida EBITDA	Disponibilidade de Geração Relativa (DISP-GR)	Duração Falhas (DEC)	Frequência de Falhas (FEC)
EBITDA ROL	Investimento Realizado Investimento Aprovado	Parcela Variável Descontada em Transmissão (PV)	Perdas Totais	Tempo Médio de atendimento (TMAE)
PMSO ROL	Pontuação ISE Bovespa (Dimensão Econômica)	Disponibilidade de Linhas de Transmissão (DISP-LT)	Satisfação do Atendimento (IASC Aneel)	Inadimplência (INAD)
Dimensão Socioambiental				
Geração, Transmissão e Distribuição		Holding		
Satisfação dos Colaboradores	Pontuação ISE Bovespa (Dimensão Social)	Satisfação dos Colaboradores	Pontuação ISE Bovespa (Geral e Governança Corporativa)	
Pontuação ISE Bovespa (Dimensão Ambiental)	Pontuação ISE Bovespa (Mudanças Climáticas)	Pontuação Índice Dow Jones	Pontuação ISE Bovespa (Natureza do Produto)	

\* A Eletrobras holding, além dos seus próprios indicadores conta também com os seguintes indicadores consolidados das empresas Eletrobras: PMSO / ROL, Dívida Líquida / EBITDA e EBITD / ROL.

O Painel de Indicadores do CMDE (*Scorecards*) e seu processo de acompanhamento e gestão têm sido reconhecidos no Dow Jones Sustainability Indices (DJSI) como *benchmarking* mundial, desde 2013.

Em relação ao CMDE, ressalta-se que no ano de 2015 não foram contratadas metas de desempenho para as empresas Celg-D, cujo controle acionário foi adquirido em dezembro de 2014 e para Eletrobras Amazonas Geração e Transmissão de Energia, que passou a ser contabilizada individualmente em julho de 2015, a partir do processo de desverticalização da Eletrobras Amazonas Energia.

Espera-se em 2016, atualizar o CMDE para o período de 2016-2020, considerando o processo de elaboração do Plano Diretor de Negócios e Gestão para o período de 2016 a 2020 (PDNG 16-20), com um painel de indicadores mais abrangente do que o atual.

O Portal de Gestão Empresarial, disponibilizado em 2014 em fase de teste, passou a apresentar, a partir de 2015, de forma integrada e eletrônica, as informações corporativas relevantes para a alta administração. O conteúdo é um extrato das publicações mensais encaminhadas à DEE e ao CAE da *holding*. Outro canal de comunicação interno disponibilizado aos colaboradores é um espaço na intranet, onde são apresentadas informações sobre o desempenho da *holding* no âmbito do CMDE.

Além desses dois canais internos, existe ainda o Portal da Governança, espaço existente no *website* da Eletrobras, onde o Relatório Executivo do Desempenho da Eletrobras para o Conselho de Administração é disponibilizado para acesso restrito e controlado. O Relatório Executivo é uma publicação mensal destinada à alta administração da empresa e traz

informações relevantes sobre os negócios das empresas Eletrobras, abrangendo os seguintes temas:

- Notícias relevantes do setor elétrico;
- Situação regulatória;
- Situação energética;
- Desempenho operacional;
- Desempenho da expansão;
- Desempenho da manutenção;
- Dados dos investimentos;
- Resultado do CMDE;
- Dados de gestão de pessoas, sustentabilidade e programas setoriais.

## Desverticalização da Amazonas Energia

GRI G4-13

Em 2015, foi iniciado o processo de desverticalização da Amazonas Energia que, atualmente, ainda é titular de concessão para a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, nos termos do Contrato de Concessão nº 20/2001, celebrado em 21 de março de 2001, e geração de energia elétrica, nos termos do Contrato de Concessão nº 001/2010, celebrado em 22 de junho de 2010.

Entretanto, tendo em vista a interligação do Sistema Isolado da Região Norte, operado pela Amazonas Distribuidora, ao Sistema Interligado Nacional (SIN), a Amazonas Distribuidora passou a estar submetida às restrições previstas no parágrafo quinto do Artigo 4º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, segundo a qual as concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica do SIN não podem desenvolver atividades de geração ou transmissão de energia elétrica ou deter participações societárias, de forma direta ou indireta, em empresas que desenvolvam tais atividades.

Além disso, de acordo com o parágrafo sétimo do mesmo artigo 4º da Lei nº 9.074, as concessionárias ou autorizadas de geração também não podem ser coligadas ou controladoras de sociedades que desenvolvam atividades de distribuição de energia elétrica no SIN.

Dessa forma, visando segregar as atividades de geração e transmissão de energia elétrica que vêm sendo exercidas pela Amazonas Energia (Atividades GT) de sua atividade de distribuição de energia elétrica, em observância às exigências legais acima citadas, iniciou-se processo junto à Aneel para a implementação da desverticalização da Amazonas Energia por meio do destaque de parcela do seu acervo relacionada às atividades GT, a qual seria então vertida e registrada em nova sociedade, a Amazonas Geração e Transmissão S.A, o que foi autorizado por meio das Resoluções Autorizativas nº 4.244, de 16 de julho de 2013, e nº 4.836, de 16 de setembro de 2014.

Nesse contexto, em 22 de junho de 2015, na 162ª Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Eletrobras aprovaram o processo de desverticalização, conforme modelagem aprovada pela Aneel, o que está em andamento.

# Alienação do controle acionário da Celg Distribuição S.A (Celg-D)

No ano de 2015, a Companhia depositou as ações ordinárias representativas da participação acionária da Eletrobras no capital social da Celg-D no Fundo Nacional de Desestatização (FND), incluindo esta concessionária no Programa Nacional Desestatização (PND).

Na 164ª Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a prorrogação da concessão da Celg-D número Aneel 063/2000, por mais 30 (trinta) anos. Além disso, na mesma Assembleia, foi aprovada a alienação do controle acionário da Celg Distribuição S.A. (Celg-D) em leilão de desestatização a ser promovido pela BM&FBOVESPA, pelo preço mínimo e condições estabelecidas na Resolução 11/2015 do Conselho Nacional de Desestatização (CND).

Espera-se que o leilão de desestatização a ser promovido pela BM&FBOVESPA, cujo processo encontra-se sob coordenação do BNDES, ocorra até o primeiro semestre de 2016, o que poderá injetar em torno de R\$ 1,4 bilhão no caixa da Eletrobras, sendo que a companhia adquiriu, em 2014, a respectiva participação acionária na Celg-D por R\$ 59.532.810.

## Compromissos e metas

Metas e compromissos passados		
COMPROMISSO/META	DESEMPENHO	Justificativa
<b>NEGÓCIO</b>		
Implantar 3.180 km de linhas de transmissão e acrescentar 9.140 MVA de potência ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Desse total, 15% das linhas e 54% da potência serão de atuação própria das empresas Eletrobras e o restante por meio de parcerias em SPE.	Parcialmente atingida	Em 2015, a Eletrobras e seus parceiros agregaram ao Sistema Interligado Nacional 1.126 km de linhas de transmissão e 5.172 MVA de capacidade de transformação. Espera-se concluir a meta até o final de 2016.
Desenvolver carteira de projetos relacionados à venda de serviços de eficiência energética.	Em andamento	Em 2015 foi atualizado o Plano de Negócios em Eficiência Energética para o período 2015-2019 prevendo 10 SPEs, plano de negócios para o setor de varejo, prestação de serviço para a International Copper Association e Sociedade Brasileira de Metrologia.
Implantar carteira de projetos de geração contratados, equivalente a 22,6 GW	Parcialmente atingida	A Eletrobras e seus parceiros implantaram, em 2015, 2.975 MW de potência instalada, o que representou 42,8% do crescimento da matriz elétrica brasileira em 2015. De 2016 a dez/2019 a Eletrobras e parceiros irão incorporar 18,4 GW de capacidade instalada ao SIN. Espera-se concluir a meta até o final de 2019.

Implantar carteira de projetos de transmissão contratados, equivalente a 12.667 km de linhas de transmissão.	Parcialmente atingida	A Eletrobras e seus parceiros implantaram, em 2015, 1.126 km de linhas de transmissão, o que representou 30,0% do crescimento do Sistema Interligado Nacional (SIN). De 2016 a dez/2019 a Eletrobras e parceiros irão incorporar 12,1 mil km de linhas de transmissão ao SIN. Espera-se concluir a meta até o final de 2019.
Prospectar oportunidades de negócios de geração – novos negócios: gás, biomassa, solar.	Atingida	As empresas Eletrobras do segmento de geração desenvolveram, em 2015, um amplo estudo de prospecção para empreendimentos de diversas fontes para o período de 2015 a 2019. Essa prospecção ocorreu durante o desenvolvimento do Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG).
<b>ECONÔMICO</b>		
Investir R\$ 26 bilhões em empreendimentos de geração, a partir de fontes limpas*. (GRI G4-22)	Parcialmente atingida	A Eletrobras, em 2015, investiu, em empreendimentos próprios e em participações em SPE, R\$ 5,4 bilhões em geração de energia elétrica a partir de fontes limpas. Espera-se concluir a meta até o final de 2019.
Obter valor remanescente para indenizações em ativos de GT decorrentes da renovação das concessões aprovadas pela Lei 12.783/13.	Parcialmente atingida	As empresas Eletrobras submeteram à Aneel laudos de avaliação das referidas indenizações. Encontram-se homologadas pela Aneel o montante de R\$ 10 bilhões, sendo R\$ 1 bilhão referente à Eletrobras Eletrosul e R\$ 9 bilhões referentes à Eletrobras Furnas. Essas empresas aguardam a manifestação da agência reguladora quanto à forma de pagamento das indenizações homologadas. As empresas Eletrobras Chesf e Eletrobras Eletronorte apresentaram laudos de avaliação no valor de R\$ 5,6 bilhões e R\$ 2,9 bilhões, respectivamente, e aguardam o posicionamento da Aneel quanto ao reconhecimento desses valores. Todos esses valores são referenciados à data base de dezembro de 2012.
<b>SOCIAL</b>		
Implantar o plano de mobilidade inter e intra empresas Eletrobras.	Em andamento	Em 2015, foi aprovado o modelo com as diretrizes e premissas gerais, dentre elas, a definição do quadro quali-quantitativo de pessoal, que tem expectativa de ser finalizada em 2016. Desse modo, a conclusão da meta foi reconsiderada para maio de 2017.

Implantar modelo unificado de remuneração variável (Participação nos Lucros e Resultado) das empresas Eletrobras.	Atingida	Foi assinado Termo de Pactuação entre as empresas Eletrobras e as entidades sindicais representativas, para os anos de 2015 e 2016.
<b>AMBIENTAL</b>		
Desenvolver estudo para avaliar o impacto das mudanças climáticas nos negócios das empresas Eletrobras.	Em andamento	Em 2015, foi estabelecido um Grupo de Trabalho, composto pelas áreas de Gestão de Riscos, Planejamento Estratégico, Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Financeira. Foi preparada, pela área de meio ambiente, a Nota Técnica "Estado da Arte sobre Riscos, Vulnerabilidades e Possibilidades de Adaptação às Mudanças Climáticas da Geração de Energia Elétrica no Brasil", para subsidiar o trabalho. Espera-se concluir a meta até o final de 2016.
Reduzir progressivamente o uso de combustíveis fósseis em fontes móveis rodoviárias.	Em andamento	Em 2015 foi observada uma redução de 439.441 litros, perfazendo um percentual de 7,27%, tendo como linha de base o ano de 2012, que foi de 6.046.702 litros de combustíveis fósseis em fontes móveis rodoviárias. Espera-se concluir a meta até 2019.
Reduzir 6,6% de fontes móveis (Escopo 1) e de 3,6% de consumo de energia elétrica (Escopo 2).	Parcialmente atingida	O consumo de combustíveis fósseis nos veículos terrestres sofreu uma redução no período de 439.441 litros, menos 7,27% do que em 2012. As emissões de GEE desta parcela superaram a meta, atingindo um decréscimo de 7,79%. A meta relativa ao consumo de energia elétrica da rede pública também foi atingida com êxito, a redução do conjunto das empresas foi de 14.451.891 kWh, o que corresponde a 20,6 % a menos do que o consumido em 2012. Apesar do consumo de energia elétrica (escopo 2) ter diminuído no período 2012-2015, a meta por emissão de GEE equivalente não foi atingida. Isto se explica pelo maior despacho de usinas termelétricas no Sistema Interligado Nacional (SIN) neste período para compensar a menor geração de energia pelas usinas hidrelétricas no país, causada pela forte estiagem, o que veio a aumentar consideravelmente o fator de emissão de CO <sub>2</sub> do SIN e, conseqüentemente, no cálculo desta parcela.

\* No relatório de 2014 a meta foi reportada equivocadamente como "energia elétrica renovável". O correto é de fontes limpas, uma vez que a geração da Eletronuclear é limpa, porém, não renovável.  
(GRI G4-22)



Foto selecionada no concurso de fotografias  
 “Empregados Eletrobras nos Esportes Olímpicos”

Colaborador  
**Galvani Cavalcante**,  
 da Eletrobras Furnas  
 (Foto: Christian Dinesen)

## Princípios

GRI G4-43

A implementação das melhores práticas de governança corporativa representa o desafio contínuo da Eletrobras em reforçar a credibilidade perante os acionistas e investidores, mostrando a confiabilidade dos controles internos, a transparência da gestão, a importância do *compliance* e a atenção com os interesses dos *stakeholders*.

Para superar estes desafios, a Eletrobras norteia seu modelo de governança corporativa baseado em cinco princípios:

- Ética;
- Transparência;
- Equidade;
- Prestação de contas; e
- Responsabilidade empresarial.

Esses princípios refletem não só a preocupação com o atendimento aos requisitos de sustentabilidade necessários para a atuação da empresa, como também a busca constante das melhores práticas no relacionamento com os públicos de interesse.

A Eletrobras desenvolve e atualiza continuamente instrumentos para o fortalecimento da governança corporativa, os quais estão disponíveis em seu [site \(Eletrobras>Governança Corporativa\)](#).

Ademais, a Eletrobras identifica, anualmente, as necessidades de treinamento dos seus agentes de governança corporativa e implementa ações com foco na sua capacitação, envolvendo-os nos temas de sustentabilidade e perenidade. Em 2015, foi realizado o Encontro dos Conselheiros com o objetivo de promover o aprimoramento dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

## Estrutura de governança

GRI G4-34, G4-35

### Políticas

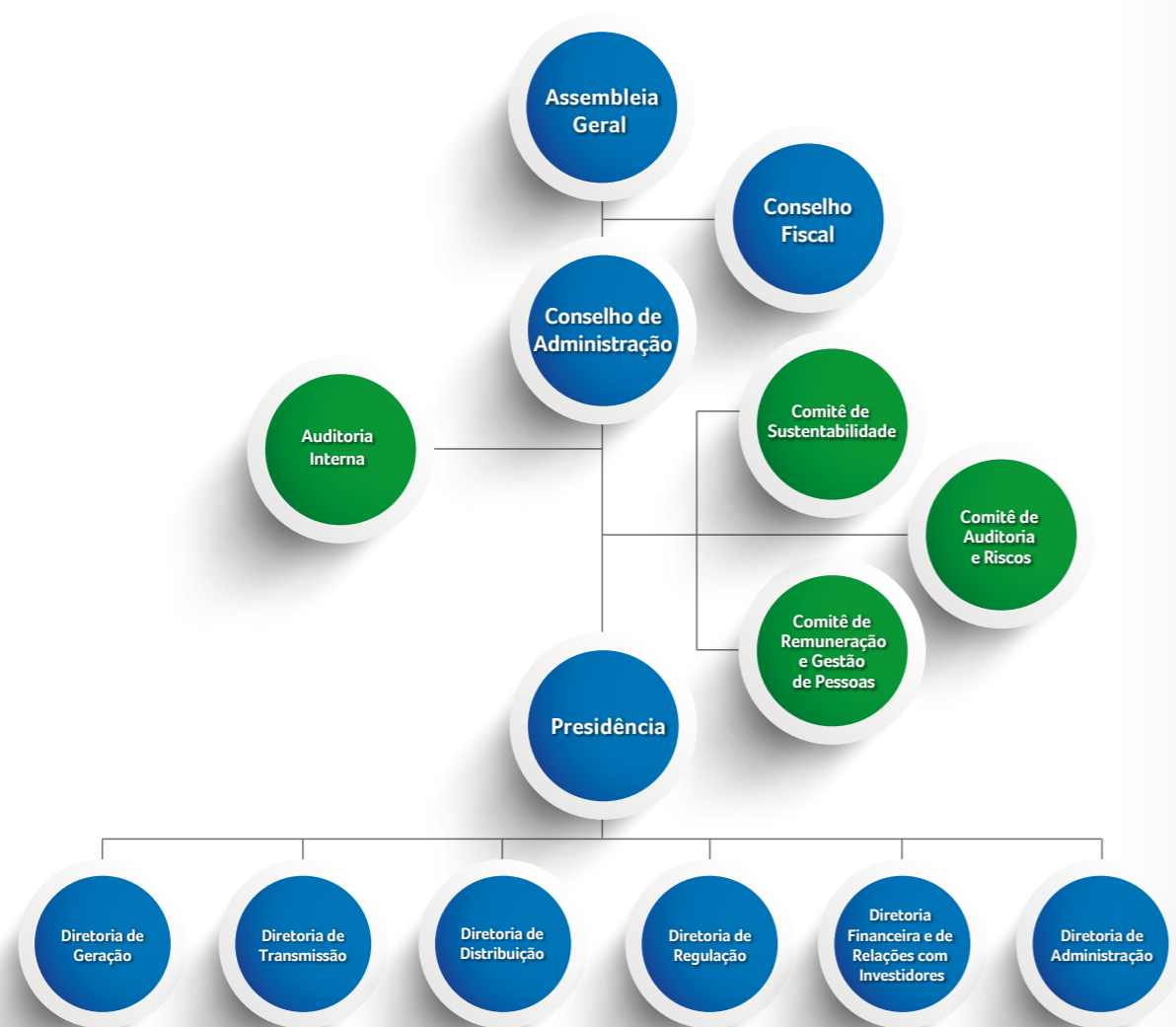
O alinhamento da governança corporativa da Eletrobras é garantido por sua estrutura de gestão, composta por práticas e instrumentos, tais como o Estatuto Social, as políticas, os Regimentos Internos dos Conselhos

de Administração e Fiscal, os comitês internos que apoiam a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração e os Manuais de Orientação dos Conselheiros de Administração e Fiscais representantes da Eletrobras em outras sociedades.

A Eletrobras disponibiliza em seu site os instrumentos de gestão e políticas que subsidiam a governança em suas empresas.

## Órgãos de governança

O modelo de governança corporativa da Eletrobras conta com a Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, estando todos esses órgãos comprometidos com a perenidade da empresa, de forma sustentável. Vinculados ao Conselho de Administração, encontram-se a Auditoria Interna e os Comitês de Apoio ao Conselho.



As atribuições e competências do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva da Eletrobras encontram-se definidas no Estatuto Social e nos respectivos regimentos internos, observando sempre as atribuições que lhes são conferidas em lei.

## Assembleias Gerais de Acionistas

Em 2015, a Assembleia Geral Ordinária aprovou as demonstrações financeiras completas referentes ao exercício social de 2014; a destinação do resultado do exercício e distribuição dos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2014; a eleição dos membros do Conselho de Administração, incluindo o seu presidente, e dos membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, cujos mandatos serão encerrados na primeira Assembleia Geral Ordinária de 2016; e, remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.

A Assembleia Geral Ordinária é realizada dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social.

A Assembleia Geral Extraordinária se reunirá nos casos previstos em lei e sempre que o Conselho de Administração julgar conveniente. Em 2015, foram realizadas três Assembleias Gerais Extraordinárias que aprovaram, respectivamente, os seguintes assuntos:

- Aprovação do exercício do direito de requerer, no processo de desverticalização da Amazonas Distribuidora de Energia S.A., o resgate obrigatório de debêntures conversíveis e permutáveis de emissão da Amazonas Distribuidora de Energia S.A., mediante a permuta de tais debêntures pela totalidade das ações de emissão da Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A.
- Homologação e eleição de novos membros para o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e respectivos suplentes, cujos mandatos encerrar-se-ão na primeira Assembleia Geral Ordinária de 2016; e
- Prorrogação da concessão, alienação do controle acionário e providências para o aumento de capital das empresas de distribuição.

## Conselho de Administração

GRI G4-38, G4-39, G4-40, G4-42, G4-49

**Atribuições:** exerce papel fundamental na definição da estratégia, missão, visão e valores da companhia.

**Rotina de atuação:** se reúne mensalmente e extraordinariamente, sempre que necessário. A pauta das reuniões, juntamente com a documentação de suporte à decisão, é elaborada pela Secretaria Geral, em conjunto com o presidente do conselho, sendo apresentada previamente aos conselheiros. A Diretoria Executiva participa das reuniões do colegiado sempre que convidada e é representada pelo presidente da Eletrobras, que também é conselheiro.

**Composição:** é composto por até dez membros, sete dos quais indicados pelo acionista majoritário; um pelos acionistas minoritários ordinários; um pelos acionistas minoritários preferenciais; e um representante dos empregados, ampliando a possibilidade para comunicação de preocupações críticas ao conselho.

O órgão conta com um membro independente, tendo em vista os critérios estabelecidos pela BM&FBOVESPA e pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Em 2015, o Conselho de Administração da Eletrobras era composto por

nove conselheiros, sendo oito membros não executivos, ou seja, conselheiros que não participam da gestão da companhia, e um membro executivo. A vaga pertencente ao acionista minoritário preferencialista, completando a totalidade de até dez membros do conselho, não foi preenchida devido ao não atendimento aos requisitos estabelecidos no Estatuto Social. O mandato dos conselheiros de administração é de um ano, permitida a reeleição, sendo que para o conselheiro representante dos empregados é permitida apenas uma reeleição. Os cargos de presidente do conselho e diretor-presidente da companhia não são ocupados pela mesma pessoa.

Todos os requisitos e funções estão estabelecidos no Estatuto Social da companhia e em seu Regimento Interno, além da observância da legislação em vigor, não havendo discriminação por gênero ou outros fatores de diversidade.

O Conselho de Administração da Eletrobras possui uma mulher dentre os membros não executivos. Veja a seguir a sua composição:

Membro	Cargo
Wagner Bittencourt de Oliveira	Presidente
Jailson José Medeiros Alves	Conselheiro representante dos empregados
João Antônio Lian	Conselheiro independente
José da Costa Carvalho Neto	Conselheiro e Diretor-Presidente (executivo)
Luiz Eduardo Barata Ferreira	Conselheiro
Maurício Muniz Barretto de Carvalho	Conselheiro
Pricilla Maria Santana	Conselheira
Samuel Assayag Hanan	Conselheiro
Walter Malieni Junior	Conselheiro

#### GRI G4-38

Em atendimento à Instrução CVM nº 480 e ao processo de seleção do Dow Jones Sustainability Indexes (DJSI), os conselheiros preenchem declaração indicando todos os cargos de administração que ocupem em outras sociedades ou entidades. Os comitês de apoio ao Conselho de Administração são formados somente por membros do conselho, observando as limitações de conflito de interesse. O conselheiro de administração eleito pelos empregados participa como membro do Comitê de Sustentabilidade. O Comitê de Auditoria e Riscos possui uma vaga destinada ao conselheiro representante dos acionistas minoritários, sendo presidido atualmente por este conselheiro. O Comitê de Remuneração e Gestão de Pessoas conta com a participação de um conselheiro independente. Os conselheiros que possuem vínculo empregatício não devem participar do Comitê de Remuneração e Gestão de Pessoas, assim como não há participação de membro executivo.

O presidente da Eletrobras não deve participar dos Comitês de Auditoria e Riscos e Remuneração e Gestão de Pessoas. Ainda em consonância com o Artigo 31, parágrafo único do Estatuto Social da companhia, é vedado ao presidente e aos diretores exercerem funções de administração ou consultoria em empresas de economia privada, concessionárias de serviços públicos de energia elétrica ou em empresas de direito privado ligadas ao setor elétrico, que não sejam subsidiárias, controladas, Sociedades de Propósito Específico (SPE) e empresas concessionárias sob controle dos Estados, em que a Eletrobras tenha participação acionária onde poderão exercer cargos nos conselhos de administração e fiscal, observadas as disposições da Lei nº 9.292/1996 quanto à remuneração.

## Conselho Fiscal

**Atribuições:** dentre suas principais atribuições, o conselho fiscal fiscaliza, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verifica o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.

**Rotina de atuação:** se reúne, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo presidente do Conselho de Administração, pelo presidente da Eletrobras ou por qualquer de seus membros.

**Composição:** é composto por até cinco membros e respectivos suplentes, três dos quais indicados pelo acionista majoritário, um pelos acionistas minoritários ordinários e um pelos acionistas minoritários preferencialistas, com mandato de um ano, permitida a reeleição. Com o objetivo de atender às exigências da lei americana Sarbanes-Oxley (SOX), uma vez que a empresa possui ações negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque, o Conselho Fiscal foi adaptado, passando a contar com um especialista financeiro entre seus membros, exercendo a função de Comitê de Auditoria.

**Processo de seleção:** os membros do mais alto órgão de governança da Eletrobras são escolhidos entre executivos de renomado conhecimento no setor elétrico, em administração pública, no mercado financeiro e de capitais, com reputação ilibada e idoneidade moral. Os conselheiros são eleitos em Assembleia Geral e os diretores são escolhidos pelo Conselho de Administração. As atas da eleição dos conselheiros de administração e diretores da companhia deverão conter a qualificação de cada um dos eleitos e o prazo de gestão.

A Eletrobras elaborou uma matriz de habilidades (Board Skills Matrix) onde são analisados os gaps entre a combinação atual e a combinação desejável de competências do seu Conselho de Administração (documento interno, não disponível publicamente por motivos estratégicos).

O conselho conta com a participação de uma mulher como membro titular e três mulheres no cargo de conselheira fiscal suplente, sendo uma independente, eleita pelos acionistas minoritários detentores de ações preferenciais. Veja a seguir sua composição:

Membro	Cargo
Eduardo Cesar Pasa	Presidente
Bruno Nunes Sad	Especialista financeiro
Agnes Maria de Aragão da Costa	Conselheira
Robert Juenemann	Conselheiro
Felipe Lückmann Fabro	Conselheiro

Ligados ao Conselho de Administração estão a Auditoria Interna e os Comitês de Apoio ao Conselho: Sustentabilidade, Auditoria e Riscos e Remuneração e Gestão de Pessoas.

## Auditoria Interna

Tem a finalidade de verificar a adequação, eficiência e eficácia dos sistemas de controles internos, a observância à legislação e aos atos normativos internos e externos, bem como o cumprimento dos planos, metas, objetivos e políticas definidos pela empresa. Além disso, a Auditoria Interna deverá acompanhar anualmente a efetividade do Programa de Compliance das Empresas Eletrobras, como parte do Plano Anual de Trabalho da Auditoria Interna (PAINT).



## Comitês de apoio ao Conselho de Administração

Compostos somente por conselheiros de administração, os comitês auxiliam o colegiado em assuntos estratégicos a fim de garantir que a decisão a ser tomada pela alta administração seja tecnicamente fundamentada. A nomeação dos membros dos Comitês de Apoio ao Conselho de Administração é definida após a Assembleia Geral Ordinária e as atribuições pertinentes a cada comitê encontram-se dispostas a seguir e em seus respectivos regimentos internos disponibilizados no [site da Eletrobras](#).

- **Comitê de Auditoria e Riscos:** composto por quatro membros, este comitê assessoria o conselho em temas relacionados a práticas contábeis, riscos e controles internos, contenciosos jurídicos, conformidade, auditoria independente e, processos e pendências junto a órgãos de controle (Controladoria Geral da União e Tribunal de Contas da União).
- **Comitê de Remuneração e Gestão de Pessoas:** composto por três membros, assessoria o conselho nas deliberações relativas às políticas de remuneração, de gestão de pessoas e de desenvolvimento de competências dos profissionais da Eletrobras.
- **Comitê de Sustentabilidade:** composto por três membros, assessoria o conselho na definição de ações com foco na sustentabilidade empresarial, bem como no monitoramento do desempenho por meio de indicadores que integram a plataforma de sustentabilidade da companhia.

GRI G4-36

Com a criação do Comitê de Sustentabilidade de apoio ao Conselho de Administração, formado exclusivamente por conselheiros, foi instituída a Comissão Executiva da Gestão da Sustentabilidade das Empresas Eletrobras, vinculada à Presidência, que se reporta ao Comitê de Sustentabilidade. A comissão tem como atribuições implementar nas empresas Eletrobras processos, procedimentos e ferramentas de gestão sustentável reconhecidas internacionalmente, bem como acompanhar e avaliar os resultados; elaborar planos de metas e de melhorias relacionadas ao desenvolvimento sustentável, entre outras atividades. A Coordenação-Geral da Comissão de Sustentabilidade cabe ao superintendente de Planejamento, Gestão Estratégica e Sustentabilidade, responsável por oferecer suporte e interagir com o Comitê de Sustentabilidade da Eletrobras, divulgar e desdobrar as diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Sustentabilidade; estruturar planos de melhoria e propô-los ao Comitê de Sustentabilidade a partir dos resultados do ISE/Bovespa, do DJSI, do processo de asseguarção, entre outros, e ainda, propor ao Comitê de Sustentabilidade o modelo editorial a ser adotado no Relatório Anual e de Sustentabilidade das Empresas Eletrobras.

## Diretoria Executiva

**Atribuições:** é responsável pela gestão dos negócios da Eletrobras, respeitadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

**Rotina de atuação:** os membros da Diretoria Executiva reúnem-se, ordinariamente, uma vez por semana, e, extraordinariamente, sempre que convocados.

**Composição:** é composta por seis diretores e um diretor-presidente, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de até três anos, permitida a reeleição. Veja a seguir sua composição:

Membro	Cargo
José da Costa Carvalho Neto	Presidente
Renato Soares Sacramento	Diretor de Geração (interino)
José Antonio Muniz Lopes	Diretor de Transmissão
Marcos Aurelio Madureira da Silva	Diretor de Distribuição
Josias Matos de Araujo	Diretor de Regulação
Armando Casado de Araujo	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Alexandre Vaghi de Arruda Aniz	Diretor de Administração

Saiba mais sobre a composição dos órgãos de governança no [site da Eletrobras](#).

## Gestão da ética nos negócios

GRI G4-43, G4-45, G4-56, G4-57, G4-58, G4-S04

### Conformidade

Como sociedade de economia mista, a Eletrobras procura atender ao grau máximo de governança corporativa, observando a legalidade estrita, a transparência nos seus atos e a conduta ética.

Para promover essa cultura de ética nos negócios das empresas Eletrobras, instrumentos institucionais e normativos estabelecem princípios, diretrizes e normas que identificam e formalizam ações e compromissos de conduta institucionais das empresas e de seus colaboradores, e as interações com seus fornecedores, parceiros de negócio, clientes e demais públicos.

Além da orientação, para que todos atuem alinhados aos valores e práticas estabelecidos para uma conduta ética, esses instrumentos também identificam, remediam, tratam e, em caso de transgressão, penalizam possíveis atitudes contrárias à ética. Nesse sentido, todas as áreas da empresa passam por auditorias internas, que verificam a adequação e regularidade de seus procedimentos internos e dos seus contratos com fornecedores e clientes.

Conheça o Guia dos Colaboradores das Empresas Eletrobras no site da companhia.

Desde maio de 2014, a Eletrobras adotou o Programa de Cumprimento às Leis Anticorrupção das Empresas Eletrobras, Lei Contra Prática de Corrupção Estrangeira (FCPA), Lei Brasileira 12.846/13 e sua regulamentação, Decreto 8.420/2015, aprovado pela Diretoria Executiva e endossado pelo Conselho de Administração da Eletrobras. O objetivo do programa é garantir o cumprimento das leis anticorrupção por parte das empresas Eletrobras e seus colaboradores, representantes, fornecedores, parceiros de negócio, sócios de *joint venture* e outras afiliadas.

A Eletrobras realizou, em 2015, o treinamento sobre o Programa de *Compliance* para os conselheiros de administração, conselheiros fiscais e diretores de todas as empresas Eletrobras, com a divulgação do Manual de *Compliance*. Foi elaborado para esse público o “Guia dos Administradores e

Conselheiros Fiscais”. Além disso, receberam este treinamento: gerentes e assistentes de *compliance* e representantes das áreas com maior exposição aos riscos de violação do Programa de *Compliance* de todas as empresas Eletrobras.

Além disso, foi elaborado para os colaboradores das Empresas Eletrobras o “Guia dos Colaboradores” - um extrato do Manual de *Compliance* - Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras - com linguagem direcionada a este público, cujo lançamento ocorreu em março de 2015 simultaneamente em todas as empresas, também com foco no treinamento.

No manual do Programa Anticorrupção das empresas Eletrobras está prevista a implantação de processos de *Due Diligence* a fim de supervisionar e envolver-se na verificação legal de diversos temas que apresentem riscos ao negócio da companhia.

A seguir são apresentados os principais instrumentos e órgãos para promoção da ética, cumprimento da lei e combate à corrupção nas empresas Eletrobras.

## Compliance

GRI G4-43, G4-45, G4-S03, G4-S04

Em dezembro de 2015 foi criada a Superintendência de Conformidade e Gestão de Riscos que é responsável por implementar o Programa de *Compliance* das Empresas Eletrobras, aprovado pelo Conselho de Administração em maio de 2014, em atenção à Lei Anticorrupção brasileira nº 12.846/2013, que entrou em vigor em 29/01/2014, e às leis e regulamentos dos Estados Unidos que são aplicáveis às companhias cujas ações estejam listadas na NYSE, como a Lei Contra a Prática de Corrupção Estrangeira e subsequentes alterações, denominada Foreign Corrupt Practices Act (FCPA).

GRI G4-50

Considerando as supostas denúncias surgidas a partir de depoimentos da Operação Lava Jato, nos quais foram citados alguns projetos e dirigentes das empresas Eletrobras, com risco de violação ao Programa de *Compliance*, tornou-se necessário abrir um procedimento de investigação e apuração. Desse modo, a Eletrobras realizou, em junho de 2015, a contratação do escritório de advocacia norte-americano Hogan Lovells.

Para implantar seu Programa de *Compliance*, a Eletrobras utiliza como referência as cinco dimensões, apresentadas a seguir, e o objetivo é que, em 2016, esteja totalmente implementado em todas as empresas Eletrobras por meio de políticas e procedimentos formalizados, comunicação, treinamento e monitoramento contínuo (ao fim de 2015, apenas três empresas já tinham criado a estrutura formal de *compliance*: Furnas, Eletrosul e a própria Eletrobras).

- 1 – Ambiente de gestão:** pilar que visa garantir a contínua sensibilização da alta administração perante os riscos e impactos de falhas no *compliance* ou desrespeito às leis anticorrupção. Essa sensibilização é um aspecto fundamental, originador de todo o programa, já que, em 2014, a alta administração teve grande envolvimento com o tema e designou a contratação de uma consultoria internacional que desse suporte para o desenvolvimento de uma primeira versão de um programa de *compliance*.
- 2 – Políticas e procedimentos formais:** para que o programa de conformidade se sustente e seja respeitado por todos, a Eletrobras tem trabalhado no aperfeiçoamento de todos os instrumentos

orientadores formais para garantir que todos ajam em conformidade com as diretrizes da companhia. Esse processo vai reforçar a importância de documentos como: Código de Ética; Manual do Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras; Política Antitruste (evitando práticas de concorrência desleal como a formação de cartel, principalmente em leilões); Manual de Práticas Voltadas a Governança e Gestão de SPE's; Política de Indicação de Representantes em SPE's (quando se escolhe pessoas para compor o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva da SPE); Manual de Orientação dos Conselheiros (Fiscal e de Administração); e, Política de Transação Entre Partes Relacionadas (para evitar facilitação de negócios entre empresas de um mesmo grupo, sem maquiagens contábeis entre as subsidiárias e *holding*, com transações comerciais justas), e a Política de Tratamento de Conflitos de Interesse.

- 3 – Análise periódica dos riscos:** pilar que busca garantir que todas as decisões corporativas estejam alinhadas com a conceituação de missão, visão e valores, para que se desdobrem em orientações estratégicas de interesse para o negócio, se transformando em um plano estratégico detalhado, para que, assim, a companhia mapeie continuamente os riscos que vão compor a Matriz Corporativa de Riscos, que deverá dar suporte à execução dos planos estratégicos.

A Eletrobras ainda não possui metodologia definida para identificação de quais de suas operações são passíveis de corrupção e, por esta razão, não há avaliação de riscos sobre as mesmas.

- 4 – Comunicação e treinamento:** estratégia apropriada para cada tipo de público. Para os órgãos de governança (conselhos e diretoria) e estratégia de sensibilização e envolvimento foi apoiada na realização de treinamentos presenciais a 156 profissionais, bem como reportes periódicos do andamento da implantação do Programa de *Compliance*. Para as áreas mais expostas ao risco de corrupção, foram realizados treinamentos presenciais para 581 empregados. Para os colaboradores em geral, demais gerentes e empregados, foram adotadas ações de comunicação institucional por *e-mail* (*newsletter*) bem como a entrega dos principais documentos relacionados ao Programa de *Compliance*, em especial quanto ao Guia dos Colaboradores, abrangendo mais de 17.000 profissionais, cerca de 74% do total. Por fim, para as empresas às quais mantemos relações comerciais, foram realizados encontros presenciais com fornecedores e a entrega do Manual do Programa de *Compliance*. Para o ano de 2016, as empresas Eletrobras pretendem avançar a abrangência das ações de comunicação para além de 80% dos profissionais que compõem o quadro total das empresas.
- 5 – Monitoramento do Programa de *Compliance*:** prevê a detecção de lacunas na aplicação do programa para averiguar se ele está sendo seguido e observado corretamente. Um dos pilares deste monitoramento será a área de Auditoria Interna, que realizará trabalho anual de teste dos controles internos previstos no programa, e a Ouvidoria, que atuará como centralizadora dos canais de denúncias que existem nas empresas (*e-mail*, formulários, telefone e o canal de denúncias aberto no site das empresas Eletrobras).

Em 2015, a Eletrobras promoveu a II Semana de Cultura Ética, na qual abordou temas como: direitos humanos nos relacionamentos institucionais, programa de integridade e lei da empresa limpa, conflito de interesses, segurança da informação e comportamento em mídias sociais, *compliance* e lei de acesso à informação, cultura do sigilo, transparência, gestão de documentos e informações públicas.

## Código de ética

O Código de Ética da companhia é baseado nas melhores práticas de mercado, está de acordo com a Constituição Federal e a legislação, e é disponibilizado a todos os empregados, prestadores de serviços, estagiários e jovens aprendizes das empresas Eletrobras.

**Conheça o Código de Ética das Empresas Eletrobras no site da companhia.**

No documento, são estabelecidos, formalizados e detalhados os compromissos de conduta ética profissional a serem adotados no ambiente de trabalho, nas relações de negócio e na tomada de decisões empresariais, a fim de zelar pelo patrimônio e imagem institucionais, garantir o repúdio a toda forma ou tentativa de corrupção e tráfico de influência, tratar adequadamente conflitos de interesses, proibir oferta ou recebimento de presentes, privilégios ou benefícios, respeitar a livre concorrência, repudiar práticas de concorrência desleal, truste e/ou prejudiciais ao mercado.

## Conflito de interesses

GRI G4-41

O Estatuto da Eletrobras dispõe sobre situações de conflito de interesse em que conselheiros devem abster-se da discussão e da votação quando este conflito for constatado. Essas abstenções ficam registradas nas atas das respectivas reuniões, sendo que os conselheiros têm acesso assegurado à ata e aos documentos referentes às deliberações, no prazo de até 30 dias.

**Prevenção no âmbito do Conselho de Administração:** conselheiros devem abster-se da discussão e da votação quando for constatado o denominado conflito de interesses. O conselheiro eleito pelos empregados não participa das discussões e deliberações sobre assuntos que envolvam relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, hipóteses em que fica configurado o conflito de interesse, observado o parágrafo 3º da Lei nº 12.353/2010.

É também dever dos conselheiros monitorar e administrar potenciais conflitos de interesses dos executivos, dos membros do conselho e dos acionistas, de forma a evitar o mau uso dos ativos da organização e, especialmente, abusos em transações entre partes relacionadas.

**Prevenção no âmbito da Diretoria Executiva:** para evitar possíveis conflitos e a utilização de informações confidenciais e estratégicas, é vedado ao presidente e aos diretores exercerem funções de administração ou consultoria em empresas de economia privada, concessionárias de serviços públicos de energia elétrica ou em empresas de direito privado ligadas ao setor elétrico, que não sejam subsidiárias, controladas, Sociedades de Propósito Específico (SPE) e empresas concessionárias sob controle dos estados em que a Eletrobras tenha participação acionária, onde poderão exercer cargos nos conselhos de administração e fiscal, observadas as disposições da Lei nº 9.292/1996 quanto à remuneração.

Os diretores também devem apresentar a Declaração Confidencial de Informação (DCI) à Comissão de Ética Pública, na qual são listados os bens dos diretores e presidente, bem como devem ser informadas situações ou participações acionárias que possam se configurar como conflito de interesse e descrever as medidas tomadas pelos diretores e presidente para mitigar tais situações. A Lei nº 12.813/2013 estabelece ainda uma lista de informações que os agentes públicos estão obrigados a enviar à Comissão de Ética Pública, aplicando-se esta disposição inclusive para aqueles que estejam em gozo de licença ou período de afastamento.

**Prevenção no âmbito dos colaboradores:** genericamente, os colaboradores deverão guardar sigilo das informações privilegiadas, estratégicas e confidenciais da empresa a que tenham acesso em função de sua atuação profissional, independente de sua posição hierárquica; não poderão exercer controle ou influência sobre a administração de empresas concorrentes, fornecedores ou clientes ou, ainda, se envolver em operações das empresas Eletrobras com empresas de que sejam sócios ou cujos acionistas ou gestores mantenham relações de parentesco em linha reta ou colateral até o 2º grau civil ou de afinidade.

Para receber consultas formais dos colaboradores quanto às atividades profissionais que possam envolver a existência de conflito de interesses nos termos da Lei 12.813/2013, a Controladoria Geral da União (CGU) estruturou um sistema eletrônico de consultas, o Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses (SeCI), a ser utilizado por toda a administração pública e já implantado na Eletrobras, que pode ser acessado pelos colaboradores via intranet ou no site da CGU.

Em dezembro de 2014, a Eletrobras aprovou a Política de Transações com Partes Relacionadas das Empresas Eletrobras como forma de disciplinar as transações e monitorá-las.

## Gestão de riscos

GRI G4-2, G4-46, G4-47

A gestão integrada de riscos nas empresas Eletrobras tem como principal objetivo a redução da materialização de eventos que possam impactar negativamente seus objetivos estratégicos, em prol da preservação e geração de valor e do provimento de informações transparentes ao mercado e a seus acionistas.

O processo de gestão de riscos nas empresas Eletrobras é regido por uma política única e é coordenado pela *holding*, o que garante a visão sistêmica dos resultados e sua padronização entre todas as demais empresas Eletrobras. Este processo é conduzido pelas gerências de riscos e controles internos e pelos comitês de riscos presentes em cada uma das empresas Eletrobras. A orientação geral é dada pela Comissão de Riscos da *holding* e os resultados obtidos no processo são enviados à apreciação da Diretoria Executiva da Eletrobras, bem como do seu Conselho de Administração, através do Comitê de Auditoria e Riscos.

O modelo de gestão integrada de riscos utilizado pelas empresas Eletrobras tem como bases metodológicas a norma ISO 31000 e os *frameworks* COSO 2013 (incorporado a partir de 2015 à estrutura de controles internos) e COSO ERM. Tal modelo parte da identificação e consolidação em matriz dos riscos estratégicos, operacionais, financeiros e de conformidade aos quais as empresas se encontram expostas, para posterior análise, tratamento e acompanhamento dos mesmos através de processos específicos desenvolvidos por seus respectivos proprietários.

## Responsabilidades

O modelo de gestão de riscos adotado pelas empresas Eletrobras prevê que o Conselho de Administração delibere sobre questões estratégicas concernentes ao processo de gestão de riscos, tais como o grau de apetite a riscos da empresa, suas faixas de tolerância, o papel da Diretoria Executiva no gerenciamento dos riscos e a política que deve nortear todo o processo.

Para isso, conta com o apoio do Comitê de Auditoria e Riscos, formado exclusivamente por conselheiros de administração, o qual tem como principais atribuições acompanhar os riscos de negócio da companhia e recomendar ações de mitigação ao Conselho de Administração, analisar a atuação e o desempenho dos trabalhos da auditoria interna e acompanhar os processos e pendências junto aos órgãos de controle externo.

À Diretoria Executiva cabe alocar os recursos necessários ao processo e definir a infraestrutura apropriada às atividades de gerenciamento de riscos. Já à Comissão de Riscos, instituída com fins de conferir apoio e patrocínio ao processo de riscos, cabe principalmente acompanhar e validar os resultados das análises de riscos, priorizar os riscos de maior impacto e vulnerabilidade e orientar e integrar a atuação das demais empresas Eletrobras. À gerência de riscos cabe apoiar e garantir a identificação e o monitoramento dos riscos pelas áreas proprietárias, que por sua vez devem gerir e implantar os planos de ação que deverão mitigar os riscos aos seus processos associados.

## Processos de gestão de riscos

O processo de gestão de riscos nas empresas Eletrobras se dá em cinco etapas. A primeira delas, denominada identificação, tem como objetivo reconhecer e descrever os riscos aos quais a empresa está exposta, seus fatores geradores, impactos e responsáveis. Esta fase é realizada com a participação de todos os envolvidos nos negócios da empresa, em seus diferentes níveis, e possui como resultado a matriz corporativa de riscos da companhia. Especificamente sobre esta, vale ressaltar que, após sua definição, é realizado o processo de priorização de riscos para análise e tratamento e que anualmente é realizada avaliação sobre a necessidade de sua revisão. Deste processo também participam todas as empresas do sistema. Aprovada pela Diretoria Executiva, por recomendação da Comissão de Riscos da *holding*, a matriz é válida e reconhecida por todas as empresas Eletrobras.

A segunda fase se caracteriza pela avaliação dos riscos identificados na primeira. Nesta etapa, são realizadas análises qualitativas e quantitativas visando à definição dos atributos de impacto e vulnerabilidade, utilizados na priorização dos riscos a serem tratados. Isto inclui o levantamento e a análise dos controles já existentes, apurando-se, assim, os riscos residuais.

O tratamento de riscos ocorre posteriormente à avaliação. Nesta fase se define qual posição a empresa assumirá diante da possível materialização de um determinado risco. Possíveis respostas consistem em:

- evitá-los;
- mitigá-los, pela definição de planos de ação e controles internos;
- compartilhá-los; ou
- aceitá-los.

Esta decisão depende principalmente do grau de apetite ao risco da empresa, previamente homologado pelo seu Conselho de Administração.

A fase seguinte é denominada monitoramento e se constitui no desempenho de atividades gerenciais contínuas e/ou avaliações independentes, que visam o acompanhamento dos indicadores gerenciais, a supervisão da implantação e manutenção dos planos de ação definidos; e a verificação do alcance das metas estabelecidas.

Já a etapa de comunicação ocorre em paralelo às demais e deve atingir a todas as partes interessadas, sendo realizada de maneira clara e objetiva, respeitando as boas práticas de governança exigidas pelo mercado.

De forma a dar suporte ao processo de gestão de riscos, a área de controles internos apoia os gestores no desenho de controles e na

elaboração e acompanhamento dos planos de remediação de deficiências. Uma vez que a empresa possui ADRs (American Depositary Receipts) negociados e deve, por conseguinte, se sujeitar à regulamentação e fiscalização da SEC (U.S. Securities and Exchange Commission), seu ambiente de controles deve ser certificado como em conformidade à Lei Sarbanes-Oxley (SOX), o que significa realizar uma análise dos controles internos existentes e submetê-la à avaliação independente de seus auditores externos. Assim, anualmente é arquivado junto àquela agência o Formulário 20-F, contendo a palavra da Administração a respeito do ambiente de controles internos do conjunto de empresas Eletrobras entendidas como materiais.

### GRI G4-45

Trimestralmente e anualmente são elaborados relatórios de gestão de riscos com base em informações obtidas das áreas envolvidas. Este relatório tem como principal público a Diretoria Executiva da Eletrobras, que de acordo com a Política de Gestão de Riscos das Empresas Eletrobras, tem como atribuição patrocinar a implantação da gestão de riscos na empresa; alocar recursos necessários ao processo e definir a infraestrutura apropriada às atividades de gerenciamento de riscos. Ao Conselho de Administração da Eletrobras, por sua vez, compete deliberar sobre as questões estratégicas concernentes ao processo de gestão de riscos, tais como o grau de apetite a riscos da empresa (a partir de que nível de exposição ao risco deve-se mitigá-lo, aceitá-lo, transferi-lo ou evitá-lo) e suas faixas de tolerância. A alta administração da Eletrobras utiliza-se deste relatório para tomada de decisão. Além dos relatórios de gestão de riscos, existem outros meios de reporte dos quais a empresa se utiliza para relatar os resultados de suas análises e do tratamento dos riscos aos quais está exposta, tais como o Formulário 20-F e Formulário de Referência da Comissão de Valores Mobiliários. Especificamente a respeito dos riscos relacionados ao tema *stakeholders*, pode-se citar o risco de relacionamento institucional com partes interessadas que trata da ausência de estratégia corporativa e/ou da execução de práticas inadequadas no relacionamento com partes interessadas

## Princípio da precaução

### GRI G4-14

Tomando como referência o processo de gestão de riscos, as empresas Eletrobras aplicam o princípio da precaução por meio da análise e do tratamento de riscos tais como os de mudanças climáticas, emissões de gases de efeito estufa, impactos na biodiversidade e meio físico; e acidentes ambientais, que constam de sua matriz e foram priorizados para análise em razão de sua relevância e o interesse corporativo que envolvem. Através da análise e do tratamento destes riscos; e através da implementação de projetos específicos tais como os programas de monitoramento da fauna e da flora do entorno dos empreendimentos, qualidade da água e projetos relacionados à questões operacionais vigentes, as empresas do grupo buscam enfrentar os impactos potenciais e as ameaças de danos graves ou irreversíveis ao meio ambiente, ligados ao desenvolvimento de suas atividades core (geração, transmissão e distribuição).

## Engajamento e disseminação de cultura de gestão de riscos

O engajamento e a disseminação da cultura de riscos no Sistema Eletrobras se verifica através da adesão das empresas ao modelo de gestão

de riscos adotado, bem como através da participação ativa de seus gestores, que entendem plenamente a importância deste aspecto da gestão.

Além disso, destaca-se também o compromisso da Administração da empresa para com as atividades de riscos e controles internos, por meio do apoio dado pelo Comitê de Auditoria e Riscos às referidas atividades. Este comitê, um dos três comitês de assessoramento do Conselho de Administração da Eletrobras, tem como principais atribuições a análise e o acompanhamento das questões ligadas aos controles internos, à auditoria e à gestão de riscos.

## Relevância

A Eletrobras monitora permanentemente seu ambiente de negócios, procurando refletir suas preocupações, bem como as de seus investidores e do mercado em geral, em seu processo de gestão de riscos. Sendo assim, os riscos reconhecidos como mais relevantes no âmbito das empresas Eletrobras são priorizados e tratados através da implementação de planos de ação elaborados com base nas recomendações técnicas da gerência de gestão de riscos e controles internos, em parceria com os gestores de negócios, sempre considerando o nível de exposição validado pela Administração.

A seguir são apresentados os principais riscos em tratamento e monitoramento:

## Fatores de risco

### Risco de *compliance*

As ações desenvolvidas pela Eletrobras para lidar com as questões relacionadas a fraudes, corrupção e conduta antiética estão fortemente embasadas na implementação do seu Programa de *Compliance*, definido no âmbito de todas as empresas Eletrobras, com o permanente envolvimento da Diretoria Executiva da *holding* e de seu Conselho de Administração.

Em conformidade com as políticas do grupo, todos os colaboradores, representantes das empresas e sócios devem observar integralmente as leis e regulamentos anticorrupção aos quais estejam submetidos, tanto a nível nacional quanto internacional. Como forma de concretizar esse compromisso, a Diretoria Executiva da Eletrobras aprovou, em dezembro de 2014, o “Manual de *Compliance* à Política Anticorrupção”. As orientações e diretrizes desse manual encontram-se em fase de implementação.

Com essa finalidade, no ano de 2015 foram criadas estruturas de *compliance* em todas as empresas do grupo, além de serem definidas ações sistemáticas para que o programa e seu manual fossem amplamente divulgados, tais como: disponibilização de canais para denúncias, esclarecimento de dúvidas e sugestões acerca do tema e realização de treinamentos extensivos.

Não menos importante, no que diz respeito à gestão das questões operacionais ligadas não apenas a *compliance*, mas também à gestão de riscos e de controles internos, houve a criação na *holding*, em dezembro de 2015, da Superintendência de Conformidade e Gestão de Riscos. Posteriormente, em fevereiro de 2016, o Conselho de Administração da Eletrobras deliberou pela criação da Diretoria de Governança, Riscos e *Compliance*, reforçando o compromisso da companhia com o tema de fraude e corrupção.

## Risco de gestão do negócio de Sociedades de Propósito Específico (SPEs) e consórcios

Atualmente, a estruturação dos negócios por meio de SPEs é a alternativa predominante para o crescimento das empresas Eletrobras. No entanto, para as atividades de monitoramento e reporte das questões financeiras, técnicas e societárias destas parcerias, tanto em sua fase pré-operacional quanto operacional, não havia formalmente definido um processo estruturado e uniforme entre as empresas do grupo para acompanhamento e gestão dessas parcerias, principalmente no que tange à gestão consolidada dessas informações pela *holding*.

Tal situação passou a ser abordada com a elaboração do “Manual de SPEs das Empresas Eletrobras”, aprovado em abril de 2015 pelo Conselho de Administração da Eletrobras, e que se encontra em plena implementação. Com base nas diretrizes do documento, foram criadas estruturas específicas para tratamento e acompanhamento do tema nas empresas do grupo (inclusive na *holding*) e foi reestruturado o Comitê de Investimento do Sistema Eletrobras (Cise), cuja principal atribuição é realizar as análises das propostas de investimento das empresas.

O desdobramento das diretrizes previstas no manual está sendo conduzido pela Secretaria de Controle de Informações de Participações Societárias e pela Consultoria Geral de Negócios e Participações, ambas na *holding*, sendo que esta última é responsável por coordenar o Cise. Atualmente estão em curso as seguintes ações:

- Formalização do Cise como instância de decisão principal sobre novos empreendimentos no Sistema Eletrobras;
- Estabelecimento das melhores práticas de governança nas SPEs;
- Definição de um modelo de gestão integrada para as SPEs;
- Elaboração de política de representantes;
- Desenvolvimento e aperfeiçoamento de ferramentas gerenciais de monitoramento do desempenho de empreendimentos.

A Eletrobras entende que a revisão do processo de gestão de SPEs em curso endereça questões relevantes no que diz respeito ao controle de seus investimentos (nos aspectos societário, operacional e financeiro), bem como à transparência de suas práticas. As medidas em implementação também estão alinhadas aos preceitos de seu Programa de *Compliance*, no que tange à definição e apresentação de regras claras para a seleção de parceiros de negócios, fornecedores e prestadores de serviços (*due diligences*).

### Risco de orçamento e fluxo de caixa

Com a adesão ao previsto na Lei 12.783/13, as empresas passaram a ser responsáveis apenas pela operação e manutenção dos ativos de geração sob sua concessão, o que levou a redução substancial de suas receitas. Como forma de compensar essa perda, conforme facultado na lei, e de maneira a obter indenizações pelos investimentos realizados nesses ativos, as empresas pleitearam à Aneel o ressarcimento destes valores.

Apesar de algumas das empresas terem obtido pareceres favoráveis sobre os valores pleiteados, o pagamento de tais indenizações não será imediato (pelo menos para os ativos de transmissão). Desta forma, as empresas para a sua expansão passam a depender basicamente do resultado

das suas participações em SPEs, aliado à redução significativa dos seus custos operacionais. Essas medidas demandam tempo e recursos para sua implementação.

De forma a tentar diminuir a exposição ao risco de fluxo de caixa para aquelas empresas que apresentam dificuldades de geração própria de recursos, foram definidas no Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) várias ações para o saneamento financeiro das mesmas a curto prazo, que incluem a venda de ativos não-estratégicos, próprios ou em parcerias, e a redução de PMSO.

## Risco de formação e gestão do contencioso

A Eletrobras e suas controladas estão envolvidas em diversas ações no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas trabalhista e cível, e que se encontram em vários estágios de andamento.

A Administração da empresa adota o procedimento de classificação das causas impetradas contra ela em função do risco de perda e da ocorrência de obrigação presente em função do evento passado, baseada na opinião de seus consultores jurídicos. Para fazer frente a eventuais perdas, são constituídas provisões para contingências julgadas pela Administração da empresa e de suas controladas, muitas vezes amparadas em pareceres de consultores jurídicos, como suficientes para cobrir eventuais perdas em processos judiciais.

Em particular nas ações ligadas aos créditos do empréstimo compulsório, a Eletrobras revisou sua metodologia de cálculo e a classificação de risco daqueles processos. Em função de recente decisão do Superior Tribunal de Justiça, foram feitos ajustes nos valores provisionados correspondentes, a fim de tornar as provisões mais fidedignas à situação dos processos. A companhia passou a ser mais conservadora no provisionamento dos valores envolvidos nesses processos para melhor refletir a sua real exposição ao risco. Com isso, apesar do impacto elevado nas demonstrações financeiras em um primeiro momento, espera-se que, com estes ajustes, sua exposição diminua futuramente, já que os valores envolvidos estarão contabilizados de forma mais adequada, reduzindo a volatilidade daquela rubrica.

Além disso, vale destacar que, no que se refere à correção de inconsistências nos registros relacionados a depósitos judiciais e à identificação de possíveis inconformidades na base de dados do contencioso, ambas apontadas como fraquezas materiais nos testes SOX 2014/2015, foram definidos projetos que têm por objetivo principal rever e readequar os procedimentos relativos à gestão do contencioso. Essas ações serão realizadas ao longo de 2016 em todas as empresas relevantes para a Certificação SOX e irão contribuir com a redução da exposição da empresa ao risco de formação e gestão do contencioso.

## Risco hidrológico

Como geradoras de energia hidrelétrica, as empresas Eletrobras estão sujeitas às incertezas relacionadas às condições hidrológicas do País. Devido aos desdobramentos relacionados à estas e à redução expressiva do fator de ajuste (GSF) do Mecanismo de Realocação de Energia, e de forma a tentar mitigar ou ao menos transferir parte deste risco, a Eletrobras, em 2015, orientou suas empresas a entrarem com liminares que visavam protegê-las tanto do pagamento de valores de liquidação considerados indevidos,

quanto dos rateios no MRE pela exclusão de terceiros já protegidos por ações do mesmo tipo. Isto ocorreu após o aumento significativo da inadimplência entre os agentes geradores no mercado e os reflexos das ações individuais destes na liquidação da energia de algumas subsidiárias.

Com a promulgação do Decreto n.º 8.401/15, considerado o Mecanismo de Realocação de Energia, o risco hidrológico associado à geração de Itaipu (que hoje é gerido pela Eletrobras), deverá ser assumido pelas concessionárias de distribuição na definição dos valores das bandeiras tarifárias, não sendo mais repassado somente no ano seguinte como era feito até então. Assim, desde 2015, a holding não mais incorrerá nos custos relativos ao risco hidrológico de Itaipu.

Com a Lei 13.203/15, regulamentada pela Resolução Aneel 684/2015, as empresas puderam repactuar o risco hidrológico em níveis mais apropriados para o perfil dos seus ativos e contratos de venda no Ambiente de Contratação Regulada (ACR). Nenhuma das empresas Eletrobras, no entanto, repactuou no Ambiente de Livre Contratação (ACL), dado o alto valor do negócio, preferindo assim recorrer a mecanismos tradicionais de hedge já utilizados por suas áreas de comercialização, a fim de mitigar eventuais exposições. Em particular, a subsidiária Chesf não repactuou em nenhum dos dois ambientes, em virtude das particularidades de seus contratos de venda de energia para os segmentos eletrointensivos. No que tange à situação das SPEs, cada empresa se posicionou conforme as especificidades de cada uma de suas usinas sob este regime de negócio.

O GSF é o fator de ajuste de garantia física, ou seja, representa a relação entre a produção total dos geradores hidrelétricos do SIN que integram o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e suas garantias físicas. O GSF então apresenta em média o volume de energia comprometida com contratos de geração de energia. Quando há escassez de chuvas no sistema, tem-se GSF menor que 1 e os geradores hidrelétricos que contrataram suas garantias físicas deverão incorrer em custos adicionais para adquirir energia no mercado de curto prazo, de forma a cumprir com suas obrigações.

Além disso, a Eletrobras detém concessões não renovadas que, nos termos da Lei 12.783/2013, ainda estão expostas a esses riscos (a Lei estabeleceu que concessões renovadas não incorrem mais no risco, já que apenas são responsáveis pela operação e manutenção das usinas sob sua concessão).

Assim, em caso de condições hidrológicas adversas, os resultados operacionais da Eletrobras e sua condição financeira poderão ser afetados, além de poderem incorrer em custos mais elevados no segmento de distribuição, devido à necessidade de adquirir energia elétrica para revenda, o que poderá impactar os fluxos e caixa das empresas de distribuição da Eletrobras.

Em relação ao aspecto específico da exposição ao risco hidrológico, a repactuação reduzirá os efeitos negativos para as companhias em períodos de baixa hidraulicidade (como o ocorrido em 2014/2015), ao transferir parte do risco para os consumidores, mediante o pagamento do prêmio correspondente a cada faixa de proteção.

Sendo assim, são apresentados nas tabelas abaixo a síntese da repactuação feita pelas empresas Eletrobras e a síntese da repactuação por usina (ativos próprios).

Empresa	Repactuação ACR*	Repactuação ACL
Furnas	SIM	NÃO
Eletrosul (1)	SIM	NÃO
Eletronorte	SIM	NÃO
Chesf	NÃO	NÃO
Amazonas GT	SIM	NÃO

\* Ambiente de Contratação Regulado (ACR).

(1) UHEs Passo São João, São Domingos e PCHs Barra do Rio Chapéu e João Borges (as PCHs não aderem no ACR e ACL).

A não adesão da Eletrobras Chesf está relacionada às especificidades de alocação e repasse de grande parte do risco hidrológico da UHE Sobradinho para os consumidores eletrointensivos em função da Lei 13.182/2015.

Empresa	Usina	Montante a Repactuar (MWh médio)	Produto da Repactuação	Prêmio de Risco Unitário (R\$/MWh)	Resultado a ser ressarcido referente aos efeitos da repactuação no ano 2015 (R\$/MWh)	Prazo de Postergação do Pagamento do Prêmio a partir de janeiro de 2016 para ressarcimento de 2015
Furnas	UHE Serra da Mesa	644	SP100	9,5	33,55	4 anos e 6 meses
	UHE Mascarenhas de Moraes	269	SP100	9,5	33,55	4 anos e 6 meses
	UHE Itumbiara	230	SP100	9,5	33,55	4 anos e 6 meses
	UHE Manso	90	SP100	9,5	33,55	4 anos e 6 meses
	UHE Simplício	187	SP100	9,5	33,55	4 anos e 6 meses
	UHE Batalha	47	SP100	9,5	33,55	4 anos e 6 meses
Eletrosul	UHE Passo São João	37	SP92	2,5	18,26	13 anos e 3 meses
	UHE São Domingos	36	SP92	2,5	18,26	13 anos e 3 meses
Eletronorte	UHE Tucuruí*	1063 (2016)	SP100	9,5	33,55	4 anos e 6 meses
		280 (2017-2019)				
Amazonas GT	UHE Balbina	132	SP100	9,5	33,55	4 anos e 6 meses

\*Cabe registrar a descontração no ACR a partir de 2017.

A respeito da atuação da Eletrobras como agente comercializador da energia gerada pela usina de Itaipu, de acordo com o Decreto 8401/15,

os riscos hidrológicos associados à geração da usina são agora assumidos pelas concessionárias de distribuição, na proporção do montante de energia elétrica alocado a cada uma, e a projeção desse resultado, para cada ano civil, deverá ser considerada pela Aneel na definição das tarifas da usina.

## Medidas de prevenção e redução de danos

GRI G4-DMA (antigo EU21)

Cada unidade de negócio das empresas Eletrobras possui seu plano de contingência específico que, de forma diferenciada, abrange questões sociais, impactos ambientais, desastres naturais, assuntos relacionados à tecnologia de informação, greves e crise de imagem e riscos de incêndio que podem afetar o público interno e externo, levando em conta as comunidades e suas áreas de influência.

Para que todos os empregados e terceiros conheçam e tenham meios para implementar estes planos em caso de emergência, as empresas Eletrobras investem em capacitação e treinamento. Especificamente para funcionários, são realizadas ações através de simulados anuais envolvendo os possíveis afetados em determinadas situações de emergência, e também palestras e disponibilização dos referidos planos na intranet. No que diz respeito à inclusão de terceiros, são realizadas palestras de integração de segurança no início da prestação de seus serviços.

Grupos de gestores especialistas nas diferentes áreas de negócio das empresas são responsáveis por elaborar e manter atualizados os planos de ação para as contingências identificadas, e também por coordenar os simulados de teste e treinamento desses planos. Os planos são testados regularmente. Nesses eventos são avaliados os conhecimentos teóricos e práticos dos membros de brigadas de emergência e de todos os demais trabalhadores das áreas em risco.

Nas empresas de geração, aquelas que operam usinas hidrelétricas dispõem ainda, de manuais de Controle de Cheias das Bacias onde operam seus principais reservatórios. Estes manuais contêm orientações sobre a operação em eventos de cheias e as providências que devem ser tomadas quando dessa ocorrência. Anualmente é revisto e atualizado, também, o Plano Anual de Prevenção de Cheias, este documento é aprovado pela Agência Nacional Reguladora de Águas (ANA) e pela Aneel, agência nacional reguladora das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Especificamente no caso das usinas nucleares, a Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAEA) possui um plano de emergência integrado elaborado inclusive com participação de diversos organismos de defesa, como Defesa Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros. Esse plano é testado periodicamente, em exercícios simulados com a presença da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e de organismos internacionais, como a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), que asseguram a adequação do plano, cuja meta é a segurança da população das redondezas e de seus trabalhadores. Para manter o Plano de Emergência Externo (PEE) sempre em

condições de acionamento, nos anos pares são realizados os Exercícios de Emergência Parcial, e, nos anos ímpares, os Exercícios de Emergência Geral, quando são postas em prática todas as ações revistas no Plano, inclusive a simulação de evacuação da população vizinha à Central Nuclear.

A respeito das atividades de transmissão é importante destacar o Plano de Atendimento às Emergências em Linhas de Transmissão, que dá continuidade à prestação dos serviços em casos de quedas de torres de transmissão. Este plano é deflagrado após uma análise do local onde ocorreu a falha: relevo, condições de acesso, quantidade de torres danificadas e demais fatores que servem como dados de entrada para dimensionar os recursos humanos e materiais para atendimento no menor tempo possível. Emergências nesses tipos de linhas ocorrem geralmente em lugares inóspitos, envolvem grande carga de trabalho e riscos maiores que os propiciados pelas atividades de manutenção regular. Os planos de contingência de linhas de transmissão estabelecem diretrizes para os reparos nas linhas de transmissão afetadas e também definem procedimentos de segurança da equipe.

Já em caso de blecaute, o restabelecimento do serviço se dá respeitando a ordem de prioridade das cargas (quem deve receber energia primeiro), de reenergização das linhas de transmissão e distribuição, por setor, e sincronização das usinas. Normalmente, as usinas não chegam a ser desligadas, são simplesmente desconectadas e permanecem funcionando sem gerar energia. Tão logo as linhas de transmissão estejam disponíveis (reenergizadas), essas usinas voltam a gerar energia. Toda a lógica de restabelecimento e as prioridades das cargas são objeto de um conjunto complexo de regras de operação estabelecidas em vários níveis, desde a operação do sistema interligado até a operação local de cada usina, subestação e distribuidoras de energia.

Em conformidade com as regras universais para as atividades desenvolvidas pela Eletrobras, todos os trabalhadores envolvidos são obrigados a utilizar equipamentos de proteção individual e coletiva. Todas essas ações estão de acordo com as normas e regulamentos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do Corpo de Bombeiros, da Defesa Civil e de entidades ambientais.

Além disso, várias ações de conscientização são realizadas para alertar a população sobre os perigos que envolvem equipamentos energizados. Alerta do risco de balões para as linhas de transmissão, usinas e subestações, esclarecimento sobre atividades que não devem ser desenvolvidas nas faixas de servidão das linhas de transmissão e sinalização de pontos do reservatório onde é proibida a prática da pesca, são exemplos dessas ações. Estas atividades são desenvolvidas sempre em parceria com órgãos públicos.

Por razão de segurança os planos de contingência das empresas Eletrobras não se encontram disponíveis ao público em seus respectivos websites, exceto no caso da Eletronuclear, cujo plano de emergência está disponível no link: <http://www.eletronuclear.gov.br/Saibamais/PlanodeEmerg%C3%Aancia.aspx>





Foto selecionada no concurso de fotografias "Empregados Eletrobras nos Esportes Olímpicos"



Colaborador  
**Clovis Nicoleit,**  
da Eletrobras Eletrosul  
(Foto: Divulgação)

## Contexto de Atuação

### Contexto Setorial

O cenário de menor nível da atividade econômica alinhado ao aumento das tarifas implicou na redução da demanda de energia no país. De acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o consumo total de energia no Brasil, em 2015, foi de 464.683 GWh, uma retração de 2,1% em relação a 2014, conforme tabela a seguir. Os principais responsáveis por essa queda foram os setores industrial e residencial.

Consumo de Energia Elétrica na Rede (GWh)			
Classe	2015	2014	(%)
<b>Brasil</b>	<b>464.683</b>	<b>474.823</b>	<b>-2,14%</b>
Residencial	131.315	132.302	-0,75%
Industrial	169.574	179.106	-5,32%
Comercial	90.383	89.840	0,60%
Outros	73.411	73.575	-0,22%

Fonte: Comissão Permanente de Análise e Acompanhamento do Mercado de Energia Elétrica – COPAM/EPE.

A maior queda foi observada no setor industrial, 5,3% em relação ao acumulado de 2014. Ao longo de 2015, o consumo da classe apresentou quedas mensais, intensificadas no segundo semestre (redução de 7,7% no último trimestre, a maior do ano).

O setor residencial apresentou redução de 0,7% em relação a 2014. Tal desempenho se deve à combinação de alguns fatores, por exemplo, o quadro econômico adverso e o aumento da tarifa média de eletricidade ao consumidor. Ademais, em 2015, a expansão de unidades consumidoras residenciais (2,5% em relação a 2014) ficou aquém da média histórica registrada desde 2004 (cerca de 3,5%).

Os estabelecimentos de comércio e de serviços apresentaram um aumento de 0,6% em relação a 2014. No entanto, o crescimento anotado, em 2015, ficou longe da expansão registrada nos últimos cinco anos (superior a 6%, em média). O quadro econômico de baixa atividade e de incertezas no cenário de curto prazo, o enfraquecimento da atividade comercial e o recuo de investimentos no setor podem ter influenciado de modo significativo o desempenho do consumo de eletricidade da classe comercial.




A desaceleração econômica e a contração do PIB, conforme dados oficiais divulgados acima, afetaram as condições operacionais e financeiras que serão apresentadas neste Relatório.

### Contexto regulatório

No que diz respeito às concessões de geração, transmissão e distribuição das empresas Eletrobras, ao longo do ano de 2015 ocorreram acontecimentos importantes no ambiente regulatório do Brasil, dentre aos quais podem ser destacados:

## Sistema de bandeiras tarifárias

O sistema de bandeiras tarifárias foi aplicado, a partir de 2015, nas contas de energia dos consumidores. A cada mês, as condições de operação do sistema são reavaliadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), que define a melhor estratégia de geração de energia para atendimento da demanda e quais térmicas deverão ser acionadas. A depender do custo variável da térmica mais cara, define-se a bandeira a ser aplicada no mês subsequente. As bandeiras verde, amarela e vermelha indicam se a energia custa mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. O sistema de bandeiras é aplicado por todas as concessionárias conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e mais informações podem ser obtidas no *website* da Aneel.

	<b>Bandeira Verde</b> Condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo.
	<b>Bandeira Amarela</b> Condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,025 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos.
	<b>Bandeira Vermelha</b> Condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,045 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

## Prorrogação das concessões das empresas de distribuição

A regulamentação pelo decreto no 8.461/2015 das condições para prorrogação das concessões de distribuição, por mais 30 anos, desde que observados os critérios da eficiência da qualidade do serviço, a ser apurada por meio dos indicadores de Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora (FEC); eficiência econômico-financeira, a ser apurada por meio do Ebitda e do nível de endividamento; da modicidade tarifária; e da transparência e governança.

Por ocasião da 164ª Assembleia Geral de Extraordinária de Acionistas da Eletrobras, realizada em 28 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração da companhia propôs que as renovações das concessões das distribuidoras da Eletrobras, à exceção da Celg-D, fossem aprovadas mediante duas condicionantes: que o aporte de capital necessário para atender as metas exigidas pela Aneel fossem realizados diretamente pela União nas distribuidoras; e que fossem adotadas as providências imediatas para venda das referidas distribuidoras até o final de 2016.

A União Federal solicitou que fossem retiradas de pauta as matérias concernentes à prorrogação dos contratos de concessão das subsidiárias Eletrobras Distribuição Piauí, Distribuição Alagoas, Distribuição Acre, Distribuição Rondônia, Distribuição Roraima e Amazonas Energia, razão pela qual as referidas concessionárias solicitaram, em 28 de dezembro de 2015, a prorrogação do prazo para assinatura do respectivo termo aditivo, nos termos da Medida Provisória 706, de 28 de dezembro de 2015, que concedeu o prazo de 210 dias, contados daquela data, para que as referidas distribuidoras assinassem os termos aditivos. No prazo de 210 dias, as distribuidoras da Eletrobras providenciarão novos estudos para submissão à nova Assembleia Geral Extraordinária da Eletrobras.

No caso da Celg-D, a prorrogação da concessão de serviços de distribuição foi aprovada, por mais 30 anos, assim como a venda do controle acionário da referida distribuidora.

## Generation Scalling Factor (GSF)

O Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) é um arranjo financeiro que objetiva o compartilhamento dos riscos hidrológicos que afetam os geradores quando se busca a melhor utilização dos recursos hidrelétricos do Sistema Interligado. A redução do nível de contratação das geradoras sobre sua garantia física gera menor exposição ao curto prazo. No entanto, por outro lado, quanto maior o *hedge* feito pelas geradoras, maior a redução de receita. Esta ponderação, portanto, foi feita por cada gerador quando da estruturação de seus negócios. O GSF significa o fator de ajuste da garantia física e representa o percentual de energia hidráulica que todos os participantes do MRE geram em relação ao total da garantia física hidráulica do MRE. Assim, quando o GSF é inferior a 100%, significa que as usinas estão gerando menos energia que o montante total de sua garantia física.

A partir de janeiro de 2014, ocorreu uma sensível redução da geração do MRE quando comparado com a garantia física total do MRE, retratando a situação hidrológica atípica dos últimos anos. Em razão do ano de 2015 ter apresentado um elevado GSF, os efeitos financeiros para as geradoras foram relevantes. As empresas Eletrobras optaram pela repactuação do risco e, para tanto, levaram em conta os seguintes aspectos:

- Perfil de comercialização da usina para o Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e Ambiente de Contratação Livre (ACL);
- Estratégia de *hedge*;
- Previsões de descontração;
- Simulações energéticas, estudos de viabilidade econômico-financeira (VPL por tipo de produto), análise do impacto contábil;
- Duração dos contratos de concessão, custo do prêmio de risco, análise jurídica, riscos adicionais de contratação de energia de reserva, projeções do PLD e destinação da energia secundária, dentre outros.

Para mais detalhes dos acordos de repactuação feito verificar o capítulo de Gestão de Riscos, na sessão Risco Hidrológico.

## Concessões da UHE Sobradinho e UHE Itumbiara



Foto: Arquivo Eletrobras Furnas

Usina hidrelétrica Itumbiara: concessão prorrogada por 30 anos

Em 2015, foram prorrogadas por 30 anos as concessões da UHE Sobradinho e UHE Itumbiara, pertencentes à Chesf e à Furnas,

respectivamente, conforme autorizada pela Lei nº 13.182/2015. Com a prorrogação destes contratos de fornecimento de energia com industriais e a consequente prorrogação das concessões em referência, essas empresas da Eletrobras garantiram uma importante fonte de recursos financeiros para investimento. A lei também criou o Fundo de Energia do Nordeste (FEN) e o Fundo de Energia do Sudeste e do Centro-Oeste (FESC), que proverão recursos para execução de empreendimentos de energia elétrica e serão abastecidos por Chesf e Furnas com os recursos resultantes da diferença entre a receita dos contratos celebrados com os consumidores e o valor que exceder à aplicação da tarifa calculada pela Aneel, nos termos da Lei nº 12.783/2013, deduzidos de impostos e encargos.

### Indenizações referentes à Lei 12.783/2013

Conforme pode ser observado na tabela a seguir, o valor total pleiteado pelas empresas Eletrobras, a título de 2ª Tranche referente às indenizações relativas à lei 12.783/2013, supera R\$ 26,0 bilhões, na data base de dezembro de 2012. Até dezembro de 2015, estavam homologados pela Aneel, as indenizações pleiteadas por Eletrosul e Furnas referentes, correspondentes à parcela dos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000, denominados instalações da Rede Básica Sistema Existente (RBSE) e Demais Instalações de Transmissão (RPC), ainda não depreciados e não amortizados. Esses ativos totalizam R\$ 10,007 bilhões.

2a Tranche: Valor Pleiteado R\$ 26.427 milhões						
Empresas Eletrobras	Valor Contabilizado (R\$ milhões)		Valor Pleiteado (R\$ milhões)		Valor Homologado (R\$ milhões) <sup>(1)</sup>	
	Geração <sup>(2)</sup>	Transmissão	Geração	Transmissão	Geração	Transmissão
Eletronorte	-	1.733	-	2.926	-	-
Chesf	697	1.589	4.802	5.627	-	-
Furnas	996	4.530	1.312	10.699	-	9.000
Eletrosul	-	514	-	1.061	-	1.007
Total	1.693	8.366	6.114	20.313	-	10.007

Valores com data base de Dezembro de 2012.

(1) Os valores homologados somente serão reconhecidos no Resultado da Companhia após definição final do valor e regulamentação das condições de pagamento pelo poder concedente.

(2) Os ativos de geração termoeletrica não foram contemplados pela ReN ANEEL 596/2014. Contabilizados são mais R\$ 557 milhões em Furnas e R\$ 357 milhões na CGTEE.

Em 20 de abril de 2016, a portaria do Ministério de Minas e Energia (MME) nº 120, regulamentou as condições de recebimento das indenizações. De acordo com a portaria, os valores homologados pela Aneel comporão a Base de Remuneração Regulatória das concessionárias de transmissão de energia elétrica e o custo de capital será adicionado às respectivas receitas anuais permitidas. O custo de capital será composto de parcelas de remuneração e depreciação, acrescido dos devidos tributos, observada a legislação societária, e será reconhecido a partir do processo tarifário de 2017, sendo reajustado e revisto conforme contrato de concessão.

As parcelas de remuneração e depreciação serão definidas considerando as metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias Existentes, aprovadas pela Aneel, e a Base de Remuneração Regulatória será depreciada considerando a vida útil residual dos ativos e atualizada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

## Expansão da geração distribuída

Por meio da Resolução Normativa nº 687/2015 da Aneel, foi criado o Sistema de Compensação de Energia Elétrica, permitindo que o consumidor instale pequenos geradores – tais como painéis solares fotovoltaicos e microturbinas eólicas, entre outros – em sua unidade consumidora e troque energia com a distribuidora local com objetivo de reduzir o valor da sua fatura de energia elétrica. Estes aprimoramentos criaram uma série de facilidades e estímulos para este tipo de geração, como a geração compartilhada ou em condomínio, que possibilitará que diversos interessados instalem uma central de micro ou mini geração distribuída e utilizem a energia gerada para redução das suas faturas. Em dezembro de 2015, o Ministério de Minas e Energia editou a portaria nº 538/2015-MME que instituiu o Programa de Desenvolvimento da Geração Distribuída de Energia (ProGD Elétrica), criando linhas de financiamento que desoneram a importação de equipamentos e melhora o retorno financeiro dos investimentos neste tipo de geração.

## Reajustes tarifários anuais das distribuidoras da Eletrobras

No decorrer do exercício de 2015, ocorreram os reajustes tarifários anuais das distribuidoras da Eletrobras, com as seguintes datas base:

- Alagoas e Piauí, em 28 de agosto;
- Amazonas e Boa Vista, em 1º de novembro;
- Acre e Rondônia, em 30 de novembro; e
- Celg-D, em 12 de setembro.

Os resultados foram homologados pela Aneel, conforme quadro a seguir.

Índice de Reajuste Tarifário - IRT 2015	Distribuição						
	Acre	Alagoas	Energia	Piauí	Rondônia	Roraima	Celg-D
Efeito Médio Consumidor Cativo (Final)	9,49%	6,48%	40,54%	5,53%	13,41%	41,52%	6,89%

No caso da Amazonas Energia, o reajuste tarifário anual ocorreu nos termos da Resolução Homologatória da Aneel nº 1.980/2015, porém, o Ministério Público do Estado do Amazonas juntamente com outros órgãos de defesa do consumidor, em novembro de 2015, obtiveram liminar no âmbito de ação civil pública ajuizada em desfavor da Amazonas Distribuidora de Energia e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), para não aplicar o reajuste tarifário 2015, liminar esta que foi suspensa em janeiro de 2016. No caso da Eletrobras Distribuição Roraima, o reajuste tarifário médio homologado foi de 41,52%, com aplicação a partir de novembro de 2015. Entretanto, tal reajuste ainda não pôde ser aplicado nas tarifas da concessionária, devido a liminar concedida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região que impede o reajuste, atendendo ao pedido do Procon da Assembleia Legislativa de Roraima.

## Eficiência energética

GRI G4-EN6, G4-EN7

A área de eficiência energética da Eletrobras está estruturada em duas grandes linhas: eficiência energética como política pública e eficiência energética com uma visão corporativa e empresarial.

A vertente da eficiência energética voltada para política pública refere-se ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) – saiba mais sobre o programa na página 139.

Na vertente corporativa, a Eletrobras coordena o Comitê Integrado de Eficiência Energética do Sistema Eletrobras (Cieese), que busca soluções tecnológicas para as empresas Eletrobras, cooperação técnica e excelência da eficiência energética empresarial.

Ao longo de 2015, a *holding*, por meio do Cieese, acompanhou as metas de redução de consumo de energia elétrica nas empresas Eletrobras e apoiou os trabalhos de implantação da ISO 50.001, Sistema de Gestão de Energia, nas instalações da Eletrobras Eletronorte, na UHE Tucuruí, da Eletrobras Chesf, na Subestação de Messias, em Alagoas, e de Itaipu, no seu Centro Executivo. A UHE Tucuruí recebeu a primeira visita de certificação da ISO 50.001 em dezembro de 2015, obtendo esta certificação em janeiro de 2016, sendo a primeira empresa do Sistema Eletrobras a obter esta certificação. Em 2015, a *holding* apoiou a elaboração de três manuais de Sistema de Gestão da Energia da Eletrobras Eletronorte, eletrobras Chesf e Itaipu, incentivando a criação de competências internas nestas empresas, com o envolvimento de mais de 50 empregados e a formação de 25 auditores internos.

Destaca-se ainda o lançamento do Livro de Eficiência Energética 2013-2014 que relatou 90 ações corporativas executadas pelas empresas Eletrobras, demonstrando o compromisso com a sustentabilidade empresarial.

Em 2015, a Comissão Interna de Conservação de Energia (Cice) da *holding* contou com a participação de diferentes áreas da empresa, tais como, administrativa, eficiência energética, comunicação e meio ambiente, além da colaboração dos empregados, para a implementação de diversas ações para a redução do consumo de energia elétrica na empresa, dentre as quais se destaca:

- Convocação de voluntários para representantes da Cice;
- Atuação em conjunto com a área de informática e manutenção para melhoria do desempenho energético dos datacenters;
- Sensibilização sobre o tema eficiência energética através das ferramentas de comunicação interna da empresa e;
- Realização de vídeo com mensagem do Presidente sobre o Dia Mundial da Eficiência Energética.

Na área de novos negócios de eficiência energética da *holding* foram desenvolvidas as seguintes atividades em 2015:

- A atualização do Plano de Negócios em Eficiência Energética para o período 2015-2019, adequando ao PE 2010-2030 e ao PDNG 2015-2019. Nesta atualização, destacam-se: (a) a revisão do potencial de mercado, do foco estratégico, dos indicadores de resultados, dos custos de capital próprio e de terceiros, das práticas de governança e de gestão consoantes com o manual de SPEs; (b) a inclusão de um novo capítulo para financiamento

de projetos, considerando o contrato de financiamento da Eletrobras junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird); e (c) revisão da carteira de projetos para o horizonte 2015-2019, projetando 10 SPEs a serem formadas;

- Plano de negócios para o setor de varejo propondo a combinação de eficiência energética com geração distribuída;
- Prestação de serviço para a International Copper Association, para a organização técnica de quatro seminários visando à promoção do Motor *Premium*, um guia operacional para Motores *Premium* e a implementação da norma ISO 50.001 em pequenas indústrias;
- Prestação de serviço para fornecer curso de capacitação na norma ISO 50.001 para a Sociedade Brasileira de Metrologia;
- Prospecção de clientes ou parceiros para serviços de eficiência em Iluminação Pública e setor comercial;
- Inclusão da eficiência energética no contrato das Empresas de Distribuição da Eletrobras (EDEs) com o Banco Mundial, no escopo do Projeto Energia+.

A Red-LAC-EE é um ambiente público privado que fomenta e facilita a integração permanente dos países latino-americanos e do Caribe em questões de Eficiência Energética. Em 2015, o Comitê Executivo da Rede realizou 11 reuniões virtuais, e o site da Rede teve cerca de 38 mil novos acessos, um aumento de 58% em relação ao ano anterior. A Rede possui um grupo de discussão da web com 800 membros e está atuando em mídias sociais como Twitter, Facebook, Google+ e LinkedIn. A Eletrobras é patrocinadora Diamante da Rede e tem participado fortemente desta iniciativa desde o seu início, fazendo parte de seu Comitê Executivo.

Os projetos de eficiência energética das empresas de distribuição da Eletrobras atendem à Lei nº 9.991/2000, em que as empresas concessionárias ou permissionárias de distribuição de energia elétrica devem aplicar o percentual mínimo de 0,5% da receita operacional líquida em Programas de Eficiência Energética (PEE), segundo regulamentos da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Dentre essas iniciativas de eficiência energética, em 2015, destacam-se os projetos educacionais, como o “Eficiência Energética Itinerante III” da Distribuição Rondônia, o “Multiplicar II” da Distribuição Piauí, e o “Luz do Saber” da Distribuição Alagoas. Esses projetos consistem, essencialmente, na capacitação em serviço dos educadores e sensibilização dos alunos de escolas de nível médio e fundamental sobre os conceitos de uso eficiente e seguro da energia.

Em 2015, os projetos citados acima somaram:

- 368 escolas em 69 municípios atendidos;
- 3.377 educadores capacitados;
- 87.578 alunos sensibilizados.

A redução no consumo de energia a partir desses e outros projetos desenvolvidos pelas distribuidoras pode ser estimada em mais de 100 GWh, que proporcionalmente seria capaz de abastecer cerca de 50 mil residências durante um ano.

## Case

### CIEESE promove ISO 50.001 nas Empresas Eletrobras

Com a consolidação da implantação da ISO 50.001 na UHE de Tucuruí, a primeira auditoria interna da Norma realizada no âmbito do CIEESE, e a disseminação da Norma na empresa, objetivando habilitar a organização a estabelecer sistemas e processos necessários para melhorar o desempenho energético, a Eletrobras Eletronorte reduziu o consumo de energia elétrica em 2015, nesta unidade, em 238.033 kWh, ou 3,01% em relação a 2014.

A Itaipu Binacional se utilizou da modernização e da otimização de equipamentos como principal estratégia para reduzir seu consumo interno de energia elétrica. Dentre as ações em 2015, destacam-se a modernização da iluminação pública das vias de acesso na margem brasileira e do sistema de iluminação dos escritórios administrativos na margem direita, além da otimização da iluminação interna, da infraestrutura elétrica e de ar condicionado na margem esquerda. Foi também realizado o *retrofit* do sistema de bombeamento de água tratada da ETA II. Estas ações tiveram como consequência direta a redução no consumo de energia elétrica de 477,814 MWh ou 1.720,13 GJ em 2015 em relação ao ano de 2014.

A Eletrobras Chesf realiza anualmente a semana de Eficiência Energética em suas unidades regionais, ação que visa a facilitar e conscientizar para o uso racional de energia dentro da empresa, além de levar as boas práticas para as residências de seus empregados. Como resultado desta ação, em 2015, houve redução de 1.413,96 MWh no consumo de energia elétrica em suas instalações em relação ao ano de 2014.

Em 2015, na Eletrobras Furnas, destacam-se a substituição de cerca de 600 lâmpadas fluorescentes por lâmpadas LED na garagem principal. Esta e outras iniciativas proporcionaram, em 2015, redução do consumo de energia elétrica de 783,94 MWh, ou 5% em relação a 2014.

O projeto Consumo Consciente da Eletrobras Alagoas visa a esclarecer e sensibilizar todos os empregados sobre a importância do uso eficiente de energia, buscando minimizar os impactos ambientais e financeiros causados pelo consumo impensado. Em 2015, com a continuidade do projeto, houve redução no consumo de energia elétrica de 3.169,61 MWh em relação ao ano de 2014.

A Eletrobras Distribuição Acre desenvolve o projeto Consumo Consciente desde 2011, a fim de sensibilizar o público interno sobre o consumo racional de energia, água não potável, copos descartáveis e resmas de papel. Em 2015, para o fortalecimento da campanha no aspecto relacionado à energia, foi criada a “Blitz da energia” que consiste em vistorias nas salas da sede ao final do expediente para verificar se lâmpadas e equipamentos estariam ligados desnecessariamente. A blitz tem o objetivo de combater o desperdício de energia e, principalmente, desenvolver novos hábitos nos empregados. Com esta e outras ações, em 2015, houve redução do consumo de energia elétrica de 211.643 kWh ou 17,85% em relação ao ano de 2014.

A Eletrobras Distribuição Piauí também desenvolve o projeto Consumo Consciente desde 2011, cujos resultados, em 2015, proporcionaram redução do consumo de energia elétrica de 22.200 kWh, ou 7,24% em relação ao ano de 2014.



Foto: Caio Coronel (Itaipu Binacional)

Capacidade instalada da companhia inclui metade da capacidade de Itaipu Binacional

## Geração

GRI G4-EU1

A capacidade instalada de geração das empresas Eletrobras em 2015 somou 45.391,2 MW, 1.235,6 MW a mais que no ano anterior. Do total da capacidade instalada da companhia, 73% são de empreendimentos corporativos das empresas Eletrobras, 10% decorrentes da participação proporcional das empresas Eletrobras em empreendimentos realizados por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPEs) e 17% de empreendimentos compartilhados, incluindo a metade da capacidade de Itaipu Binacional (7.000 MW) – que representa 15% do total – e também participações em consórcios.



## Capacidade instalada por fonte

Fonte	TOTAL Eletrobras 2015*	TOTAL Eletrobras 2014	TOTAL Eletrobras 2013	Acréscimo 2014-2015
Hidráulica	38.722,2	37.756,6	36.279,3	965,6
Solar	0,9	0,9	0,0	0,0
Eólica	896,1	258,5	149,8	637,7
Gás Natural	1.207,4	1.177,4	1.019,4	30,0
Óleo	1.904,6	2.156,3	2.731,5	-251,7
Nuclear	1.990,0	1.990,0	1.990,0	0,0
Carvão	670,0	816,0	816,0	-146,0
TOTAL (MW)	45.391,2	44.155,7	42.986,0	1.235,6

\* Inclui a metade brasileira de Itaipu Binacional (7.000 MW). Inclui as usinas sob regime de O&M. Os valores apresentados levam em conta a capacidade instalada proporcional à participação societária.



Foto: Acervo Eletrobras

Ampliação de complexos eólicos é destaque em 2015

Destacam-se em 2015 a ampliação do Complexo Eólico do Livramento, a entrada em operação dos Complexos Eólicos Hermenegildo, VamCruz, Santo Sé II, Chapada do Piauí I, Geribatu, Chuí e Serra das Vacas, assim como a entrada de novas unidades geradoras das UHEs Santo Antônio e Jirau. Em contrapartida, houve a suspensão da operação comercial das UTEs Presidente Medici (Fase A), São Jerônimo, Nutepa, Electron, Cidade Nova e Distrito, que somadas representam um decréscimo de 372 MW. Devido a esses fatos ocorridos, o ano de 2015 representou um acréscimo líquido ao sistema de 1.236 MW.

## Produção líquida de energia

GRI G4-EU2

As usinas próprias das empresas Eletrobras geraram 151.756.589,9 MWh de energia elétrica em 2015. Se somarmos as SPEs, foi gerado um total de energia de 166.108.268,8 MWh. Dentre as fontes mais utilizadas, exceto a hídrica, estão o urânio, gás natural e óleo. As tabelas a seguir apresentam a geração de energia das empresas Eletrobras por fonte.

## Usinas próprias

### Produção líquida de energia (propriedade integral, propriedade compartilhada, incluindo Itaipu Binacional)

Fonte de energia primária	Geração líquida (MWh) - 2015	Geração líquida (%) 2015	Geração líquida (MWh) - 2014	Geração líquida (%) 2014	Geração líquida (MWh) - 2013	Geração líquida (%) 2013
Hídrica	126.128.986,1	83,11	148.042.000,00	84,00	157.958.000,00	84,80
Urânio	14.808.265,6	9,76	15.433.000,00	8,80	15.829.000,00	8,50
Óleo	4.137.746,0	2,73	6.039.000,00	3,40	5.524.000,00	3,00
Carvão	2.211.975,9	1,46	2.910.000,00	1,70	3.468.000,00	1,90
Gás Natural	4.170.044,5	2,75	2.463.000,00	1,40	2.836.000,00	1,50
Eólica	299.293,3	0,20	788.000,00	0,40	477.000,00	0,30
Solar	278,6	0,00	500,00	0,00	-	-
Total	151.756.589,9	100,00	175.706.000,00	100,00	186.093.000,00	100,00

Nota: Foi considerada a geração de usinas que são propriedade integral e compartilhada da Eletrobras, proporcionalmente à participação das empresas Eletrobras nestas; inclui 50% da geração da UHE Itaipu, 48,45% da geração da UHE Serra da Mesa e 70% da geração da UHE de Manso.

## Sociedades de Propósito Específico (SPEs)

### Produção líquida de energia (Sociedades de Propósito Específico - SPE)

Fonte de energia primária	Geração líquida (MWh)	Geração líquida (%)
Hídrica	13.175.871,8	91,81
Eólica	1.175.690,7	8,19
Óleo	116,4	0,00
Total	14.351.678,9	100

Nota: Foi considerada a geração das usinas em que as empresas Eletrobras participam na modalidade SPE, proporcionalmente à sua participação.

## Todas as usinas (próprias e SPEs)

### Quantidade de energia líquida gerada por fonte (todas as usinas)

Fonte de energia primária	Geração líquida (MWh)	Geração líquida (%)
Hídrica	139.304.857,9	83,86
Urânio	14.808.265,6	8,91
Óleo	4.137.862,4	2,49
Carvão	2.211.975,9	1,33
Gás Natural	4.170.044,5	2,51
Eólica	1.474.983,9	0,89
Solar	278,6	0,00
Total	166.108.268,8	100

Nota1: Foi considerada a geração de usinas que são propriedade integral e compartilhada da Eletrobras, proporcionalmente à participação das empresas Eletrobras nestas; inclui 50% da geração da UHE Itaipu, 48,45% da geração da UHE Serra da Mesa e 70% da geração da UHE de Manso.

Nota2: Foi considerada a geração das usinas em que as empresas Eletrobras participam na modalidade SPE, proporcionalmente à sua participação.

## Disponibilidade média por usina

GRI G4-EU30

As três tabelas seguintes apresentam o fator de disponibilidade das empresas Eletrobras por fonte. As duas primeiras apresentam o fator separadamente em empreendimentos próprios e SPEs e a terceira apresenta o fator total das usinas.

### Usinas próprias

Fator de disponibilidade média da usina (%) – usinas próprias e propriedade compartilhada e Itaipu Binacional

Fonte de energia primária	2015	2014
Eólica	98,70	-
Hídrica	88,44	89,60
Gás Natural	85,90	71,97
Óleo	90,61	91,73
Carvão	50,43	60,14
Urânio	84,61	88,84

### Sociedades de Propósito Específico (SPEs)

Sociedades de Propósito Específico – SPEs (%)

Fonte de energia primária	2015	2014
Eólica	97,99	92,85
Hídrica	61,33	98,64

### Todas as usinas (próprias e SPEs)

Fator de disponibilidade média das usinas (%)\*

Fonte de Energia Primária	2015
Eólica	92,24
Gás Natural	85,90
Hídrica	89,05
Óleo	90,61
Carvão	50,43
Urânio	84,61

\* Eletrobrás - não informou disponibilidade de Serra do Navio e de Santarém; Eletrosul - não informou disponibilidade de Capão do Inglês, Galpões e Coxilha Seca; Furnas - não informou disponibilidade de Santo Antônio. Informou fatores de disponibilidade de Miassaba 3, Rei dos Ventos 1 e 3 diferentes dos informados pela Eletrobrás. Acreditamos que tenham informado a indisponibilidade ao invés da disponibilidade, por isso os valores não foram considerados; Amazonas Energia - não informou a disponibilidade de Jacaré, Electron, AS São José, FO Flores e Iranduba. Informou uma disponibilidade muito baixa da UTE Mauá.

## Eficiência de geração de plantas térmicas

GRI G4-EU11

### Todas as usinas (próprias e SPEs)

Média anual da eficiência de geração do conjunto de plantas por fonte de energia (%)

Fonte de energia primária	2015	2014
Carvão	28,34	29,60
Gás Natural	37,27	37,50
Óleo	40,73	30,90
Urânio	35,80	35,40

## Capacidade planejada vs. demanda projetada

GRI G4-EU10

O modelo institucional vigente atribui os principais papéis na expansão do sistema de energia elétrica, para atendimento à demanda por energia, aos agentes, responsáveis pelos investimentos com antecedência necessária à implantação dos novos empreendimentos. O planejamento decenal elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) tem a função, dentre outras, de orientar e subsidiar a realização dos futuros leilões de compra de energia de novos empreendimentos de geração e quais estudos de viabilidade técnica e econômica de novas usinas geradoras realizar.

Portanto, o planejamento da expansão da oferta de energia elétrica, de acordo com a disponibilidade de novos projetos estudados de usinas, orientará os novos leilões de energia com os projetos necessários ao atendimento dos requisitos do mercado previsto, dentro das premissas adotadas no setor elétrico brasileiro.

As empresas interessadas em explorar os novos empreendimentos podem entrar nos leilões isoladamente ou reunidas em consórcios. No entanto, mesmo que tenham participado dos estudos dos novos empreendimentos, num processo de leilão, não se sabe de antemão quais empresas sairão vencedoras e obterão as outorgas de concessão desses empreendimentos. Além disso, os leilões orientam para os novos empreendimentos com início de operação cinco anos à frente, e um planejamento de longo prazo trabalha com um horizonte de, pelo menos, 15 anos.

Considerando a capacidade instalada das usinas do Sistema Eletrobras que fazem parte do Sistema Interligado Nacional (SIN), incluindo as usinas que detêm a concessão/autorização ou aguarda outorga, diretamente ou com parceiros, e comparando com a evolução da capacidade instalada planejada, constante no Plano Decenal de Expansão de Energia 2024 (PDE 2024), elaborado pela EPE/MME, temos o seguinte resultado:



**Evolução da capacidade instalada no SIN**  
**Capacidade do sistema Eletrobras x Capacidade total planejada (PDE 2024)**

FONTE	2015			2020			2024		
	Brasil - SIN	Sist. Eletrobras	Particip.	Brasil - SIN	Sist. Eletrobras	Particip.	Brasil - SIN	Sist. Eletrobras	Particip.
	(MW)	(MW)	(%)	(MW)	(MW)	(%)	(MW)	(MW)	(%)
CARVÃO	3.064	670	22	3.404	670	20	3.404	670	20
ÓLEO	4.855	1.367	28	4.325	273	6	4.325	273	6
NUCLEAR	1.990	1.990	100	3.395	3.395	100	3.395	3.395	100
GÁS NATURAL	11.317	1.207	11	16.419	1.451	9	21.219	1.451	9
HIDRELÉTRICA	86.540	38.521	45	102.115	45.935	45	109.972	45.935	42
BIOMASSA + EÓLICA + PCH + SOLAR	24.840	1.098	4	36.445	2.316	6	56.445	2.316	4
GÁS DE PROCESSO	687	0	0	687	0	0	687	0	0
TOTAL	133.293	44.853	34	166.790	54.040	32	199.447	54.040	27

**Notas da tabela:**

A evolução da capacidade instalada no Brasil, do Sistema Interligado Nacional (SIN), foi obtida do Plano Decenal de Expansão de Energia 2024 (PDE 2024), da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Inclui a metade brasileira de Itaipu Binacional (7.000 MW).

Para usinas em parceria, foi considerada a capacidade instalada proporcional à participação acionária.

Foi considerada a desativação de uma parcela de térmicas a óleo do estado do Amazonas, conforme Programa Mensal de Operação (PMO), de janeiro de 2016 elaborado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

As empresas Eletrobras não possuem usinas de fonte Biomassa. No entanto, o PDE 2024 apresenta os montantes das fontes Biomassa, Eólica, Solar e PCH agregados.

Considerando a capacidade instalada das usinas das empresas Eletrobras que fazem parte do SIN mais aquelas que fazem parte dos Sistemas Isolados (537 MW), a capacidade instalada total de geração das empresas Eletrobras, em 2015, corresponde a 45.391 MW.

Destaca-se a redução do montante a óleo entre os anos de 2015 e 2020, devido à desativação de parte do parque gerador da Amazonas Energia, sendo considerado o parque que permanecerá em operação após a interligação de Manaus ao SIN, conforme o previsto no Programa Mensal de Operação (PMO), de janeiro de 2016, elaborado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

O aumento da capacidade instalada de gás é devido à entrada em operação da UTE Mauá 3, pertencente integralmente à Amazonas Energia. Com relação à fonte nuclear, destaca-se o acréscimo devido à entrada em operação de Angra 3.



Foto: Osvaldo de Lima (Norte Energia)

Usina Hidrelétrica Belo Monte: aumento da capacidade instalada

Com relação ao parque hidráulico, o aumento da capacidade instalada deve-se, principalmente, à previsão de entrada em operação das máquinas faltantes das usinas UHE Santo Antônio, UHE Jirau e UHE Teles Pires, que já estão em operação, e das Unidades Geradoras da UHE Belo Monte, UHE São Manoel e UHE Sinop.

Já para os parques eólicos, a capacidade instalada da Eletrobras cresceu, principalmente, através da participação em diversos parques, seja como sócia minoritária, seja como sócia majoritária em SPEs, através das suas subsidiárias, assim também como proprietária integral do parque.

Vale ressaltar que todos os empreendimentos nos quais a Eletrobras possui participação entrarão em operação até 2020, por esse motivo, os valores de 2020 e 2024 não se alteram.

## Transmissão

GRI G4-EU4, G4-9

A malha de linhas de transmissão das empresas Eletrobras, no ano de 2015, atingiu um total aproximado de 68.085 km, representados por 5.238 km de ativos corporativos, 56.811 km de ativos corporativos sob regime de O&M e 6.036 km correspondentes à proporção da participação acionária em empreendimentos realizados pelas empresas Eletrobras por meio de SPEs. Considerando apenas a rede básica do Sistema Interligado Nacional, ou seja, as tensões de 750, ±600, 525/500, 345 e 230 kV, a companhia é responsável por 60.997 km de linhas de transmissão, o que representa cerca de 47,1% do total das linhas de transmissão do Brasil nas referidas tensões.

De acordo com as informações constantes do site da Aneel e de outras transmissoras brasileiras, a transmissora que alcançaria uma posição no mercado, logo após as empresas Eletrobras, detém em torno de 14.000 km de linhas de transmissão, o que demonstra a importância e relevância do *market share* da Eletrobras no setor de transmissão do país.



Foto: Jorge Coelho (Eletrobras)

Malha de linhas de transmissão atingiu total aproximado de 68.085 km

A credibilidade de que desfrutam as empresas Eletrobras junto a agências reguladoras, órgãos ambientais, acionistas, fornecedores, parceiros, agentes financeiros e sociedade em geral retrata o reconhecimento pelos mais de 50 anos de serviços prestados ao Brasil, sustentada por sua força de trabalho que tem pleno conhecimento do negócio transmissão em suas fases de planejamento, implantação e operação.

Empresas Eletrobras	Linhas de transmissão 2015 (km)						
	Corporativo	Corporativo O&M	Corporativo Total (a)	SPEs % Eletrobras (b)	Total Eletrobras (a+b)	Total SPE (c)	Total Alavancado (a+c)
Eletronorte	754	10.023	10.776	2.072	12.848	4.219	14.995
Chesf	1.281	18.604	19.885	1.509	21.394	3.077	22.962
Furnas	1.148	18.758	19.906	1.368	21.274	3.059	22.966
Eletrosul	1.294	9.426	10.720	1.087	11.807	1.740	12.459
Amazonas GT	439	0	439	0	439	0	439
Amazonas Energia	322	0	322	0	322	0	322
Total	5.238	56.811	62.049	6.036	68.085	12.094	74.143

(b) Considera apenas a proporção da participação acionária das empresas Eletrobras na SPE;

(c) Considera a extensão total das linhas de transmissão das SPEs, independente da participação acionária. Nas SPEs que têm a participação de mais de uma Empresa Eletrobras, consideram os valores alavancados proporcionais.

## Subestações

Corporativamente, em 2015, as empresas Eletrobras possuíam 53 subestações com capacidade de transformação de 38.385 MVA, além de mais 230 subestações renovadas nos termos da Lei 12.783/2013. Em termos de capacidade total de transformação, incluindo a participação em SPEs, totalizavam 228.723 MVA. A tabela a seguir apresenta também o total de capacidade de transformação de subestações que contam com a participação das empresas Eletrobras, considerando a capacidade total de transformação dos ativos corporativos e também aquelas exploradas por meio de SPEs, de forma a destacar a contribuição da companhia na alavancagem desses projetos no Brasil.

Empresas Eletrobras	Subestações existentes em 2015 (capacidade de transformação - MVA)						
	Corporativo	Corporativo O&M	Corporativo total (a)	SPEs % Eletrobras (b)	Total Eletrobras (a+b)	Total SPE (c)	Total Alavancado (a+c)
Eletronorte	11169	20.159	31.328	1.151	32.479	2.332	33.660
Chesf	9.227	42.785	52.012	6.064	58.076	12.368	64.380
Furnas	13.161	92.257	105.418	5.673	111.091	12.700	118.118
Eletrosul	3.613	21.413	25.026	836	25.862	2.035	27.061
Amazonas GT	1215	0	1.215	0	1.215	0	1.215
Total	38.385	176.614	214.999	13.724	228.723	29.435	244.434

\* Nas SPEs que têm a participação de mais de uma empresa Eletrobras, foram colocados os valores proporcionais.

## Qualidade do serviço de transmissão

GRI G4-DMA (antigo EU6)

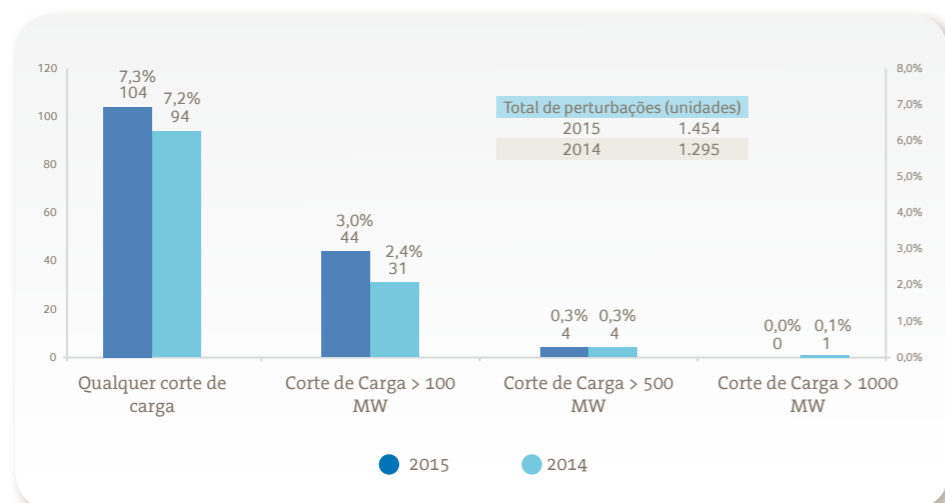
O indicador de disponibilidade de linhas de transmissão é calculado com base nos Procedimentos de Rede. Tal indicador leva em conta todos os desligamentos realizados nas linhas de transmissão das empresas Eletrobras, inclusive desligamentos realizados sem possibilidade de gestão por parte da empresa, como aqueles para ampliação e reforços e casos fortuitos ou de força maior.

O quadro a seguir apresenta o índice de Disponibilidade Operacional das Empresas Eletrobras, que representa o percentual de horas, no ano, que as linhas permaneceram disponíveis para o sistema de transmissão.

Empresas Eletrobras	Índice de disponibilidade das linhas de transmissão (%)	
	2015	2014
Eletronorte	99,91	99,93
Chesf	99,82	99,88
Furnas	99,84	99,10
Eletrosul	99,78	99,59
Amazonas GT	n/d	n/d
Total	99,84	99,62

## Número de perturbações

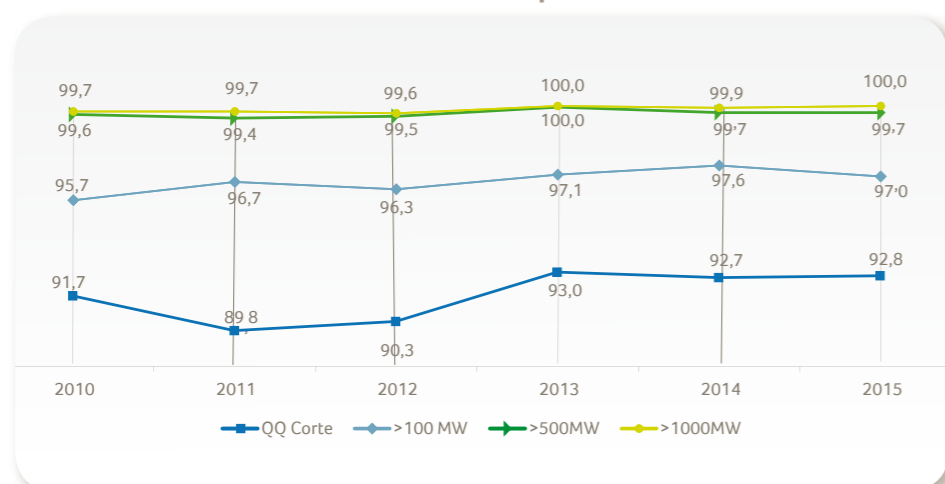
As principais causas do aumento do número de perturbações foram os fenômenos naturais (descargas atmosféricas) e meio ambiente (queimadas), porém este aumento não tem impacto significativo na receita. O gráfico a seguir apresenta o número de perturbações que tiveram origem na rede de transmissão das empresas Eletrobras nos anos de 2014 e 2015, bem como os cortes de carga envolvidos nessas perturbações.



## Indicador de robustez

O indicador de robustez tem por objetivo avaliar a capacidade da Rede Básica em suportar contingências sem interrupção de fornecimento de energia elétrica aos consumidores, as empresas Eletrobras vêm mantendo os mesmos desempenhos no que concerne ao índice de perturbações com origem na rede de transmissão das empresas Eletrobras.

Indicador de Robustez das Empresas Eletrobras (%)



## Perdas na transmissão

GRI G4-EU12

No que tange às perdas na transmissão, as mesmas são calculadas pela diferença entre a soma de geração e de importação, e soma das cargas e de exportação. Desde 2010, vem sendo utilizada uma metodologia unificada para estimativa das perdas elétricas na transmissão das empresas Eletrobras, baseada em cálculos elétricos, utilizando-se casos de fluxo de potência. A tabela a seguir apresenta o referido indicador para cada uma das empresas de transmissão de energia da Eletrobras:

Perdas Técnicas por Transmissão (%)		
Empresas Eletrobras	2015	2014
Eletronorte	1,35%	1,06%
Chesf	2,41%	2,10%
Furnas	2,19%	2,16%
Eletrosul	1,66%	1,43%
Amazonas GT	n/d	n/d*
Total	1,98%	1,82%

\* Dado não disponível devido o processo de desverticalização da Amazonas GT ter se iniciado em 2015.

## Expansão estratégica de transmissão

Em um país como o Brasil, que possui dimensões continentais, onde os grandes parques geradores hidráulicos, principal componente da matriz energética nacional, encontram-se afastados dos grandes centros consumidores, as linhas de transmissão de energia têm importância estratégica para o escoamento e otimização energética desses blocos de energia, assegurando o atendimento à crescente demanda. Neste cenário, a Eletrobras, através de suas subsidiárias, possui papel fundamental no Sistema Interligado Nacional (SIN).

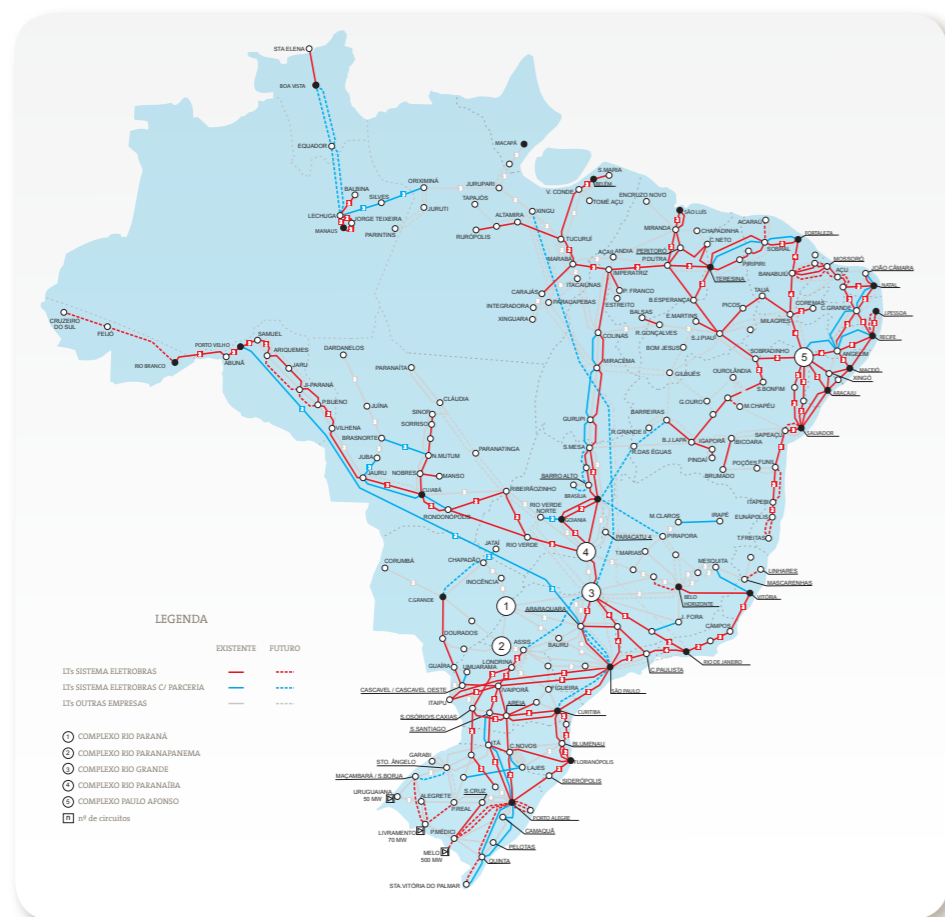
A Eletrobras vem expandindo, nos últimos cinco anos, uma média de 2.486 km por ano, em termos de linhas de transmissão, especialmente via SPEs, o que demonstra que a companhia está perseguindo a diretriz estratégica de atuar de forma relevante no setor de transmissão, mantendo sua liderança.

Empresas	2015	2014	2013	2012	2011
Corporativo (a)	62.049	62.142	60.570	59.056	52.243
SPE (b)	6.036	5.440	3.794	2.665	3.936
Total (a+b)	68.085	67.582	64.364	61.721	56.179
Agregação Física	503	3.218	2.643	5.542	527

(b) Considera a participação acionária proporcional das empresas Eletrobras nas SPEs;

Em termos de investimentos, as empresas Eletrobras têm prevista a energização, até 2018, de aproximadamente 10.548 km linhas de transmissão, em parceria ou corporativamente, e 18.900 MVA de potência nas subestações, considerando os empreendimentos em construção ou a iniciar. Os investimentos previstos nestes empreendimentos somam cerca de R\$ 16 bilhões.

Abaixo, segue mapa ilustrativo dos principais empreendimentos de transmissão em construção no Brasil.



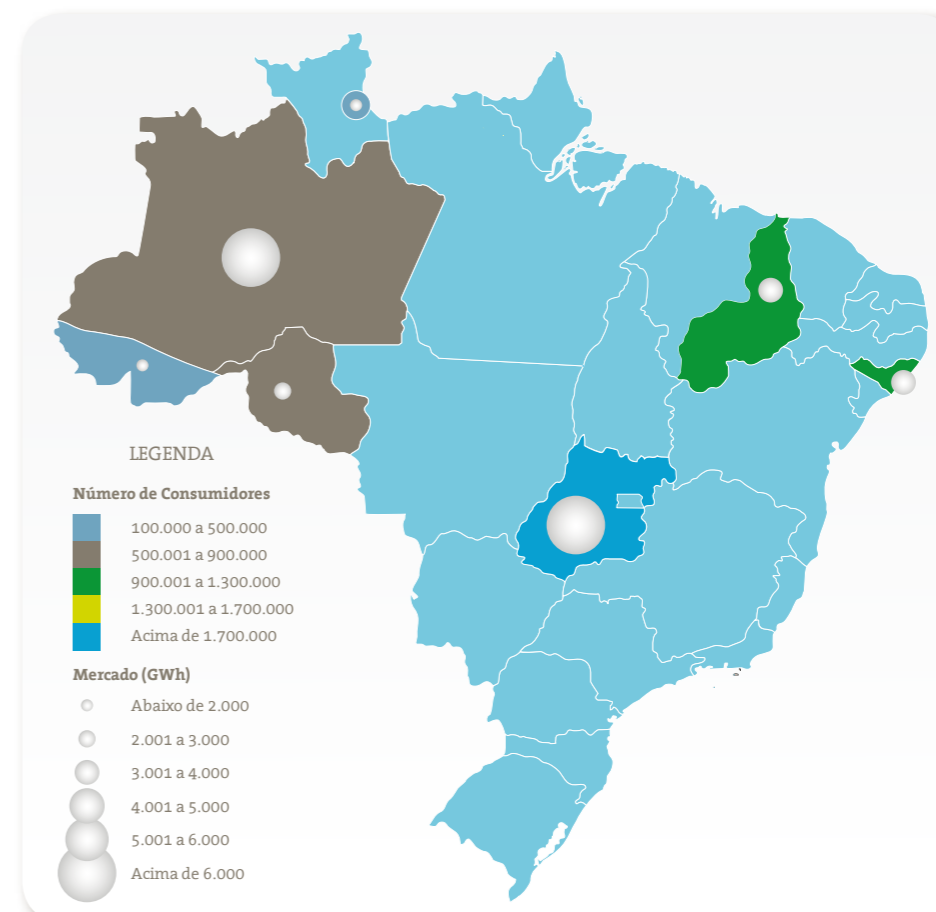
## Distribuição

As empresas de distribuição de energia elétrica da Eletrobras, incluindo a Celg-D, atuam em dois estados da região Nordeste, quatro estados da região Norte e no estado de Goiás, beneficiando mais de 6,9 milhões de consumidores, o que equivale a cerca de 8,5% do total de clientes do território brasileiro. Em 31 de dezembro de 2015, estas empresas utilizavam uma rede de distribuição de energia de baixa, média e alta tensão, com 471.485 km de extensão e um total de 555 subestações, compreendendo 700 municípios.

Dados Físicos do Sistema – 2015

Descrição	Eletrobras Distribuição Acre	Eletrobras Distribuição Alagoas	Eletrobras Distribuição Amazonas	Eletrobras Distribuição Piauí	Eletrobras Distribuição Rondônia	Eletrobras Distribuição Roraima	Celg-D	Total
Linhas / Redes de Distribuição - km	19.218	42.043	47.806	87.929	57.647	3.553	213.289	471.485
Nº de subestações	15	40	24	84	60	3	329	555
Nº de Clientes	245.344	1.045.270	898.365	1.172.997	589.332	106.236	2.801.309	6.858.853
Nº de Municípios	22	102	62	224	52	1	237	700

Em 2015, em continuidade aos objetivos estratégicos e empresariais definidos no Plano Diretor de Negócios 2015–2019, a Eletrobras iniciou o processo de reestruturação do negócio de distribuição de energia elétrica, tendo sido aprovado, na 164ª Assembleia Geral Extraordinária, de 28 de dezembro de 2015, a venda da participação acionária da Eletrobras na Celg-D.



O ambiente regulatório de 2015 apresentou diversas incertezas para o setor de distribuição de energia elétrica, devido à regulamentação das condições acerca da prorrogação das concessões de distribuição somente ter ocorrido em outubro de 2015. Esta situação foi bastante impactante, uma vez que afetou fortemente a tomada de recursos visando o financiamento de investimentos. Com exceção da Celg-D, as demais distribuidoras da Eletrobras foram retiradas de pauta na 164ª Assembleia Geral de Extraordinária de Acionistas da Eletrobras, realizada em 28 de dezembro de 2015, por solicitação do representante da União Federal, com o objetivo de estudar melhor o assunto e o modelo a ser adotado no caso de decisão pela prorrogação das concessões de distribuição. Assim, as subsidiárias Eletrobras Distribuição Piauí, Eletrobras Distribuição Alagoas, Eletrobras Distribuição Acre, Eletrobras Distribuição Rondônia, Eletrobras Distribuição Roraima e Eletrobras Distribuição Amazonas, solicitaram, em 28 de dezembro de 2015, a prorrogação do prazo para assinatura do respectivo termo aditivo, nos termos da Medida Provisória 706, de 28 de dezembro de 2015, que concedeu o prazo de 210 dias, contados daquela data, para que as referidas distribuidoras assinem os termos aditivos.

Além da indefinição acerca da decisão de prorrogação ou não das concessões de distribuição, o descompasso entre as despesas com a compra de energia e a receita impactou de forma negativa o fluxo de caixa de algumas distribuidoras, impossibilitando, em certas ocasiões, honrar compromissos importantes, inclusive com o mercado de curto prazo do Ambiente de Contratação Regulado contabilizado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Em relação ao Programa Nacional da Universalização de Acesso e Uso da Energia Elétrica (LPT), as EDEs, em 2015, apesar das adversidades enfrentadas, conseguiram realizar o atendimento a 6.733 novos consumidores, sendo: 1.117 consumidores rurais no estado de Alagoas, 2.857 no Amazonas, 1.900 no Piauí, 1.028 em Rondônia, 277 no Acre e 582 novas unidades atendidas na Celg-D, perfazendo um investimento total no Programa Luz para Todos da ordem de R\$ 184,7 milhões.

O consumo nacional de energia na rede elétrica fechou 2015 com recuo de 2,1% sobre 2014, pelos dados divulgados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), enquanto que as empresas de distribuição da Eletrobras – EDE, no mesmo período, contabilizaram um crescimento no mercado cativo de 2,4%, fornecendo 29.517 GWh para 6.858.853 de unidades consumidoras.

Em 2015, foram incorporadas 200.845 novas unidades, um crescimento de 3,0% em relação a 2014, atendendo a 700 municípios dos estados do Amazonas, Acre, Alagoas, Piauí, Rondônia, Goiás e do município de Boa Vista. Para fazer face ao desempenho, as distribuidoras investiram um montante de R\$ 1,1 bilhão.

#### Dados físicos do sistema – EDEs Dez- 2014

	Descrição	ED Amazonas	ED Alagoas	ED Piauí	ED Rondônia	ED Acre	ED Roraima	Celg-D	Total
Linhas	Linhas de distribuição (230kV) - km	374	0	0	0	0	0	0	374
	Linhas de distribuição (69 e 138kV) - km	348	1.818	2.696	696	417	71	0	6.046
Redes	MT (13,8 e 34,5kV) – km	30.091	21.918	62.053	50.517	14.794	2.108	0	181.481
	BT – km	13.706	17.058	22.251	5.916	3.841	1.329	0	64.101
Km Totais		44.519	40.794	87.000	57.129	19.052	3.508	0	252.002

#### Dados físicos do sistema – EDEs Dez- 2015

	Descrição	ED Amazonas	ED Alagoas	ED Piauí	ED Rondônia	ED Acre	ED Roraima	Celg-D	Total
Linhas	Linhas de distribuição (230kV) - km	390	0	0	0	0	0	0	390
	Linhas de distribuição (69 e 138kV) - km	348	1.827	2.824	806	442	72	0	6.319
Redes	MT (13,8 e 34,5kV) – km	33.527	22.467	62.371	50.665	14.891	2.132	0	186.053
	BT – km	13.931	17.749	22.684	6.176	3.885	1.349	0	65.774
Km Totais		48.196	42.043	87.879	57.647	19.218	3.553	0	258.536

#### Dados físicos do sistema agregado em 2015

	Descrição	ED Amazonas*	ED Alagoas	ED Piauí	ED Rondônia	ED Acre	ED Roraima	Celg-D	Total
Linhas	Linhas de distribuição (230kV) - km	16	0	0	0	0	0	0	16
	Linhas de distribuição (69 e 138kV) - km	0	9	128	110	25	1	0	273
Redes	MT (13,8 e 34,5kV) – km	3.436	549	318	148	97	24	0	4.572
	BT – km	225	691	433	260	44	20	0	1.673
Km Totais		3.677	1.249	879	518	166	45	0	6.534

\* Com a desverticalização da Amazonas Energia, os ativos de transmissão e geração não pertencem mais à Amazonas Distribuidora.

## Comercialização de energia elétrica das empresas distribuidoras

As distribuidoras da Eletrobras faturaram um volume de energia no mercado cativo de 29.517 GWh, com um crescimento de 2,4%, em 2015, quando comparado ao ano de 2014 e de 208 GWh no suprimento para outras distribuidoras, representando um crescimento total de mercado, em 2015, de cerca de 2,45%, crescimento esse significativo, uma vez que o país apresentou um recuo de 2,1% no consumo de eletricidade na rede elétrica nacional em 2015, conforme abordado no capítulo 3.1.

Esse crescimento da Eletrobras foi influenciado, de forma positiva pela classe residencial, pois apresentou um acréscimo de 5,1%, ao contrário do total da classe residencial do país que recuou 0,7%, sendo que a classe residencial tem uma representatividade 39,1% sobre o consumo de energia total para as empresas Eletrobras, portanto torna-se um fator de desequilíbrio quando há um decréscimo no seu consumo. De forma negativa, o consumo foi influenciado pela classe industrial, que decresceu 5,5% para as empresas Eletrobras, enquanto que a média de recuo para o país é de 5,3%.

Deve-se também destacar evolução da classe iluminação pública, que teve um crescimento de 7,9%, atribuído às ações de recadastramento do parque de iluminação pública.

Classes de consumo	Energia vendida (MWh)		
	2015	2014	(%)
Industrial	5.262.677	5.566.288	-5,45%
Residencial	11.527.085	10.971.668	5,06%
Comercial	6.253.194	6.029.746	3,71%
Rural	2.076.915	2.038.532	1,88%
Iluminação Pública	1.436.622	1.331.245	7,92%
Outros	2.960.647	2.886.727	2,56%
Total de Cativos	29.517.140	28.824.206	2,40%
Suprimento	207.542	190.794	8,78%
Total	29.724.682	29.015.000	2,45%

## Qualidade nos serviços

GRI G4-EU28, G4-EU29

O índice DEC representa a Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora e expressa a quantidade de horas em que uma unidade consumidora esteve sem energia elétrica. Enquanto o índice FEC significa a Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, representado pela quantidade mensal de interrupções no fornecimento de energia elétrica.

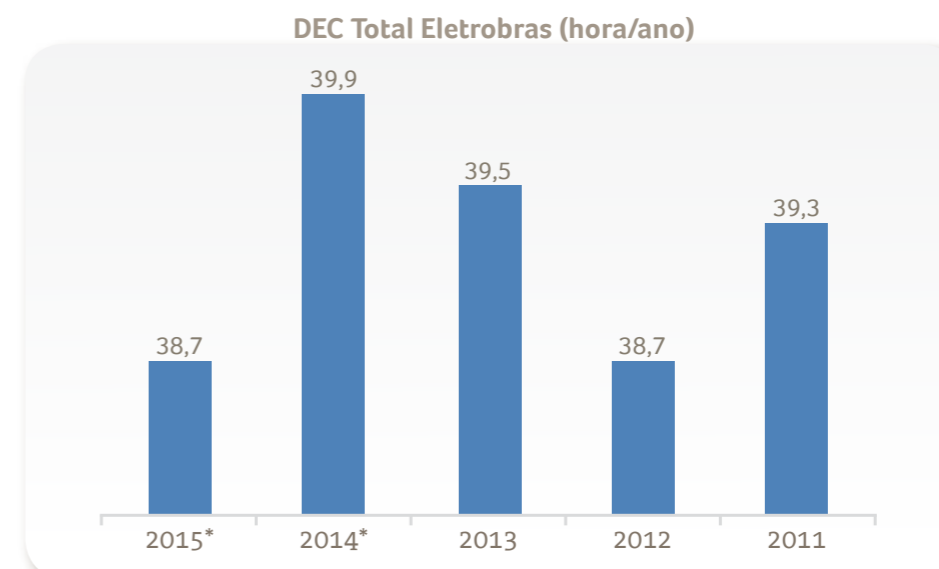
O órgão regulador Aneel utiliza os indicadores DEC e FEC para medir a qualidade do serviço disponibilizado pela concessionária aos seus consumidores.

Em 2015, as empresas de distribuição da Eletrobras obtiveram uma evolução positiva, de forma consolidada, no indicador de continuidade DEC em 1,2 horas quando comparado com o realizado no ano anterior, passando de 39,9 para 38,7 horas. Com relação ao indicador FEC, houve

um decréscimo consolidado de 1,6 de interrupção neste mesmo período, passando de 26,9, em 2014, para 25,3 em 2015.

A despeito dos atrasos em obras para melhoramento da malha elétrica, devido à dificuldade na obtenção de recursos para investimentos enfrentada em 2015, algumas ações contribuíram positivamente para estes resultados, dentre elas a construção e energização de novos circuitos de 138 kV, ampliação de potência em subestações, contratação de equipes para manutenção em linha viva nas tensões de 13,8 a 138 kV, substituição de equipamentos obsoletos em subestações e redes de distribuição, instalação de religadores nas redes de distribuição.

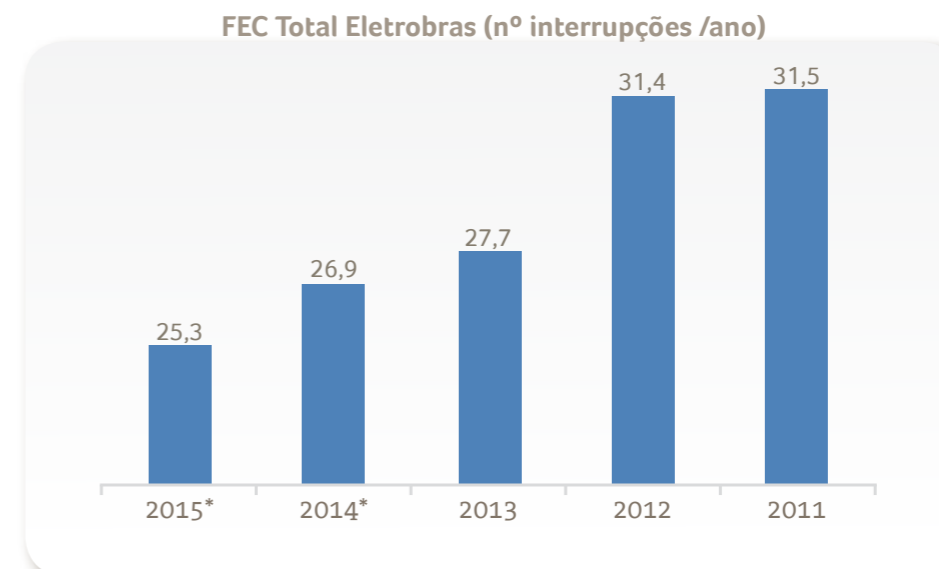
## Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC)



DEC Padrão / Fonte: ANEEL.

\* Os anos de 2014 e 2015 foram consolidados com os valores da Celg-D, nos demais a Celg-D não está incluída na consolidação.

## Frequência Equivalente de Interrupção (FEC)



FEC Padrão / Fonte: ANEEL.

\* Os anos de 2014 e 2015 foram consolidados com os valores da Celg-D, nos demais a Celg-D não está incluída na consolidação.

## Perdas na distribuição

GRI G4-EU12

Perdas na distribuição de energia elétrica, expressas em MWh, são definidas como a diferença entre a energia injetada na rede da distribuidora e o total de energia fornecida. Elas são compostas por perdas de origem técnica, ou seja, as perdas na distribuição inerente ao processo de transporte, transformação de tensão e medição da energia na rede da concessionária; e de origem não técnica, isto é, todas as demais perdas associadas à distribuição de energia elétrica, tais como furtos ou fraudes de energia, erros de medição, erros no processo de faturamento e unidades consumidoras sem equipamento de medição.

Em 2015, as distribuidoras, com exceção da Eletrobras Distribuição Acre e da Celg-D, registraram aumento das perdas. De forma consolidada, as perdas de energia passaram de 23,62%, em dezembro de 2014, para 24,69% em dezembro de 2015.

Consolidado Eletrobras	2015	2014
Perdas Técnicas	9,57%	9,51%
Perdas Não Técnicas	15,12%	14,11%
Perdas Totais	24,69%	23,62%

Contribuíram para esse aumento o comportamento da população frente ao aumento das tarifas e as condições desfavoráveis da economia, bem como a diminuição da capacidade de pagamento dos clientes da classe residencial, onde se constatou a ampliação das ligações clandestinas em resposta às ações de suspensão do fornecimento pelo atraso no pagamento (combate à inadimplência).

Também ocorreram em várias empresas o atraso no Programa de Obras do Sistema Elétrico, em função da dificuldade de obtenção de financiamentos, devido ao cenário de indecisão decorrente da prorrogação ou não das concessões, fazendo com que as ações de combate às perdas não técnicas não fossem suficientes para rumar ao alcance de perdas aos níveis regulatórios.

As ações de regularização e inspeção de unidades consumidoras onde ocorrem furtos ou fraudes de energia bem como os investimentos em infraestrutura da rede proporcionam a melhoria da qualidade do serviço prestado, continuidade e segurança, conseqüentemente contribuindo para redução das perdas globais. De um total de 87.157 unidades consumidoras clandestinas, 12% da meta já foi atingida, com uma execução financeira de 21% e com a previsão para término em 2017.

### Inadimplência

O principal indicador que mede a inadimplência das empresas de distribuição da Eletrobras, o Índice de Inadimplência (INAD), é obtido pela divisão da Inadimplência Ativa pelo Faturamento Anualizado. As diferentes classes de consumo apresentaram uma melhora acentuada na adimplência em decorrência de uma atuação mais efetiva na cobrança, por meio de ações operacionais de suspensão do fornecimento pelo não pagamento, parcelamentos de débitos vencidos, ações judiciais e outras penalizações.

Apesar das adversidades enfrentadas em 2015, com o país envolvido em um período de crise econômica e os valores das tarifas elevadas em função da crise hídrica, o que criou uma condição desfavorável à arrecadação e consequentes problemas de fluxo de recursos não permitindo a contratação de equipes de cortes suficientes para combater os clientes inadimplentes, obteve-se uma melhora no indicador INAD de 11,29%, em 2014, para 10,39% em 2015. Tal comportamento se deu devido ao incremento no faturamento, em 2015, em função de revisões extraordinárias, bandeiras tarifárias, reajustes anuais e consolidação da Celg-D em 2015.

### INAD consolidada das distribuidoras (%)

Classe	2015	2014	2013	2012	2011	Diferença 2015x2014
Residencial	8,51%	8,67%	67,11	12,61	10,10	-0,16
Comercial	6,33%	6,73%	8,14	9,46	10,27	-0,40
Industrial	5,29%	6,62%	13,35	17,20	24,37	-1,33
Rural	9,64%	10,42%	23,19	36,07	44,01	-0,77
Poder Público	34,46%	33,83%	16,15	20,22	23,64	0,62
Serviço Público	46,84%	65,24%	101,06	107,63	128,76	-18,40
Iluminação Pública	17,75%	14,21%	10,46	22,46	27,62	3,54
Outros	4,96%	12,25%	15,54	11,95	16,81	-7,29
Total	10,39%	11,29%	22,41	17,29	18,95	-0,91

### Faturamento consolidado das distribuidoras (R\$ mil)

Classe	2015	2014	2013	2012	2011	Varição 2015x2014 (%)
Residencial	7.284.899	5.069.994	451.414	2.848.049	2.297.026	43,7%
Comercial	3.914.012	2.610.829	1.423.912	1.620.771	1.308.353	49,9%
Industrial	2.587.238	1.790.862	842.854	1.077.049	945.200	44,5%
Rural	840.267	533.515	180.087	201.491	157.513	57,5%
Poder Público	950.903	723.645	654.414	628.519	472.730	31,4%
Serviço Público	463.503	309.259	185.543	221.117	175.695	49,9%
Iluminação Pública	566.446	341.376	211.384	167.258	136.623	65,9%
Outros	114.223	76.812	49.218	68.054	52.084	48,7%
Total	16.721.491	11.456.292	3.998.825	6.832.308	5.545.225	46,0%

### Inadimplência consolidada das distribuidoras (R\$ mil)

Classe	2015	2014	2013	2012	2011	Varição 2015x2014 (%)
Residencial	620.219	439.524	302.962	359.118	232.059	41,1%
Comercial	247.645	175.671	115.965	153.288	134.395	41,0%
Industrial	136.820	118.502	112.485	185.212	230.392	15,5%
Rural	81.038	55.578	41.757	72.683	69.317	45,8%
Poder Público	327.663	244.844	105.699	127.106	111.757	33,8%
Serviço Público	217.088	201.748	187.511	237.998	226.225	7,6%
Iluminação Pública	100.533	48.516	22.113	37.566	37.732	107,2%
Outros	5.668	9.409	7.649	8.131	8.757	-39,8%
Total	1.736.673	1.293.792	896.142	1.181.101	1.050.635	34,2%

# Pesquisa e Desenvolvimento

GRI G4-DMA (antigo EU8)

A busca por maneiras diferentes de fazer negócio e exercitar a capacidade de ser cada vez mais eficientes na geração, transmissão e distribuição de energia sempre foi a força motriz das empresas Eletrobras. O compromisso de explorar ideias para acessar novos mercados e se fortalecer naquele em que já atua faz parte da busca pela sustentabilidade das operações e do crescimento nos resultados da companhia.

Todas as empresas Eletrobras aplicam anualmente recursos em pesquisa e desenvolvimento internos e divulgam chamadas públicas de propostas e projetos para seus programas de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico. Desde 2009, seguem as diretrizes da Política de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação corporativa e tratam o tema como estratégia empresarial de curto, médio e longo prazos. Com isso, buscam – e alcançam – resultados que trazem vantagem competitiva e que sejam elementos críticos para aliar o crescimento sustentável do negócio com a responsabilidade social e ambiental.

Em 2015, o montante investido em P&D foi de R\$ 223,7 milhões, um valor 12,3% maior em relação ao investimento feito em 2014. O quadro a seguir mostra o quanto cada uma das empresas Eletrobras investiu em pesquisa e desenvolvimento.

## Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento\*

Empresa	Valor investido
Holding	R\$ 1.963.617,85
Amazonas Energia (sem G&T)	R\$ 3.217.605,20
Cepel	R\$ 146.719.334,56
Chesf	R\$ 6.500.000,00
Acre	R\$ 1.191.991,75
Piauí	R\$ 2.855.006,43
Eletronorte	R\$ 16.530.489,72
Eletrosul	R\$ 61.104,51
Furnas	R\$ 16.386.358,70
Itaipu	R\$ 23.867.875,96
CGTEE	R\$ 54.015,50
Alagoas	R\$ 3.579.063,15
Rondônia	R\$ 743.647,57
Total investido	R\$ 223.670.110,90

\* Eletronuclear está dispensada desse compromisso por força da Lei nº 8.987/95 e Eletropar não é prestadora de serviço público. Amazonas G&T entrou em operação em 1/07/15 e por isso não desenvolveu nenhum projeto de P&D.

## Destaques de projetos em P&D

### Holding

Em 2015, a *holding* apoiou os seguintes projetos de P&D relacionados à eficiência energética, oriundos do Fundo de Desenvolvimento Tecnológico (FDT), por meio do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), no montante aproximado de R\$ 1.963.617,85.

- Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) / Feesc: apoio técnico à implementação do programa de etiquetagem de edificações por meio da criação do núcleo embrionário do Centro Brasileiro de Eficiência Energética de Edificações (CB3E).
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) / Funpec: cooperação técnica e financeira visando ao desenvolvimento da Rede de Eficiência Energética em Edificações (R3E). Os trabalhos consistem, basicamente, na integração das partes através de videoconferências, no desenvolvimento de ambiente eletrônico para concentração de conteúdo de eficiência energética em edificações e nas ações de etiquetagem de edifícios.
- Universidade Federal de Itajubá (Unifei) / Fapepe: cooperação técnico-financeira entre os conveniados visando, através da integração de seus esforços e capacidades, à implementação, no âmbito do Procel, de ações voltadas a complementar a infraestrutura do Laboratório Didático Pedagógico em Eficiência Energética do Centro de Excelência em Eficiência Energética (Excen). Este visa à capacitação técnica e à certificação de profissionais na temática eficiência energética e ao desenvolvimento de pesquisas técnicas e sua disseminação através de seminários com foco em Medição & Verificação (M&V). Visa também aperfeiçoar a metodologia de avaliação dos resultados do Procel, além de permitir ampliar suas ações em novos conceitos.

Os convênios que dispõem dos recursos do FDT, visando a ações de eficiência energética, são geridos pela Eletrobras, por meio do acompanhamento de cronograma físico e financeiro.

### Eletrobras Amazonas Energia

Em 2015, a Eletrobras Amazonas Energia investiu em projetos de pesquisa e desenvolvimento o montante aproximado de R\$ 3,2 milhões. Destaque-se o desenvolvimento dos projetos:

- AVAW - Alicata Voltímetro, Amperímetro e Wattímetro para rede de distribuição de Baixa e Média Tensão até 35kV;
- Miniestação para coleta, tratamento e reutilização de óleos lubrificantes em centrais termelétricas do interior do estado do Amazonas;
- Sistema Universal de Blindagem Antifraude para medidores de energia elétrica;
- Desenvolvimento de um sistema inteligente para determinação dos impactos harmônicos de múltiplos consumidores industriais nas redes de distribuição de energia elétrica;
- Recuperação de Mercado - energia segura com inibidores de furtos; e
- Evolução das provas de conceito do Projeto *Smart Grid* Parintins: análise de interoperabilidade de redes de telecomunicações e AMI, gerenciamento de redes de telecomunicações e avaliação da geração fotovoltaicas.



## Eletrobras Eletrosul

Em 2015, a Eletrobras Eletrosul investiu em projetos de pesquisa e desenvolvimento o montante aproximado de R\$ 61,1 mil.

A gestão dos recursos de P&D é de responsabilidade da Assessoria de Pesquisa e Desenvolvimento (APD). A partir do plano estratégico empresarial, são definidas linhas de pesquisa que orientam a formatação de projetos. Todo empregado pode contribuir com ideias para o desenvolvimento de projetos. A Eletrobras Eletrosul conta com um comitê de P&D que periodicamente avalia as possíveis propostas de projetos e define aquelas que poderão se transformar em projetos. Toda a gestão deste processo, de seleção de ideias, formatação de projetos, proposta de contratação de projetos, até a submissão à diretoria, são de responsabilidade da APD. A decisão final quanto à contratação de um projeto de P&D cabe à diretoria da empresa.

Os recursos alocados em cada projeto dependem da especificidade de cada tema, do tempo de execução, da equipe envolvida e do potencial retorno de cada projeto. E toda esta análise é considerada para a formatação de um projeto. Projetos encerrados em 2015 e considerados nas categorias anteriores: Turbina Hidráulica Magnus; Projeto de uma Rede de Sensores Passivos para Medição da Integridade de Equipamentos em Sistemas de Energia com Transmissão sem Fio; Desenvolvimento Tecnologia Biodigestão para o Processamento Resíduos Agrícolas Adequadas do Contexto Rural Brasileiro; Desenvolvimento de uma Célula a Combustível Microbiana para Geração de Energia Elétrica Distribuída.

## Eletrobras Chesf

A Eletrobras Chesf, em 2015, investiu em projetos de pesquisa e desenvolvimento o montante aproximado de R\$ 6,5 milhões. Destaque-se o desenvolvimento dos projetos:

- Central Fotovoltaica da plataforma solar de Petrolina;
- Da ideia ao mercado: desenvolvimento e implementação de método inovador que garanta um processo sistemático e contínuo de geração de valor no desenvolvimento de projetos de P&D+I para a Chesf;
- Técnicas não destrutivas e micromecânicas aplicadas ao estudo da mitigação da Reação Álcali Agregado (RAA);
- Desenvolvimento de Metodologia para Planejamento Integrado Eletroenergético da Região Nordeste (DMPIER);
- Sistema de gestão ambiental com suporte a dados geoespaciais, multimídia e dispositivos móveis;
- Sistema geometrológico: detecção, processamento, análise e monitoramento em estruturas de aproveitamento hidroelétrico da Eletrobras Chesf; e
- Chaveamento controlado de linhas de transmissão.

## Eletrobras Acre

A Eletrobras Acre, em 2015, investiu em projetos de pesquisa e desenvolvimento o montante aproximado de R\$ 1,2 milhões. Destaque-se o desenvolvimento dos projetos:

- Sistema de priorização de planos de expansão de MT / AT - 2012/2015; Sistema de inteligência analítica do setor elétrico (prioritário Aneel) - 2014/2015; e
- Sistema universal de blindagem antifraude para medidores - 2013/2015.

## Eletrobras Piauí

A Eletrobras Piauí, em 2015, investiu em projetos de pesquisa e desenvolvimento o montante aproximado de R\$ 2,9 milhões. Destaque-se o desenvolvimento dos projetos:

- Metodologia para cálculo e gerenciamento de perdas em redes de distribuição de energia elétrica;
- Sistema da gestão da energia elétrica baseado em indicadores de eficiência energética;
- Compensação de energia reativa e harmônicos para a melhoria da eficiência energética em redes de distribuição;
- Sistema integrado para avaliação continuada da segurança do sistema de aterramento em subestações energizadas sujeitas às descargas atmosféricas; Metodologia para alocação otimizada de monitores de qualidade de energia elétrica em sistemas de distribuição;
- Recuperação de mercado – energia segura com inibidores de furtos; e
- Desenvolvimento de religador trifásico nacional ambientalmente correto.

## Eletrobras Eletronorte

Em 2015, a Eletrobras Eletrosul investiu em projetos de pesquisa e desenvolvimento o montante aproximado de R\$ 16,5 milhões. A Gestão da Inovação Tecnológica e Eficiência Energética é norteada por três programas, geridos por uma superintendência situada em Brasília:

- Programa Eletronorte de Pesquisa e Desenvolvimento (PEPD), cujo objetivo é a gestão da inovação tecnológica;
- Programa Eletronorte de Propriedade Intelectual (Pepi), que busca criar a cultura da inovação na empresa; e
- Programa Eletronorte de Eficiência Energética (Peee), cuja finalidade é desenvolver ações de combate ao desperdício e redução de custo com energia elétrica, por intermédio de programas e projetos de eficiência energética.

Os instrumentos utilizados para apoiar, financiar e incentivar a inovação na Eletronorte podem ser realizados por meio de recursos compulsórios provenientes da Lei 9.991/00 ou opcionais, voltados ao desenvolvimento de soluções tecnológicas inovadoras pelos próprios colaboradores e recursos para aquisição de inovações com originalidade apenas para a Eletrobras Eletronorte.

Como fonte de recursos opcionais podem ser utilizados recursos de origem interna ou externa, por meio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Para a realização de projetos de pesquisas com visão sistêmica para as empresas Eletrobras e para a realização de ensaios laboratoriais para projetos de P&D+I podem ser utilizados os recursos repassados ao Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel).

O Plano Diretor de Inovação Tecnológica (Pdit) da Eletronorte possui como premissa um funil de ideias cuja saída são inovações, sendo o responsável por direcionar os investimentos em P&D+I da empresa e adequá-los à sua estratégia.

## Eletrobras Furnas

A Eletrobras Furnas, em 2015, investiu em projetos de pesquisa e desenvolvimento o montante aproximado de R\$ 16,4 milhões. Destaque-se o desenvolvimento dos projetos:

- Biomantas fibra de coco - uso ambiental;
- Concreto fibroso de alta performance;
- Reologia aplicada aos concretos de uhés;
- Análise comp. fragmentos e reflorestamento;
- Cavitação tipo vórtice de núcleo;
- Plataforma modelagem numérica atmosférica;
- Influência de tanques-rede no sedimento;
- Modelagem e otimização de estruturas;
- Monitoramento de processos erosivos;
- Utilização TFV geração maqs síncronas;
- Usina Fotovoltaica - Jaiba;
- LAB UAT;
- Geração energia por pirólise;
- Conversor de energia de ondas *offshore*;
- Embarcação com tração elétrica;
- Ônibus com tração elétrica;
- Planejamento estratégico de novas tecnologias de operação *Smart Grid*;
- Aerogerador pás dobráveis e articuladas;
- Automação e monitoramento segurança de barragens;
- Metodologia - otimização de empreendimentos;
- Análise da macroturbulência em vertedouros em degraus;
- Sistema de análise e previsão da matriz analítica de riscos para geração e transmissão;
- Aspectos de regulação em engenharia; e
- Aspectos de regulação econômica.

## Itaipu Binacional

A Itaipu Binacional, em 2015, investiu em projetos de pesquisa e desenvolvimento o montante aproximado de R\$ 23,9 milhões. Destaque-se o desenvolvimento dos projetos:

- Energia distribuída: ações de pesquisa para metodologia científica e tecnológica da geração distribuída com saneamento ambiental;
- Tecnologias de distribuição e transmissão: desenvolvimento especializado de pesquisas e na realização de testes e verificações do desempenho dinâmico de equipamentos e sistemas associados à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Tem-se uma plataforma digital de simulação de sistemas elétricos em tempo real que está dedicada à execução de testes em tempo real de sistemas de proteção e controle de sistemas de potência, estudo do comportamento transitório, dinâmico e de regime permanente de sistemas de potência, sistemas supervisórios e de gerenciamento de energia e sistemas de automação;

- Tecnologias de energia renovável: desenvolvimento de pesquisas, gestão e acreditação dos laboratórios de Biogás; desenvolvimento de pesquisas e operacionalização da Planta de Produção de Hidrogênio em escala piloto; Apoio ao desenvolvimento de baterias de sódio;
- Segurança de Barragens: desenvolvimento de Pesquisa Aplicada em Segurança de Barragens por meio de um centro para estudos sobre os comportamentos das estruturas e seus respectivos materiais, para avaliação dos resultados das medições efetuadas no passado, para avaliação da correlação entre as medições efetuadas com as prováveis causas, além do desenvolvimento de técnicas de inteligência computacional relacionadas ao comportamento e segurança de barragens.

## Eletrobras CGTEE

Em 2015, a Eletrobras Eletrosul investiu em projetos de pesquisa e desenvolvimento o montante aproximado de R\$ 54 mil. Continuaram em execução os convênios de P&D dos projetos: Microalgas, Qualidade do Ar e CCR. Além disso, iniciou a execução do projeto Modelagem numérica queima, sem custos para a CGTEE.

Foi realizada a adequação e estão em contratação sete propostas de projetos da Chamada Pública P&D CGTEE 2014:

- Elastômero (com uso de cinzas da Usina de Candiota);
- Selênio no Meio Ambiente;
- Microgerador (através da captação de energias residuais);
- Mercúrio (diagnóstico e minimizações de mercúrio nos precipitadores eletrostáticos e no dessulfurizador do Complexo de Candiota);
- Energia Solar (desenvolvimento de sistema integrado de conversão e estocagem de energia solar);
- Gaseificação (do carvão de Candiota); e
- Captura de CO<sup>2</sup> (pós-combustão de carvão mineral e síntese de zeólitas e testes de planta piloto).



Foto selecionada no concurso de fotografias  
"Empregados Eletrobras nos Esportes Olímpicos"



Colaboradora  
**Vania Elza de Farias**,  
da Eletrobras Eletrosul  
(Foto: Bóris Machado Corrêa)

A Eletrobras apresentou, no resultado de 2015, prejuízo líquido atribuído aos controladores de R\$ 14.442 milhões, em comparação com um prejuízo líquido de R\$ 3.031 milhões registrado em 2014. Esse resultado foi decisivamente influenciado por:

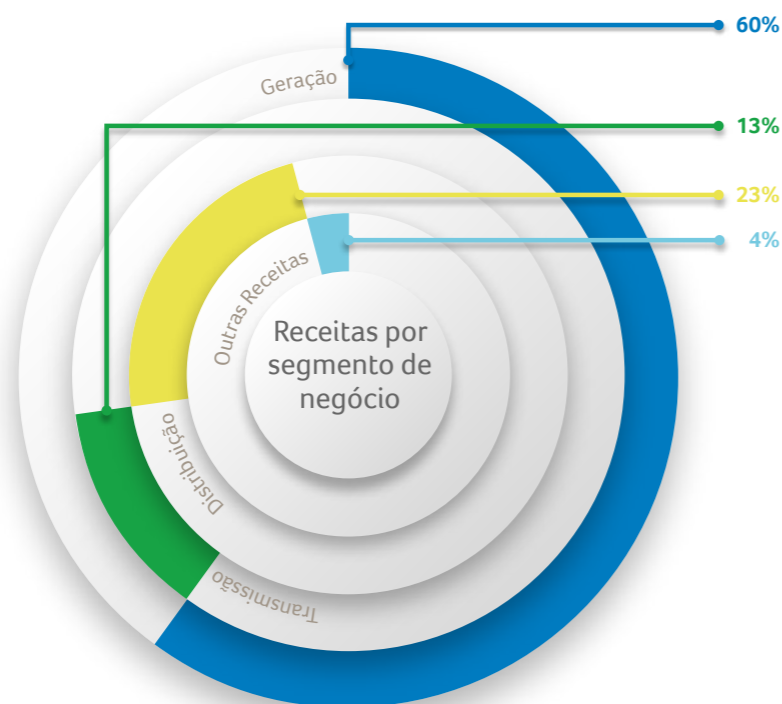
- Provisão para contingências no montante de R\$ 7.084 milhões, com destaque para a provisão relativa ao empréstimo compulsório de R\$ 5.283 milhões e aos ajustes em valores de processos judiciais das empresas Eletrobras Furnas, Chesf e Eletronorte;
- *Impairments* de R\$ 5.991 milhões, fortemente influenciado pelo *impairment* da usina termonuclear de Angra 3 no montante de R\$ 4.973 milhões; e
- Prejuízos das empresas distribuidoras que somaram R\$ 5.195 milhões em 2015.

Além dos pontos já abordados, o resultado de 2015 foi impactado também pelas seguintes variáveis:



- Reversão de provisão para perdas em investimentos no montante de R\$ 611 milhões, principalmente influenciando pela reversão de R\$ 1.100.499 relativo a processo judicial favorável à subsidiária Amazonas Energia;
- Aumento de 22,5% na receita de operação e manutenção no segmento de transmissão;
- Melhora de 146% no resultado de participações societárias; e
- Repasse de Itaipu de R\$ 234 milhões; e Efeito positivo relacionado à Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" – CVA no valor de R\$ 324 milhões.
- Redução de 53% da receita de venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE);
- Despesas relativas a energia comprada para revenda no montante de R\$ 10.766 milhões; e
- Redução da remuneração das indenizações referente à 1ª tranche da Lei 12.783/2013, que apresentou uma variação de 89% devido à redução do saldo decorrente dos pagamentos da 1ª tranche ao recálculo de juros e atualizações dos créditos indenizatórios.

# Receita operacional



A Receita Operacional Líquida, no montante de R\$ 32.589 milhões apresentou, em 2015, um crescimento de 8,1% em relação ao ano de 2014, quando foi registrado o montante de R\$ 30.138 milhões. Na análise por segmentos, são apresentados os seguintes destaques:

- As receitas de geração apresentaram uma redução de 6,1%, passando de R\$ 21.256 milhões em 2014 para R\$ 19.959 milhões em 2015. Essa redução é explicada pela queda da receita de venda de energia no mercado de curto prazo (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE), assim como pela redução das receitas de suprimento das subsidiárias Eletronuclear, em virtude da parada programada da Usina Termonuclear Angra 2, em outubro de 2015, e CGTEE, em função da redução na geração das suas usinas. A venda de energia no mercado de curto prazo passou de R\$ 3.818 milhões para R\$ 1.812 milhões, devido, principalmente, à venda de energia pelas controladas Furnas e Eletronorte no Leilão A-1, em 2014, e a redução do Preço da Liquidação das Diferenças (PLD), em 2015. A redução das vendas na CCEE foi parcialmente compensada pelo aumento de 1,1% da receita de suprimento, que passou de R\$ 12.175 milhões para R\$ 12.310 milhões, sobretudo pelo efeito da energia comercializada no citado Leilão A-1, através do qual foi comercializada energia, de longo prazo, a uma tarifa média acima do valor de mercado atual. A receita de fornecimento também apresentou crescimento de 7,7%, passando de R\$ 3.317 milhões para R\$ 3.572 milhões. A receita de construção tem valor equivalente contabilizado ao custo de construção.
- As receitas de transmissão apresentaram um crescimento de 20,2%, passando de R\$ 4.702 milhões, em 2014, para R\$ 5.611 milhões, em 2015, influenciadas, principalmente, pelo crescimento de 22,5% das receitas de operação e manutenção e pelo crescimento de 17,3% da atualização da taxa de retorno. Essa variação é explicada fundamentalmente pelas atualizações monetárias na Receita Anual Permitida (RAP) e pela entrada em operação de novos investimentos. A receita de construção passou de R\$ 1.786 milhões, em 2014, para R\$ 2.078 milhões, em 2015, porém sem efeito para o resultado, uma vez que possui valor equivalente contabilizado como custo de construção.

- As receitas do segmento de distribuição apresentaram um aumento de 97%, passando de R\$ 8.184 milhões em 2014 para R\$ 16.171 milhões em 2015. Quando desconsideradas as receitas relativas a Celg-D, as receitas do segmento de distribuição apresentam um crescimento de 26,2%, passando de R\$ 6.491 milhões para R\$ 8.193 milhões. O incremento verificado na receita de fornecimento se deve, principalmente, à implementação das bandeiras tarifárias, que tem como contrapartida um aumento de encargos setoriais. Desconsiderando as receitas da Celg-D, o fornecimento de energia apresentou um aumento de 5,2%, passando de R\$ 7.310 milhões, em 2014, para R\$ 7.689 milhões, em 2015. A receita de construção tem valor equivalente contabilizado como custo de construção.

Receita Operacional Líquida	2015 (R\$ milhões)	2014 (R\$ milhões)
Geração - Suprimento	12.310	12.175
Geração - Fornecimento	3.572	3.317
Geração - CCEE	1.812	3.818
Geração - Receita de operação e manutenção	1.883	1.803
Geração - Receita de construção	148	240
Geração - Repasse Itaipu (vide II.3.a)	234	-98
Transmissão - Receita de operação e manutenção	2.696	2.201
Transmissão - Receita de construção	2.078	1.786
Transmissão - Atualizações da taxa de retorno	838	714
Distribuição - Fornecimento e suprimento	14.835	7.310
Distribuição - Receita de construção	1.012	873
Distribuição - CVA e outros componentes financeiros	324	38
Outras Receitas	1.484	1.339
<b>Total</b>	<b>43.226</b>	<b>35.519</b>
(-)Deduções da Receita	-10.637	-5.381
Receita Operacional Líquida	32.589	30.138

## Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido passou de uma receita líquida de R\$ 695 milhões, em 2014, para uma despesa líquida de R\$ 1.699 milhões, em 2015. Desconsiderando o resultado financeiro da Celg-D, o resultado financeiro seria negativo no montante de R\$ 833 milhões, em 2015, frente a um montante positivo de R\$ 823 milhões, em 2014. Essa variação deve-se, principalmente, ao crescimento dos encargos da dívida, que passaram de R\$ 3.449 milhões, em 2014, para R\$ 6.340 milhões, em 2015, influenciada pelos juros e mora relativos às dívidas das distribuidoras com fornecedores de combustível em razão do recebimento de créditos do fundo setorial da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC). A remuneração das indenizações da 1ª tranche da Lei 12.783/2013 passou de um montante positivo de R\$ 1.019 milhões, em 2014, para um montante positivo de R\$ 115 milhões, em 2015, devido à redução do saldo decorrente dos pagamentos da 1ª tranche e ao recálculo de juros e atualizações dos créditos indenizatórios.

## Resultado consolidado

Lucro líquido	2015	2014
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>32.589</b>	<b>30.138</b>
Custos operacionais		
Energia comprada para revenda	-10.766	-10.425
Uso da rede elétrica	-1.738	-1.523
Combustível para produção de energia elétrica	-1.250	-1.480
Construção	-3.238	-2.900
<b>Resultado bruto</b>	<b>15.597</b>	<b>13.810</b>
Despesas operacionais		
Pessoal, Material e Serviços	-9.495	-8.485
Remuneração e Ressarcimento	-349	-387
Depreciação e amortização	-1.843	-1.777
Outras despesas	-2.347	-2.146
	<b>1.563</b>	<b>1.015</b>
Participações societárias	531	-1.217
Provisões operacionais	-14.639	-1.755
	<b>-12.545</b>	<b>-1.957</b>
Receita de juros e aplicações financeiras	2.251	2.092
Atualização monetária	2.403	346
Variação cambial	33	296
Encargos da dívida	-6.340	-3.449
Encargos de recursos de acionistas	-41	-87
Remuneração das indenizações - Lei 12.783/13	115	1.019
Outros resultados financeiros	-120	478
	<b>-14.244</b>	<b>-1.262</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	-710	-1.701
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>-14.954</b>	<b>-2.963</b>
Participação atribuída aos não controladores	-512	69
<b>Lucro líquido Consolidado</b>	<b>-14.442</b>	<b>-3.031</b>

## Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (Lajida - Ebitda)

O Ebitda atingiu um prejuízo de R\$ 10.702 milhões no ano de 2015, com uma margem negativa de 33%, uma queda de 32 p.p. no comparativo com o ano de 2014. Já o Ebitda ajustado mostrou evolução frente a 2014 e fechou o ano de 2015 com um resultado positivo de R\$ 2.853 milhões.

Ebitda consolidado (R\$ milhões)	2015	2014
Resultado do Exercício	-14.954	-2.963
(+) Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	710	1.701
(+) Resultado Financeiro	1.699	-695
(+) Amortização e Depreciação	1.843	1.777
<b>(=) Ebitda</b>	<b>-10.702</b>	<b>-180</b>
AJUSTES		
Perdas em Investimentos	-611	-314
Contratos onerosos	366	-1.800
Provisão para perda do Ativo financeiro	0	-792
Impairment	5.842	149
Provisão para contingências	7.084	3.656
Provisão para perdas no Imobilizado	0	235
PCLD	659	-185
PID	214	380
<b>= Ebitda ajustado</b>	<b>2.853</b>	<b>1.150</b>

## Resultado por segmento de negócio

A tabela a seguir apresenta o resultado por segmento de negócio para os anos de 2015 e 2014. A coluna “Eliminações” refere-se às operações realizadas entre as empresas Eletrobras e que são subtraídas na apuração do lucro/prejuízo consolidado da Eletrobras.

Resultado por segmento de negócio (R\$ milhões)								
Resultados	Administração	Geração		Transmissão		Distribuição	Eliminações	Total em 31/12/2015
		Regime de Exploração	Regime de O&M	Regime de Exploração	Regime de O&M			
Receita Operacional Líquida	348	16.494	1.748	1.839	3.826	10.352	-2.018	33.589
Custos e Despesas Operacionais	-11.819	-21.212	-1.587	-3.254	4.008	-10.270	7.484	-45.665
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	-11.471	-5.718	161	-1.415	-182	82	5.466	-13.076
Resultado Financeiro	3.958	-2.361	-657	-573	-241	-1.752	-74	-1.699
Resultado de Participações Societárias	-6.092	-	-	-	-	-	6.623	531
Imposto de renda e contribuição social	-871	-127	0	257	20	11	-	-710
Lucro Líquido (prejuízo) do período	-14.475	-8.206	-496	-1.731	-404	-1.658	12.016	-14.954

Resultado segmento de negócio (R\$ milhões)								
Resultados	Administração	Geração		Transmissão		Distribuição	Eliminações	Total em 31/12/2014
		Regime de Exploração	Regime de O&M	Regime de Exploração	Regime de O&M			
Receita Operacional Líquida	82	18.266	1.555	1.998	2.979	6.664	-1.407	30.137
Custos e Despesas Operacionais	6.075	-14.030	-1.756	-1.912	-2.792	-6.457	2.143	-30.877
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	-5.993	4.236	-200	87	188	208	736	-740
Resultado Financeiro	2.463	-1.280	420	-271	-30	-596	-12	695
Resultado de Participações Societárias	-1.484	-	-	-	-	-	268	-1.217
Imposto de renda e contribuição social	-242	-2.690	-1.309	3.422	-904	22	-	-1.701
Lucro Líquido (prejuízo) do período	-5.256	265	-1.089	3.239	-746	-367	991	-2.963

## Envidamento consolidado

Dívida líquida	2015	2014*
Financiamentos a Pagar + Debentures - (RGR)	40.521	32.877
Caixa + Títulos e valores mobiliários	8.432	5.362
Financiamentos a Receber - (RGR)	15.353	12.093
Dívida Líquida	16.737	15.422

\* Retificado de acordo com nova metodologia

## Mercado de capitais

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social da Eletrobras totalizava R\$ 31.305.331 mil, representado por 1.352.634.100 ações, conforme tabela a seguir.

As ações ordinárias da companhia são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA) sob o código ELET3 e as ações preferenciais classe B e classe A são negociadas na BM&FBOVESPA sob os códigos ELET6 e ELET5, respectivamente. Na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE), as ações são negociadas através do Programa de ADR nível II, sob os códigos EBR e EBR-B. Na Bolsa de Valores de Madri (Latibex), as ações são negociadas através do Programa Latibex, sob os códigos XELTO e XELTB.

Acionistas	Ordinárias	Pref. "A" (%)*	Pref. "B" (%)*	Total (%)
Acionista Controlador	826.022.020	76%	0	826.022.020
União Federal	554.395.652	51%	0	554.395.652
BNDESpar	141.757.951	13%	0	141.757.951
BNDES	74.545.264	7%	0	74.545.264
FND	45.621.589	4%	0	45.621.589
FGHAB	1.000.000	0%	0	1.000.000
CEF	8.701.564	1%	0	8.701.564
FGI	-	-	0	8.750.000
Acionista não controlador	261.028.277	24%	146.920	261.028.277
Custódia CBLC	259.494.572	24%	81.384	259.494.572
Residente	124.893.621	11%	81.383	124.893.621
Não Residente	53.229.265	6%	1	53.229.265
Programa ADR	81.371.686	7%	0	81.371.686
Demais	1.533.705	0%	65.536	1.533.705
Residente	1.533.459	0%	65.509	1.533.459
Não Residente	246	0%	27	246
<b>TOTAL</b>	<b>1.087.050.297</b>	<b>100%</b>	<b>146.920</b>	<b>1.087.050.297</b>

\* As ações preferenciais de emissão da companhia não possuem direito de tag along.

Não houve, em 2015, alteração materialmente relevante na composição do capital social da companhia, tais como aumento, desdobramento, grupamento, bonificação ou redução no capital social da Eletrobras.

## Ações em circulação

Quantidade de Ações em Circulação				
Data base: 31/12/2015	Quantidade (Unidades)	ON	PNA	PNB
Acionistas pessoa física	82.581.236	34.769.273	88.369	47.723.594
Acionistas pessoa jurídica	1.019.064.118	917.679.827	58.523	101.325.768
Investidores institucionais	250.988.746	134.601.197	28	116.387.521

## Demonstração de Valor Adicionado (DVA)

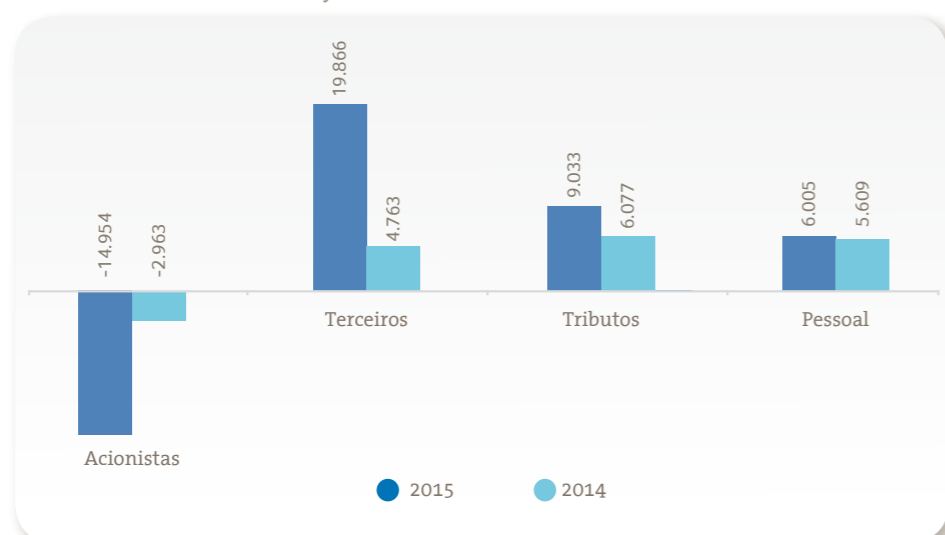
GRI G4-EC1

Em 2015, observa-se variação negativa de R\$ 11.991 milhões no valor adicionado para os acionistas, que passou de R\$ 2.963 milhões negativos em 2014 para R\$ 14.954 milhões negativos em 2015. O aumento de R\$ 15.103 milhões nos valores para terceiros, reflete, principalmente:

- Impacto do câmbio nas dívidas em moeda estrangeira, com reflexo na conta “variações cambiais passivas” (aumento de R\$ 7.220 milhões);
- Encargos de dívidas (aumento de R\$ 2.892 milhões), reflexo, principalmente, do maior endividamento e de atualizações de débitos com fornecedores de combustível e CDI.

O aumento de R\$ 2.956 milhões nos tributos é reflexo do aumento dos tributos sobre a receita, em especial, por causa do faturamento do segmento de distribuição, que cresceu 97%, passando de R\$ 8.183 milhões em 2014 para R\$ 16.171 milhões, em 2015, fortemente influenciado pela aquisição da Celg-D.

Demonstração do valor adicionado (R\$/milhões)



A variação de 7,1% na conta de pessoal, que passou de R\$ 5.609 milhões, em 2014, para R\$ 6.005 milhões, em 2015, está em linha com a inflação do período, e reflete reajuste salarial (acordo coletivo), PID da Eletronuclear, entre outros fatores. Cabe destacar que sem a Celg-D a conta de pessoal apresenta crescimento de somente 1%.

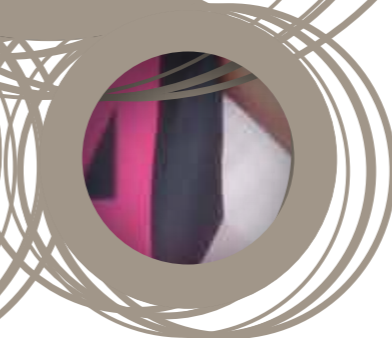
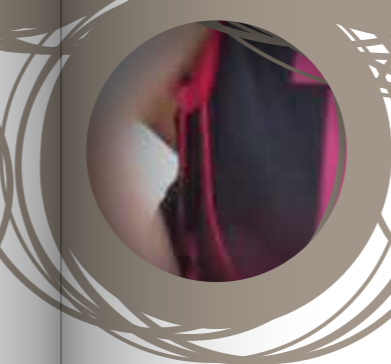
Esse efeito do aumento dos valores para terceiros e tributos, teve como contrapartida:

- Aumento das receitas financeiras (R\$ 9.252 milhões), em especial da conta “variações cambiais ativas” (R\$ 6.958 milhões), por causa dos recebíveis de Itaipu, e da conta de “atualizações monetárias ativas” (R\$ 2.923 milhões), por causa da atualização de recebíveis e créditos junto aos fundos setoriais;
- Aumento do faturamento da distribuição.

Dessa forma, a variação de R\$ 11.991 milhões para os acionistas da Eletrobras é explicada, principalmente, pelo aumento das provisões, cabendo destacar:

- Contingências judiciais (empréstimo compulsório e outras), no montante de R\$ 7.084 milhões; e
- *Impairment*, no montante de R\$ 5.991 milhões (sendo R\$ 4.973 milhões para Angra 3).





# Colaboradores

A Eletrobras entende que seus colaboradores são fundamentais para o alcance dos resultados e o sucesso da organização. A Política de Gestão de Pessoas das Empresas Eletrobras dissemina diretrizes orientadas a soluções que proporcionem condições adequadas ao desenvolvimento, valorização e retenção de pessoas.

Dessa forma, promove continuamente ações para a melhoria das condições de trabalho e qualidade de vida para seus empregados e, além dos exigidos por lei, a organização oferece uma série de benefícios e licenças pactuados no Acordo Coletivo de Trabalho, cuja negociação ocorre geralmente a cada ano. A Eletrobras oferece também benefícios voltados para os dependentes dos empregados, demonstrando que o cuidado com a qualidade de vida vai além do ambiente de trabalho.

Pela sua natureza jurídica de sociedade de economia mista, a Eletrobras está compelida pela Constituição Federal de 1988 a realizar concurso público para contratação de seus empregados.

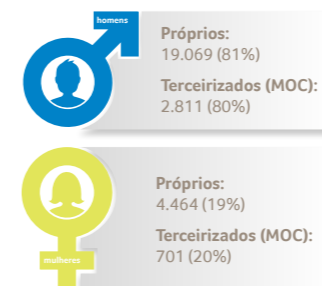
Quando a Eletrobras decide pela abertura de um concurso público, a área de Gestão de Pessoas verifica junto às outras áreas da empresa a demanda necessária por profissionais. As disciplinas desejadas são decididas pela Eletrobras, mas o conteúdo é definido pela instituição contratada para a organização do concurso, com aprovação da Eletrobras. Normalmente os concursos são realizados com previsão de vagas e manutenção de cadastro de reserva para futuras convocações, se necessárias, durante o tempo de validade do certame.

A seleção é toda focada em conhecimentos, com base no resultado do concurso. A companhia analisa o perfil do candidato convocado para melhor definição da área da empresa onde o mesmo será alocado.

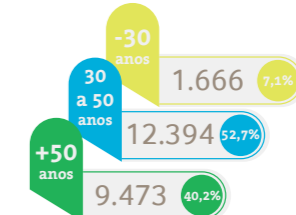
## Perfil dos profissionais

GRI G4-9, G4-10, G4-LA12

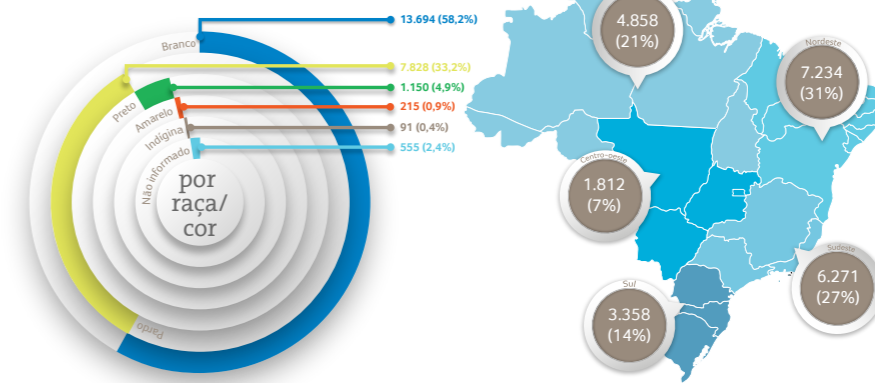
### Por gênero



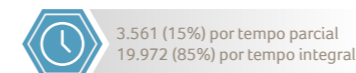
### Por idade



### Por região



### Por tipo de emprego



### Por contrato de trabalho



Foto selecionada no concurso de fotografias "Empregados Eletrobras nos Esportes Olímpicos"



Colaboradora Terezinha Maria Vieira, da Eletrobras Eletronorte (Foto: Rogerio Soares Carvalho Silva)

## Rotatividade

A rotatividade das empresas Eletrobras é baixa, com poucas saídas de empregados, e se mantém praticamente estável nos últimos anos, conforme mostra o quadro a seguir.

Taxa de Turnover <sup>1</sup>			
Empresas	2015	2014	2013
Holding	1,10%	1,70%	1,60%
Cepel	6,10%	6,20%	1,20%
CGTEE	0,70%	4,50%	2,50%
Chesf	0,40%	2,70%	2,40%
Eletronorte	0,30%	0,50%	0,50%
Eletronuclear	0,60%	1,90%	1,30%
Eletrosul	1,20%	2,00%	0,30%
Furnas	0,80%	1,10%	1,00%
ED Acre	1,40%	2,90%	2,40%
ED Alagoas	4,80%	1,10%	2,80%
Amazonas*	0,40%	0,70%	3,50%
ED Piauí	2,20%	1,20%	6,60%
ED Rondônia	0,80%	1,50%	0,40%
ED Roraima	1,30%	5,00%	1,50%
Itaipu	3,50%	1,40%	3,50%
Total das empresas Eletrobras	1,50%	1,70%	1,66%

<sup>1</sup> Refere-se a relação entre admissões e demissões de pessoal.  
\* O percentual da Amazonas se refere a Amazonas Energia (D) e Amazonas GT.

## Saúde e segurança dos empregados

A gestão de saúde e segurança no trabalho nas empresas Eletrobras se dá através da antecipação, reconhecimento, avaliação e controle dos riscos ocupacionais nos locais de trabalho e promoção da saúde dos colaboradores.

### G4-LA8

A Eletrobras negocia anualmente Acordos Coletivos de Trabalho, nos quais são inclusos temas relativos a saúde e segurança. Em 2015, os principais aspectos nesse sentido cobertos pelos acordos foram:

- Proteção à maternidade com a redução da jornada diária de trabalho em até duas horas por 180 dias após a licença maternidade.
- Concessão de licença para acompanhamento de cônjuge ou companheiro(a), ascendentes e descendentes de primeiro grau e dependentes do plano de saúde, nos casos de internação por doença, cirurgia, recuperação domiciliar e/ou situações emergenciais.
- Concessão de licença no falecimento de madrasta ou padrasto nas mesmas condições que o praticado no falecimento de pai e mãe.
- Complementação de remuneração, inclusive a do décimo terceiro salário, a trabalhadores afastados no valor correspondente à diferença entre a sua remuneração mensal e o benefício recebido da Previdência Social a título de auxílio doença ou acidente de trabalho.

Para isso, são realizados exames médicos anualmente e são executados programas e campanhas de prevenção de acidentes e doenças do trabalho. A companhia também conta com a dedicação exclusiva dos profissionais do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) em instalações e/ou situações estratégicas das empresas.

Em julho de 2015, foi realizada a Campanha de Prevenção Unificada, no Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho, com atenção para os cuidados com transporte, em que cada empresa trabalhou o tema com os empregados.

As condições de trabalho e bem-estar dos empregados fazem parte da Política de Sustentabilidade das Empresas Eletrobras e são respeitadas por meio da Política de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional, que visa priorizar a segurança e a saúde dos empregados, com foco na prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, atendendo aos requisitos legais e regulamentares.

Em 2015, a *holding* manteve os atendimentos às normas de riscos ambientais, periculosidade, bem como a realização de acompanhamento dos empregados que fazem atividades externas e de inspeções físicas de obras, empreendimentos e/ou serviços de projetos. Além disso, deu continuidade ao comitê de ergonomia e estendeu os Programas de Segurança do Trabalho e Ergonomia para o escritório de Brasília.

Todas as empresas Eletrobras fornecem, anualmente, informações sobre os riscos relacionados com o trabalho e tomam as precauções quando necessário. No Programa Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) são identificadas, avaliadas e levantadas ações para neutralizar o risco potencial de acidentes, doenças e/ou condições desfavoráveis no ambiente de trabalho, os quais são divulgados aos empregados, terceirizados e todos os outros que compõem o quadro de pessoal.

A Eletrobras Eletronuclear emprega ferramentas e controles específicos para identificar e monitorar os riscos no ambiente de trabalho relativos à energia nuclear, a fim de evitar os possíveis impactos negativos representativos. A empresa trabalha com as tecnologias mais avançadas existentes e ainda prevê planos de segurança e emergência.

As empresas Eletrobras contam, além do SESMT, com as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipa). A missão da Cipa é prevenir acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, a fim de tornar compatível o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde ocupacional. Ao menos uma vez por ano, é realizada a Semana Interna de Prevenção de Acidentes (SIPAT).

## Qualidade de vida

Os diversos programas de qualidade de vida nas empresas Eletrobras visam à prevenção de doenças e à promoção da saúde e da qualidade de vida dos seus colaboradores, contemplando ações voltadas para a redução dos fatores de risco de doenças crônicas, estimulando à prática de atividade física e a promoção de hábitos alimentares saudáveis, o espírito de equipe e a integração entre os colaboradores. Os programas, desta forma, agregam valor para a qualidade de vida no trabalho, além de proporcionarem suporte aos empregados elegíveis à aposentadoria.

Em 2015, foi aplicada a 1ª Pesquisa Unificada de Qualidade de Vida no Trabalho das Empresas Eletrobras, que foi elaborada pelo Grupo de Trabalho de Qualidade de Vida, no âmbito do Plano de Transformação do Sistema Eletrobras.

O objetivo da ação foi realizar um diagnóstico da percepção dos empregados sobre a sua qualidade de vida no trabalho e promover ações

de melhorias alinhadas aos objetivos organizacionais. Foram 32 assertivas subdivididas nas quatro dimensões que caracterizaram o modelo adotado no estudo: biológica, psicológica, social e organizacional. A partir das respostas dos 5.183 participantes das empresas Eletrobras foi possível extrair o índice de qualidade de vida no trabalho no valor de 62 (escala de 0 até 100).

Outras ações, em 2015, que merecem destaque:

- Apresentações dos corais da *holding* e do Eletrobras Cepel;
- Participações em diversas corridas de rua, dos colaboradores da *holding*, Eletrobras Cepel, Eletronuclear e Furnas;
- Campanha anual de vacinação contra a gripe;



Foto: Jorge Coelho (Eletrobras)

- Comemoração do Dia das Crianças por meio do Programa Família-Empresa, que aproximou os familiares dos empregados do cotidiano da empresa, gerando momentos de sinergia, aprendizado e diversão na *holding*;
- Campanhas “Outubro Rosa” e “Novembro Azul”, realizadas em alusão à prevenção do câncer de mama, próstata e diabetes, respectivamente;
- Ginástica laboral em Itaipu e Eletrobras Furnas;
- Festival de Música na Eletrobras Furnas;
- Dança de Salão, aulas de canto coletivo, Vigilantes do Peso e diversas apresentações artísticas na Eletrobras Eletronuclear;
- Ação de relações interpessoais no ambiente de trabalho e programa de combate ao uso de álcool e drogas na Eletrobras CGTEE;
- Itaipu deu continuidade ao desenvolvimento das ações do Programa Reviver, cujo objetivo é trazer um novo olhar sobre o conceito de saúde e incentivar os empregados a se responsabilizarem pelo seu próprio equilíbrio e bem-estar, nas diversas dimensões (física, emocional, social e organizacional) com execução de práticas integrativas e reflexivas.

No âmbito das melhores práticas de gestão de pessoas, a *holding* esteve presente apresentando as suas práticas de saúde e qualidade de vida nos seguintes eventos externos:

- Congresso RH Rio 2015;
- Congresso Anual de Recursos Humanos de Empresas de Energia da América Latina e 3rd Annual LatAm HR in Energy;
- Participação da Divisão de Saúde e Qualidade de Vida no Painel “Estratégias de RH para Eliminar os Fatores de Risco de Saúde, Segurança e Meio Ambiente”;
- 4º Congresso Latino Americano em Saúde, Segurança e Meio Ambiente das Empresas de Energia (4th Annual Latam HSSE Energy).

## Remuneração e benefícios

GRI G4-51, G4-52, G4-53, G4-EC3, G4-LA2, G4-LA13

A política de salários da Eletrobras leva em consideração a matriz salarial de cada cargo, definida no Plano de Carreira e Remuneração (PCR), o estabelecido nos acordos coletivos e a distribuição de parcela variável sob forma de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR), pactuados com as entidades sindicais.

Importante destacar que o PCR tem base na meritocracia, no desenvolvimento da carreira, promoções e aumentos salariais, sem distinção de gêneros, raças ou outras características que influenciem o acesso à carreira. Nesse sentido, em 2015, o salário base de mulheres, se comparado ao dos homens nas mesmas categorias funcionais, ficou próximo da equivalência, variando apenas por conta de fatores como tempo de casa. Na categoria gerencial, a média dos salários das mulheres chegou a 0,96 do salário dos homens, na categoria superior chegou a 0,88 e na categoria fundamental e médio chegou a 0,96. O comparativo entre a remuneração de mulheres e homens, apresentado por empresa, pode ser observado na tabela a seguir.

Razão matemática do salário e remuneração entre mulheres e homens

Empresa	Nível gerencial	Nível superior	Nível fundamental e médio
Holdings	0,95	0,98	1,11
Cepel	0,98	0,96	1,18
CGTEE	0,70	0,91	0,92
Chesf	0,81	0,81	1,00
Eletronorte	0,87	0,84	0,97
Eletronuclear	0,84	0,91	0,98
Eletrosul	0,97	0,92	1,03
Furnas	1,03	0,85	0,97
ED Acre	1,05	0,99	1,15
ED Alagoas	1,09	0,88	0,82
Amazonas Energia	0,92	0,88	0,96
Amazonas G&T	1,08	0,98	1,00
ED Piauí	1,16	0,72	0,85
ED Rondônia	0,99	0,86	1,06
ED Roraima	0,67	0,75	0,36
Itaipu	0,91	0,89	0,92
EletrobrasPar	1,23	-	-
Total (média)	0,96	0,88	0,96

Além dessa remuneração fixa e variável, a companhia também oferece uma série de benefícios, listados a seguir:

Programa cuidador, auxílio funeral, licença maternidade e extensão da licença, licença paternidade, assistência médica/plano de saúde, cobertura para incapacidade/invalidade, seguro de vida em grupo, fundo de aposentadoria, auxílio creche/pré-escola, remuneração variável, auxílio refeição/alimentação, gratificação de férias, assistência odontológica, vale transporte, licença para trabalhadores vítimas de violência doméstica, proteção à maternidade, licença

para acompanhamento, licença por falecimento de padrasto ou madrasta, auxílio educacional, complemento auxílio doença, auxílio graduação, cursos de pós-graduação em diversas áreas, programas de mestrado, doutorado e especialização, cursos de idioma estrangeiro, adicional por tempo de serviço, assistência psicopedagógica proporcionada aos empregados e/ou dependentes portadores de necessidades especiais. Os colaboradores também contam com fundo de pensão.

## Remuneração de diretores e alta gestão

A remuneração mensal dos diretores da Eletrobras é fixada pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest), em consonância ao Decreto nº 8.578 de 26 de novembro de 2015. A remuneração mensal dos membros dos conselhos de administração e fiscal das empresas públicas e das sociedades de economia mista federais não excederá, em nenhuma hipótese, a dez por cento da remuneração mensal média dos diretores das respectivas empresas, conforme Lei 9.292, de 12 de julho de 1996. Os conselheiros de administração não recebem remuneração adicional por participação em comitês e/ou comissões de assessoramento do conselho. Além disso, não há participação de consultores de remuneração na definição da remuneração dos conselheiros e diretores.

Os membros da Diretoria Executiva fazem jus a remuneração fixa e a Remuneração Variável Anual de dirigentes (RVA), vinculada à participação nos resultados da empresa. Em 2015, os diretores não receberam a parcela referente a remuneração variável devido ao processo de negociação junto ao DEST.

## Plano de carreira

O Plano de Carreira e Remuneração (PCR) das empresas Eletrobras está em vigor desde 2010, unificando as diretrizes e políticas de cargos, carreira e remuneração.

O PCR envolve quatro dimensões: carreira, cargos, remuneração e desempenho, que foram elaboradas a partir das necessidades requeridas pelo modelo de atuação das empresas, pelo ambiente e realidade existente em cada organização e com base na sustentação conceitual do modelo de competências.

No sistema de carreira por competência, o empregado evolui profissionalmente por meio de aquisição, do desenvolvimento e da entrega das competências preestabelecidas e avaliadas pela organização.

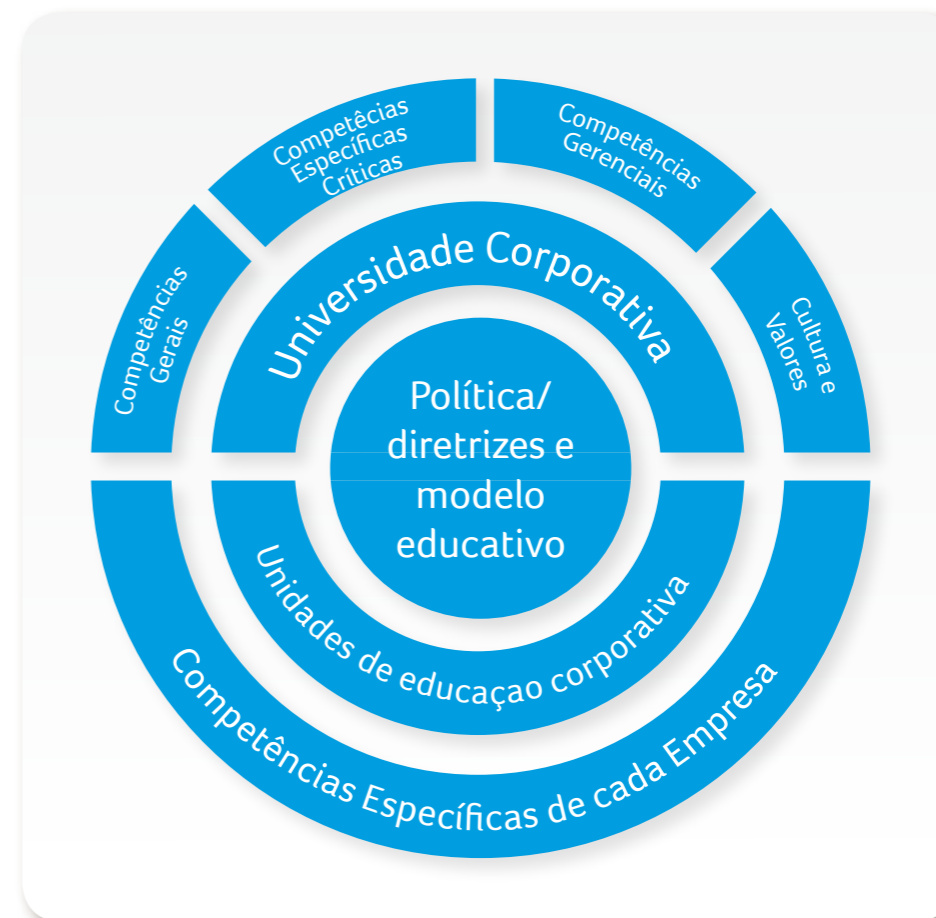
Na gestão de pessoas por competências, os critérios para a evolução na carreira deixam de ser o cargo, atividades ou tempo e passam a ser as capacidades demonstradas pelos profissionais que viabilizam um desempenho superior, alinhadas aos objetivos organizacionais e traduzidas através da agregação de valor. Ou seja, a evolução na carreira ocorrerá em função de duas variáveis: as necessidades da organização e a capacidade do empregado em atendê-las.

Nesta estrutura foi definido um modelo de carreira que abrange carreira base e funções, com os requisitos de acesso e de movimentação específicos.

## Desenvolvimento profissional

Desde a sua criação em 2009, o modelo de funcionamento da educação corporativa das empresas Eletrobras tem como premissa a atuação integrada e cooperativa do conjunto das empresas do sistema, em sintonia com os propósitos estratégicos de integração, competitividade e rentabilidade.

Esse modelo é composto da Universidade das Empresas Eletrobras (Unise) e de 15 unidades de educação corporativa associadas, correspondentes a cada uma das empresas, e tem por objetivo promover o desenvolvimento de todos os empregados nas competências requeridas. A figura a seguir ilustra a Educação Corporativa das Empresas Eletrobras.



A atuação da Unise e das unidades de educação corporativa é orientada pelo Plano de Educação Corporativa (PEC 2015-2019), que contempla e prioriza as ações que serão ofertadas ao longo dos quatro anos previstos. A cada ano, em função da dinamicidade da natureza dos negócios, o PEC é reavaliado com novas demandas estratégicas. Em 2015, a atualização do plano inseriu novas ações educacionais, tais como Gestão de Projetos das Empresas Eletrobras, capacitação do novo sistema ERP a ser implantado, Gestão de Sociedades de Propósitos Específicos, *Compliance*, entre outras.

O desenvolvimento e educação dos empregados previstos nos PECs estão em consonância com as estratégias das empresas e se dão por meio de ações educacionais coordenadas pela Unise (Universidade das Empresas Eletrobras) e pela área de Educação Corporativa de cada empresa, além de treinamentos complementares que podem ser contratados de fornecedores de mercado ou ministrados por educador interno.

Desde 2012, o Programa do Empregado Educador possibilita alocar colaboradores das empresas Eletrobras para ministrar ações educacionais para outros empregados. Com isso, há favorecimento para a criação da cultura de educação na Eletrobras, aliando desenvolvimento e capacitação, otimização de custos e valorização dos empregados.

Na holding, em 2015, 74 empregados foram treinados em quatro ações de empregados educadores, gerando uma economia estimada em R\$ 62.000,00. Para 2016, espera-se potencializar esse programa, em especial com maior utilização para cursos do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), além de outras ações educacionais.



Foto: Jorge Coelho (Eletrobras)

Colaboradores em palestra na Unise, na *holding*, no Rio de Janeiro

A Unise tem como papel fundamental desenvolver as competências gerais definidas no Plano de Carreira e Remuneração (PCR), as competências da liderança, a disseminação dos valores e as competências específicas críticas, para viabilização das estratégias das empresas Eletrobras.

A Unise está estruturada em cinco escolas – Excelência Operacional, Estratégias de Mercado, Gestão, Liderança e Responsabilidade Social Corporativa – e 18 pilares de formação associados às escolas, conforme apresentado no quadro a seguir.

Temas Transversais	Escola	Pilar de Formação
Integração, Competitividade e Sustentabilidade	1. Excelência Operacional	1. Geração
		2. Transmissão
		3. Distribuição
		4. Programas Governamentais
	2. Estratégias de Mercado	1. Comercialização
		2. Internacionalização
		3. Novos Empreendimentos
		4. P&D e Inovação
		5. Regulação Setorial
	3. Gestão	1. Tecnologia de Gestão
		2. Suporte ao Negócio
		3. Comunicação
		4. Governança Corporativa
	4. Liderança	1. Formação e Desenvolvimento de Líderes
		2. Gestão de Pessoas
	5. Responsabilidade Social Corporativa	1. Cultura e Valores
		2. Responsabilidade Socioambiental
		3. Segurança do Trabalho

As escolas são grandes eixos de conhecimento que refletem as orientações estratégicas das empresas Eletrobras. Já os pilares de formação são núcleos temáticos, desdobrados das escolas, que orientam a definição dos programas educacionais para o desenvolvimento das competências profissionais críticas, que viabilizarão essas estratégias.

Em 2015, apesar do contexto de restrições, mas entendendo a importância e o diferencial que certas ações presenciais possuem para a educação corporativa,

principalmente as ações voltadas para o desenvolvimento comportamental dos profissionais e do corpo gerencial, a Unise procurou adotar soluções para a otimização dos recursos em educação.

Assim, para manter orçamento adequado e oferta das ações de forma coerente e viável, a Unise focou nas seguintes medidas:

- Utilização da estratégia de pólos, que tem por objetivo reduzir/eliminar os custos de deslocamentos e hospedagens, sem a perda total da integração das empresas. Neste sentido, sempre que possível, as ações educacionais são ofertadas nas localidades: Rio de Janeiro, Brasília e Recife.
- Parceria com instituições que agreguem maior valor às ações educacionais e criem um padrão único de qualidade nas suas ofertas, tais como a Fundação Dom Cabral (FDC), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Instituto Brasileiro de Governança (IBGC), Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi), Amana-key, FIA/USP, Fundação Coge, entre outras.
- Utilização de economia de escala, na medida em que as ações são negociadas de forma unificada.

Ao todo, foram realizadas no ano 34 ações educacionais pela Unise, incluindo ações previstas no PEC e seminários patrocinados pela Eletrobras, com investimento total de R\$ 3,2 milhões, conforme quadro a seguir.

Unise 2015				
Escola	Investimento	Quantidade de Ações	Participações	Carga Horária
Excelência Operacional	R\$ 1.440,00	8	94	2.752
Estratégias de Mercado	R\$ 596.020,00	6	167	12.796
Gestão	R\$ 1.338.804,93	12	364	12.362
Liderança	R\$ 1.319.415,00	6	128	19.942
Responsabilidade Social Corporativa	R\$ 14.500,00	2	75	288
TOTAL	R\$ 3.270.179,93	34	828	48.140
Horas Treinadas por participação				58,1
Investimento por participação				R\$ 3.949,49

Para 2016, espera-se alcançar patamar semelhante e incluir novas ações em formato a distância, com o intuito de aumentar ainda mais a abrangência das ações da Unise, a custos otimizados.

## Unidades de educação corporativa

As unidades de Educação Corporativa são responsáveis por desenvolver as competências específicas de seus negócios, a partir da identificação das demandas das áreas e a construção do PEC específico de cada empresa, alinhado ao do grupo.

Ao todo, somando as ações da Unise e das unidades de Educação Corporativa, as ações educacionais tiveram investimento de R\$ 38,5 milhões em 1,1 milhão de horas de capacitação, resultando em uma média de 17,63 horas e R\$ 609,29 por participação no ano.

### Atuação da Unise + Unidades de Educação Corporativa em 2015

Ações	Investimento	Quantidade de Ações	Participantes	Participações	Carga Horária
Pós - Graduação Stricto Sensu	R\$ 319.133,33	27	35	37	15.526
Pós - Graduação Lato Sensu	R\$ 3.779.657,93	107	359	491	64.261
Demais Ações Educacionais	R\$ 15.986.310,69	5.652	18.000	59.102	975.026
Congressos e Seminários	R\$ 2.490.383,94	463	2.324	3.251	51.209
Cursos de Idiomas	R\$ 1.659.414,58	290	750	2.037	38.201
Viagens e Deslocamentos	R\$ 14.312.436,65	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>R\$38.547.337,12</b>	<b>6.539</b>	<b>21.468</b>	<b>64.918</b>	<b>1.144.223</b>
Horas Treinadas por participação					17,63
Investimento por participação					R\$ 609,29

## Avaliação de desempenho

O Sistema de Gestão de Desempenho (SGD) está no seu 4º ciclo unificado de aplicação nas empresas Eletrobras e contempla a avaliação de metas de equipe por unidade organizacional e uma meta empresarial definida em cada empresa, originadas no Planejamento Estratégico do Sistema Eletrobras e no da empresa que o integra.

A meta empresarial tem base no Plano Diretor de Negócio e Gestão 2015-2019 e no Contrato de Metas de Desempenho Empresarial de cada empresa. Além da avaliação de resultados, o sistema contempla a avaliação das competências gerais, que busca identificar o grau de desenvolvimento das pessoas em suas habilidades, conhecimentos e atitudes, comparando a relação destes aspectos com os comportamentos evidenciados no período avaliativo.

Após a realização da avaliação, o resultado de cada empregado é evidenciado na matriz de classificação do desempenho. Esse resultado permite às empresas realizarem o acompanhamento da evolução na carreira de seus empregados, além de possibilitar a elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), com o objetivo de suprir os *gaps* das competências requeridas. Os empregados que se destacaram quanto à performance, e atenderam aos requisitos de progressão descritos no Plano de Carreira e Remuneração (PCR), podem ser promovidos horizontalmente (permanecendo no mesmo nível de complexidade) ou verticalmente (mudança de nível de complexidade).

A cada novo ciclo, as empresas compartilham as lições aprendidas e buscam a melhoria no processo de avaliação, uma vez que o SGD permite desenvolver e administrar estrategicamente seus empregados, canalizando os esforços das pessoas para o alcance de objetivos e resultados que garantam a rentabilidade, a sustentabilidade, a competitividade e a geração de valor.

### GRI G4-44

Os Conselheiros de Administração e Diretores da Eletrobras participam, anualmente, de um processo de avaliação de desempenho, conforme metodologia contida no Manual de Avaliação de Desempenho do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, como forma de garantir que executem seus papéis alinhados à estratégia da empresa, observando os impactos e riscos econômicos, ambientais e sociais.

A holding padronizou essa metodologia e viabilizou sua replicação para todas as empresas Eletrobras. Segundo a metodologia, os diretores e conselheiros realizam a sua autoavaliação e a avaliação de seu respectivo órgão. Os conselheiros avaliam também a Diretoria Executiva como órgão.

O formulário de avaliação de desempenho da Diretoria Executiva aborda o alinhamento da gestão à estratégia da empresa e às diretrizes do Conselho de Administração. Os resultados gerais são pontuados e consolidados no relatório final da avaliação, em consonância com a metodologia aplicada, e apresentado aos respondentes em reunião de feedback.

## Pesquisa de clima

A Eletrobras realiza pesquisa de clima organizacional que monitora o clima no ambiente de trabalho a cada dois anos. É uma pesquisa integrada e todas as empresas Eletrobras participam no mesmo período.

Em novembro de 2015 foi aplicada a 4ª Pesquisa de Clima Organizacional das Empresas Eletrobras, com resultado do índice de favorabilidade geral de 69,03%. Para 2017, a companhia tem como meta atingir o índice de 70%.

### Índice de Favorabilidade

É a referência para o monitoramento do clima organizacional e diz respeito à percepção dos colaboradores sobre a relação que eles têm com a empresa e sua imagem no mercado, com as condições de trabalho, com o trabalho em si, com as práticas de gestão de pessoas, com as lideranças e com os colegas. Esse índice é calculado através da análise das respostas dos colaboradores ao questionário disponibilizado no momento da aplicação da pesquisa. O questionário avalia quatro dimensões: motivação, gestão de pessoas, filosofia de gestão e ambiente de trabalho.

Os colaboradores participaram e expressaram a sua opinião de forma voluntária, respondendo as assertivas que contemplam as dimensões motivação, gestão de pessoas, filosofia de gestão e ambiente de trabalho. O resultado obtido irá subsidiar a elaboração de ações de melhoria do clima organizacional em cada empresa, vinculadas aos objetivos estratégicos, coordenadas pelas áreas de gestão de pessoas e tendo a participação das lideranças e colaboradores.

A pesquisa de clima organizacional permitiu, ainda, calcular um dos indicadores do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial (CMDE), que tem como uma de suas finalidades o fortalecimento do processo de governança corporativa e de gestão empresarial entre as empresas Eletrobras. São indicadores e metas que estimulam a busca da eficiência econômico-financeira, operacional e estratégica, com reflexos no desempenho empresarial.

## Clientes

### Responsabilidade sobre o produto

As empresas Eletrobras prezam pela transparência e acessibilidade à informação sobre seus serviços. Assim, em um modelo padronizado de fatura de energia, as distribuidoras informam seus clientes de maneira detalhada dados de consumo, tarifas com base na faixa de consumo e data de leitura (atual, anterior e futura), impostos, tributos, nível de tensão, tipo de ligação, medidor, indicadores de qualidade do fornecimento – como DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) –, meios de contato, entre outros.

As empresas Eletrobras têm evoluído no aprimoramento do modelo da fatura de energia, que a partir de uma nova forma gráfica, traz no seu verso informações e imagens esclarecedoras sobre a forma e uso seguro da energia pela população. Informações complementares consideradas importantes são inseridas em 100% das faturas enviadas aos clientes. São divulgadas informações sobre os riscos da energia elétrica, sobre o furto de energia e suas implicações legais, a tarifa social de baixa renda, informações regulatórias, direitos dos clientes sobre a apuração dos indicadores, no que concerne a duração e frequência das interrupções do fornecimento de energia elétrica, além de informações sobre a possibilidade de pagamento das faturas de energia por meio de débito automático, locais de pagamentos, bandeiras tarifárias, informações sobre débitos pendentes e as opções de pagamento da fatura.

Os consumidores possuem ainda outros canais para obter informações sobre energia elétrica, entre eles os postos de atendimento das distribuidoras, os sites das empresas e os respectivos *Facebook* e *Twitter*. As empresas utilizam seus *websites* para colocar à disposição do cliente uma agência eletrônica com diversos serviços, tais como: impressão e solicitação de segunda via, consulta de débitos, informações relacionadas ao uso adequado do serviço, informações sobre direitos e deveres, combate às fraudes, incentivo à adimplência, uso racional de energia – combate ao desperdício e em relação à segurança no uso do serviço.

### Satisfação dos clientes

GRI G4-PR5

As seis empresas de distribuição da Eletrobras avaliam a satisfação de seus clientes/consumidores por meio de uma pesquisa conduzida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), com base no Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (Iasc) e também pela pesquisa da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), aferida pelo Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida (ISPQ).

#### Pesquisa Abradee – Índice de Satisfação Geral (ISG)

Empresa	2015	2014	2013
ED Acre	44,1	55,4	44,8
ED Amazonas	68,3	78,4	71,3
ED Alagoas	57,0	74,0	66,9
ED Rondônia	52,0	62,1	61,5
ED Piauí	31,6	64,2	43,0
ED Roraima	64,0	75,5	83,5

#### Pesquisa Aneel – Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (Iasc)

Empresa	2015*	2014	2013
ED Acre	45,25	56,66	40,17
ED Amazonas	45,93	62,59	54,64
ED Alagoas	54,56	52,30	56,33
ED Rondônia	52,15	56,21	57,24
ED Piauí	46,76	53,24	51,86
ED Roraima	51,87	57,33	58,73

\* O Iasc do Brasil, em 2015, foi de 50,03

Em 2014, a *holding* implementou uma pesquisa (bienal) unificada para os segmentos G&T, visando demonstrar de forma consolidada o nível de satisfação dos seus clientes. O índice global de satisfação e de importância dos clientes dos negócios de geração e transmissão das empresas Eletrobras, com foco comercial, foi de 86,32% e de 92,00%, respectivamente.

Para a consolidação da pesquisa foi utilizada a metodologia Janela do Cliente (Customer Window). Este método permite medir o grau de satisfação dos clientes da comercialização dos negócios de geração e transmissão, com base nas suas percepções sobre os atributos de valor e relacioná-la com o grau de importância dado pelo cliente.

### Desligamentos residenciais

GRI G4-EU27

Para melhoria no índice de suspensões do serviço de energia elétrica, as empresas Eletrobras do segmento de distribuição atuaram no contato com os clientes para averiguar as causas das dívidas, na tentativa de saná-las.

A tabela a seguir demonstra um comparativo entre a quantidade de unidades consumidoras e o tempo para o religamento da energia elétrica, no período entre o desligamento e pagamento das contas em atraso.

#### Número de unidades consumidoras X Tempo entre corte e o religamento da energia elétrica

	2015	2014	2013	2012
Menor que 48h	152.047	131.274	115.808	86.414
Entre 48h e uma semana	51.373	41.812	47.529	35.337
Entre uma semana e um mês	67.829	57.712	77.218	49.529
Entre um mês e um ano	204.584	154.356	237.458	151.660
Acima de um ano	N/A	N/A	N/A	N/A
Total	475.833	385.154	478.013	322.940



As empresas Eletrobras também consolidam as informações sobre o tempo de religamento após o pagamento do parcelamento da dívida.

#### Número de unidades consumidoras X Tempo entre o pagamento do parcelamento e a religação da energia elétrica

	2015	2014	2013	2012
Menor que 24h	14.879	8.063	19.324	18.008
Entre 24h e 48h	8.153	5.045	5.281	2.905
Entre 49h e 72h	4.955	1.880	1.496	913
Acima de sete dias	9.684	1.707	4.029	2.257
Total	37.671	16.695	30.130	24.083

## Projetos educacionais

### GRI G4-SO1

A Eletrobras também busca, por meio de projetos educativos e de promoção da cidadania, se aproximar das comunidades de baixa renda para difundir conhecimento sobre o uso adequado de energia, riscos e perigos da rede elétrica e dos direitos e deveres dos consumidores.

### Projeto Terra Nova

O projeto, realizado pela Eletrobras Amazonas Energia, aproxima a empresa dos moradores do bairro Terra Nova, com a apresentação do assunto perda de energia elétrica, segurança na rede de distribuição, dicas de uso eficiente da energia, enfocando os impactos sob os mais diversos aspectos. As ações socioeducativas foram disseminadas em seis escolas públicas do entorno do bairro, beneficiando 2.400 alunos. Na comunidade foi esclarecido sobre os benefícios da tarifa social e atendimento comercial. Por fim, foi realizado evento objetivando informar aos clientes o resultado dos trabalhos técnico-operacionais, assim como as ações sociais desenvolvidas na comunidade.

Além disso, as empresas disponibilizam cartilhas com dicas de segurança, em linguagem bem acessível, sobre segurança na rede elétrica, serviços comerciais e dicas para uso eficiente de energia. Para facilitar o acesso, as empresas de distribuição disponibilizam um portal de acessibilidade contendo o *Chat Offline* para atendimento ao deficiente auditivo e de fala, adequado aos princípios internacionais de acessibilidade estabelecidos pelo Web Accessibility Initiative (WAI).

A empresa tem evoluído, principalmente, em relação às parcerias com as empresas públicas que prestam serviços às comunidades, como por exemplo, iluminação pública. A Assessoria de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental está desenvolvendo suas ações em parceria com um grupo de trabalho relacionado à perda de energia elétrica, composto de equipe de profissionais multidisciplinares da empresa, o que facilita a convergência na execução dos serviços técnicos e sociais dos projetos de perda de energia elétrica.

### Projeto de Regularização de Rede de Distribuição

O Projeto de Regularização de Rede de Distribuição no perímetro planejado está servindo de modelo para os novos empreendimentos da Eletrobras Amazonas Energia. Esse projeto foi apresentado no Primeiro Encontro de Conselheiros das Classes Residencial e Poder Público das Distribuidoras de Energia Elétrica da Região Sudeste, na cidade do Rio de Janeiro. O projeto técnico-operacional beneficiou 1.187 clientes com melhoria na rede de distribuição e instalação de padrão nas unidades consumidoras dos clientes beneficiados.

## Fornecedores

### GRI G4-12

A Eletrobras se preocupa em manter um relacionamento próximo com os seus fornecedores, acompanhando o desenvolvimento de suas atividades e mantendo diálogo constante e relações transparentes, baseadas em princípios éticos e na atualização periódica sobre os procedimentos utilizados para contratação e gestão dos contratos.

Conforme sua Política de Sustentabilidade, a Eletrobras orienta seus negócios por práticas de gestão internacionalmente reconhecidas, buscando potencializar os impactos ambientais e sociais positivos e minimizar os impactos negativos decorrentes de suas atividades. Assim, ao recomendar que o fornecedor cumpra parâmetros de sustentabilidade na fabricação de seus produtos ou na prestação de seus serviços, está contribuindo para que os fornecedores orientem seus negócios da mesma forma.

Além disso, a companhia tem o compromisso em contribuir efetivamente para o desenvolvimento sustentável nas áreas onde atua, portanto, solicita que seus fornecedores e prestadores de serviços priorizem a utilização de processos de manufatura limpos e ecológicos.

Ao longo de 2015, a cadeia de fornecedores das empresas Eletrobras era composta por quase seis mil fornecedores, somando gastos de mais de R\$ 19,7 bilhões no período.

Do ponto de vista ambiental, os fornecedores da Eletrobras devem preservar o meio ambiente no que se refere ao consumo de recursos naturais e quanto à geração de resíduos sólidos, efluentes líquidos e emissões atmosféricas, que devem estar em conformidade com as normas e legislações ambientais vigentes.

Do ponto de vista social e de respeito aos direitos humanos, fornecedores e prestadores de serviço das empresas Eletrobras têm em seus contratos cláusulas proibindo que empreguem menores de 18 anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 anos para qualquer trabalho, além da não aceitação de pessoas executando trabalho degradante ou forçado em sua cadeia produtiva. Ao se cadastrar ou participar de licitações, todo fornecedor deve anexar aos documentos um compromisso formal de que não realiza essas práticas.

Para evitar não conformidades contratuais com fornecedores, a Eletrobras desenvolveu um procedimento para monitorar a atuação dos fornecedores e os contratos no cumprimento das cláusulas de sustentabilidade, inclusive de direitos humanos, entre elas a proibição do trabalho infantil e do trabalho forçado ou condições degradantes. Constatado algum descumprimento das cláusulas estabelecidas, as empresas monitoradas podem sofrer as penalidades elencadas em contrato.

### Encontro com fornecedores

Realizado periodicamente pela Eletrobras, tem como finalidade agregar valor ao relacionamento das empresas Eletrobras com seus fornecedores. Com isso, a companhia intensifica a integração, propicia o alinhamento das informações referentes a contratações, contempla as principais orientações e requisitos para manutenção e desenvolvimento da cadeia de suprimentos, maximiza o desempenho do fornecedor e minimiza as não conformidades nas contratações e execução dos contratos.

Este evento, entre outras práticas das empresas Eletrobras, propicia o engajamento dos fornecedores, para que estejam envolvidos com as práticas de sustentabilidade que permeiam os processos de contratação da empresa.

## Fornecedores críticos

O fornecedor considerado crítico para a Eletrobras é todo aquele que fornece insumos ou serviços essenciais para a atividade da empresa (geração, transmissão, distribuição e pesquisa, no caso do Cepel), que causam impacto direto na qualidade final dos serviços, bem como ao meio ambiente e à saúde e segurança dos colaboradores e cujas atividades possam provocar riscos sociais significativos. Assim sendo, nesta definição estão incluídos todos os fornecedores de contratos de mão de obra intensiva.

Outro ponto de atenção é o acesso às informações confidenciais da organização por fornecedores que fazem parte dos processos de negócios críticos e essenciais da empresa.

Para determinar se o fornecedor é capaz de satisfazer as condições estabelecidas, a Eletrobras adota critérios para cadastramento, seleção e procedimentos licitatórios, que estão disponíveis no *site* da [Eletrobras](#), no instrumento convocatório, na Cartilha de Fornecedores, na Lei de Licitações e Contratos na legislação pertinente. A partir desses critérios são analisados diversos aspectos do fornecedor, entre os quais se destacam:

- **Habilitação Jurídica:** composição societária, objeto social, natureza jurídica, entre outros.
- **Regularidade Fiscal:** é verificado se a empresa encontra-se em dia com suas obrigações (impostos e tributos) para com o governo.
- **Habilitação Econômico-Financeira:** analisa-se o balanço patrimonial da organização a fim de verificar se o fornecedor tem condições de arcar com os compromissos que pretende assumir com a Eletrobras.
- **Qualificação Técnica:** o fornecedor deve comprovar que possui as qualificações necessárias para fornecer ou prestar os serviços que pretende executar, através de experiência anterior, documentos hábeis, visitas técnicas, profissionais, equipamentos, infraestrutura adequada e portfólio.
- **Conformidade Técnica em relação ao Termo de Referência (especificações da contratação):** é verificado se a proposta contempla todas as especificações técnicas exigidas para o cumprimento do objeto contratado, inclusive os critérios de sustentabilidade.
- **Atendimento as cláusulas contratuais estabelecidas na minuta do contrato que é anexo no processo de seleção:** verificado durante toda vigência do contrato através do processo de gestão contratual. O não cumprimento acarreta sanções administrativas (penalidades) elencadas no próprio contrato.

## Liberdade de associação coletiva

Como signatária do Pacto Global, a Eletrobras apoia os princípios ali estabelecidos, entre eles a liberdade de associação. Esse compromisso está refletido em seu Código de Ética, válido para todos os fornecedores e entregue anexado aos contratos.

Por imposição legal, a Eletrobras não pode interferir no processo de negociação das empresas terceirizadas e seus empregados, mesmo que estejam locados em suas dependências, contudo todas as medidas cabíveis são tomadas para garantir que seja observado o que está estabelecido nos acordos e convenções firmadas.

## Engajamento com as comunidades

### Avaliação de impactos, ações mitigadoras e compensatórias

GRI G4-EU20, G4-EU22, G4-S01

Desde o início do planejamento de seus projetos, as empresas Eletrobras procuram identificar os impactos socioambientais e planejar ações para minimizar esses impactos nas comunidades do entorno e para compensá-las por possíveis fatores negativos.

A geração de expectativa de oferta de novos empregos, que aumenta significativamente o fluxo migratório para a região, o grande aporte de trabalhadores que sobrecarrega a infraestrutura local, o aumento do tráfego rodoviário, as mudanças nos convívios sociais cotidianos e o aumento nos níveis de poluição e ruído, riscos de vazamento e contaminação do solo e o aumento do risco de acidentes são alguns dos impactos que costumam ser identificados e avaliados nas diferentes fases de implantação de projetos do setor elétrico.

Porém, o principal potencial de impacto na vida dessas comunidades se dá no deslocamento das famílias para implantação de projetos de geração hidrelétrica e linhas de transmissão, por isso a companhia tem sempre foco na minimização dos deslocamentos, procurando alternativas de desenhos de projetos e alternativas locais que evitem interferências em comunidades.

Em 2015, a Eletrobras Eletrosul disponibilizou R\$ 4,8 milhões para compensar 200 pessoas por conta de projetos de abertura de acessos e restrição de uso nas faixas de servidão das linhas de transmissão. Já a Eletrobras Distribuição Piauí utilizou R\$ 226.622,83 com indenização de faixa de servidão na construção da LD 69 KV Nazária / São Pedro. Além disso, a Eletrobras Furnas despendeu R\$ 9,8 milhões para compensar 667 pessoas e deslocar outras 39 por conta de projetos das linhas de transmissão.

O diálogo e a interação com as comunidades do entorno, por se tratarem de situações complexas e de múltiplos interesses, são realizados com base em diversos formatos de engajamento, mas principalmente por meio de participação das pessoas afetadas na elaboração de diagnósticos participativos, audiências públicas, reuniões e outros encontros. Nas ações de engajamento que envolvem a comunidade atingida as empresas informam e esclarecem dúvidas sobre as etapas do processo de estudo e construção de um projeto, estudos a serem realizados, legislação pertinente, compromissos a serem cumpridos. Também são elaborados acordos e parcerias que definem como as empresas Eletrobras desenvolverão as iniciativas, seja de forma voluntária ou compulsória por serem condicionantes de processos de licenciamento.

As empresas trabalham para que as ações que venham a ser executadas ou promovidas, relacionadas aos impactos socioambientais de seus projetos, envolvam representantes das comunidades, movimentos sociais, organizações não governamentais e universidades, além de representantes da administração pública, prefeituras, órgãos ambientais, Inkra, Funai e Fundação Palmares.

Na área dos reservatórios de usinas hidrelétricas, em que o deslocamento populacional ocorre com mais frequência, desde 2010, o Brasil conta com

normativas específicas relacionadas à identificação, qualificação e registro público da população atingida. O cadastro socioeconômico, realizado na fase de estudos – anterior ao leilão de concessão dos empreendimentos –, reforça o comprometimento com os direitos dos atingidos e avalia a possibilidade do morador continuar residindo ou utilizando a área remanescente de um imóvel. A Portaria Interministerial nº 340/12, sobre o cadastro socioeconômico, apresenta uma série de diretrizes para a execução de um plano de comunicação social que informe e esclareça à população sobre o cadastramento e promova a publicidade, a transparência e a segurança dos envolvidos.

Nas demais situações, como usinas termelétricas e eólicas, o deslocamento físico e econômico é reduzido e as empresas realizam a identificação da população atingida de acordo com a orientação dos órgãos ambientais. Para linhas de transmissão e distribuição, avaliam-se sempre alternativas de desvios no projeto, tentando evitar o deslocamento de pessoas. Na inviabilidade dessa alteração, há um registro da faixa para restrições de uso, mediante indenização correspondente e, quando necessário, a desapropriação mediante aquisição do imóvel.

A Eletrobras participou da iniciativa Diálogo Empresas e Povos Indígenas para a elaboração da “Proposta de Diretrizes Brasileiras de Boas Práticas Corporativas com Povos Indígenas”, lançado em 2015, cujo objetivo é apresentar diretrizes para orientar a relação entre setor empresarial e povos indígenas no Brasil, visando à consolidação de boas práticas, que contribuam para um relacionamento mutuamente positivo. O processo de articulação entre o setor empresarial e os povos indígenas para a realização do trabalho teve início em 2012, com a iniciativa da The Nature Conservancy (TNC) de promover encontros entre representantes de empresas de diversos setores, da Fundação Nacional do Índio (Funai), de organizações não governamentais (ONGs) e de povos e organizações indígenas brasileiros.

#### Programa Eletrobras de Voluntariado

Em dezembro de 2015, foi lançado o Programa Eletrobras de Voluntariado com o objetivo de potencializar o exercício da cidadania em seus colaboradores, fortalecendo, assim, a cultura organizacional, a proximidade com a comunidade em que atua, o desenvolvimento humano e profissional, buscando contribuir para o alcance de melhores resultados no clima organizacional da empresa. Por meio de ações voluntárias junto a instituições sem fins lucrativos, os voluntários da Eletrobras disponibilizam seu tempo, conhecimento e talento, de maneira espontânea e não remunerada, influenciando positivamente a vida dos beneficiários. Atualmente são cinco instituições apoiadas, pertencentes à rede do Centro de Referência de Assistência Social – Professora Ismênia de Lima Martins, além da ONG Viva Rio.



Voluntários iniciaram ações em dezembro de 2015

Foto: Jorge Coelho (Eletrobras)

## Programas de engajamento e desenvolvimento socioambiental

GRI G4-SO1, DMA

A Eletrobras se preocupa não só com o engajamento das comunidades locais, mas também com o seu desenvolvimento. Para isso promove ações que visam mitigar o impacto socioambiental ao construir ou reformar uma de suas plantas, sensibilizar a população para conservar o meio-ambiente e preservá-lo e ações de responsabilidade social. Veja a seguir os principais programas de desenvolvimento social das empresas Eletrobras.

Em 2015, as empresas Eletrobras ampliaram sua Política Ambiental incluindo Diretrizes para Remanejamento de Populações Atingidas por Empreendimentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. As diretrizes foram elaboradas com base nas experiências de relacionamento das empresas Eletrobras com as comunidades atingidas, nas boas práticas das empresas Eletrobras e no debate nacional e internacional sobre o tema, incluindo o debate relacionado aos marcos legais nacionais.

### Holding

No âmbito da realização dos estudos de impacto ambiental e de viabilidade de projetos de geração e transmissão de energia elétrica são implementadas ações de comunicação social que incluem a instalação de escritórios locais, a produção e divulgação de diversos materiais de comunicação, como folders, vídeos e programas de rádio, e a realização de reuniões com os diversos grupos sociais com o objetivo de realizar consultas, divulgar informações e promover a interação social. Também podem ser realizadas pesquisas de opinião na área dos projetos para identificar, inclusive, expectativas da população.

Todas essas atividades são normalmente executadas pelo Plano de Comunicação Social que também realiza o mapeamento de partes interessadas, monitoramento de mídia e auxilia na condução do diálogo e na resolução de eventuais conflitos sociais. Também nos Estudos de Impacto Ambiental são realizados o diagnóstico dos aspectos sociais das áreas de influência dos projetos, contando com a participação, por meio de entrevistas e reuniões, das comunidades locais e seus representantes, e a avaliação de impactos.

Dentre os projetos sob responsabilidade da Eletrobras destacam-se as ações antecipatórias de comunicação e interação social nos aproveitamentos hidrelétricos São Luiz do Tapajós e Jatobá que estão em fase de licenciamento ambiental e viabilidade. Dando continuidade às atividades de comunicação na área, a equipe da Diálogo Tapajós atualizou o mapeamento e o diagnóstico das partes interessadas, realizou visitas a instituições e comunidades, atendeu a estudantes, ONGs internacionais e outros públicos, acompanhou as equipes técnicas em reuniões com as comunidades locais e produziu material impresso e audiovisual.

Em 2015, as reuniões promovidas pela Diálogo reuniram 2.100 pessoas. Destacam-se também a realização da 2ª Oficina Pedagógica de Temas Transversais, com professores de Trairão e Jacareacanga, a produção da cartilha “As hidrelétricas São Luiz do Tapajós e Jatobá” em língua Mundurucu (ainda não distribuída) e a produção e a distribuição de 9.700 boletins bimestrais “Voadeira” e 1.100 cartilhas sobre o aproveitamento hidrelétrico (AHE) São Luiz do Tapajós e 4.500 boletins e 3.000 cartilhas sobre o AHE Jatobá. Também foram distribuídos mais 436 Relatórios de Impacto Ambiental do AHE São Luiz do Tapajós.

No primeiro trimestre de 2015, a Eletrobras e sua parceira argentina, a Ebisa, por meio do Consórcio Energético do Rio Uruguai, deram continuidade às ações de comunicação nos municípios brasileiros que poderiam vir a ser afetados pelo AHE Garabi. Foram realizadas diversas reuniões nas comunidades rurais e com seus representantes, como prefeituras, associações e sindicatos, para informação e discussão dos questionários dos Cadastros Socioeconômico e Imobiliário.

As atividades relacionadas ao desenvolvimento dos estudos de viabilidade técnica e ambiental do AHE Garabi, contudo, foram suspensas pela Eletrobras em julho de 2015, enquanto a empresa aguarda os desdobramentos do processo judicial que suspendeu a continuação dos estudos relacionados ao AHE Panambi.

Os três Centros Comunitários de Produção (CCPs) “Leite Legal” integram um projeto realizado em parceria com a Cooperativa Agroleiteira Transamazônica (Coopetra) e o Sebrae no município de Rurópolis (PA). Localizados em vicinias da rodovia Transamazônica, o CCP dos Baianos, o CCP km 115 e o CCP Ouro Verde foram viabilizados mediante os esforços dos associados à Coopetra, que construíram os galpões para abrigar os CCPs, e o investimento social privado da Eletrobras, com que foram adquiridos um tanque de resfriamento de 3.000 l para cada, bem como outro de 5.000 l, na sede da cooperativa, para armazenar o acréscimo de leite advindo dos CCPs. Os equipamentos elétricos viabilizaram um melhor beneficiamento do leite e da produção de seus derivados. Assim, além do uso produtivo da energia, o projeto visa à geração de renda e à melhoria da qualidade de vida para os produtores envolvidos. Ao todo, foram 71 os beneficiados diretamente. Do lado da empresa, houve uma melhoria do índice de favorabilidade reputacional (ISR), tornando a marca da companhia reconhecida por vários públicos de interesse.

O Projeto “Semeando a Cidadania” é realizado em parceria com a prefeitura de Candiota (RS) e tem como finalidade dar oportunidade de qualificação profissional e capacitação a 120 jovens e 80 adultos do município de Candiota, viabilizando disputar em iguais condições o acesso ao mercado de trabalho, proporcionando geração de renda, inclusão social e melhor qualidade de vida e promovendo desenvolvimento local e regional.

Já foram realizados 11 cursos (caldeireiro, armador de ferragens, instalador hidráulico, pintor predial, carpinteiro de forma, assentador de placas cerâmicas, pedreiro, eletricitista geral, mecânico industrial, encanador industrial, soldador), com 115 formandos.

Está prevista para 2016 a implantação do Telecentro Comunitário, onde a comunidade poderá ter acesso, de forma gratuita, à internet para o envio de currículo, localização de emprego e realizar cursos nos módulos EAD.

Em 2015, a parceria da Eletrobras e da Norte Energia com o Instituto Kabu no Projeto de Apoio e Assistência aos Índios Kayapó do Oeste viabilizou um aumento de 274,56% na quantidade de castanha da Amazônia coletada por essas comunidades indígenas. No ano anterior, as nove aldeias Kayapó contempladas pelo projeto, localizadas nas Terras Indígenas Baú e Menkrãgnoti, no sul do Pará, haviam coletado 29.707kg de castanha. Já em 2015, com o investimento gerido pela Eletrobras na aquisição de barcos, motores, combustíveis, material de consumo e vestuário, os Kayapó do Oeste puderam realizar o manejo em castanhais mais distantes de suas aldeias e estruturar o escoamento deste produto florestal, coletando 81.565kg de castanha. Além de alternativas econômicas sustentáveis (manejo de castanha, cumaru e babaçu), o projeto investe em fortalecimento institucional do Instituto Kabu, fiscalização e proteção das terras indígenas e valorização cultural.



Divulgação Instituto Kabu

Parceria viabilizou aumento de 274,56% na quantidade de castanha coletada por comunidades indígenas

Em 2015, a Eletrobras, assistida pela consultoria indigenista Comtexto, deu continuidade às tratativas com a Norte Energia, a Fundação Nacional do Índio (Funai) e comunidades indígenas Kayapó do Leste do Médio Xingu, com vistas à aprovação e posterior execução do Plano de Apoio à Autonomia dos Kayapó do Leste. Além de contatos entre os parceiros ao longo do ano para discutir e aperfeiçoar o plano de trabalho elaborado de forma participativa com representantes indígenas, a Eletrobras realizou, em agosto, em São Félix do Xingu (PA), uma oficina com a Funai e cerca de 40 lideranças Kayapó para apresentar e pactuar os últimos detalhes do projeto. Na sequência, seguiram-se trâmites administrativos entre os parceiros, ainda em curso, com a perspectiva de, a exemplo do que já acontece desde 2013, com os Kayapó do Oeste, iniciar a implantação do Plano de Apoio aos Kayapó do Leste ainda no primeiro semestre de 2016, contemplando 22 aldeias representadas pela Associação Floresta Protegida.

## Eletrobras Distribuição Acre

O Projeto Energização é uma ação de responsabilidade social que envolve empregados voluntários e parceiros da ED Acre. Por meio de seus empregados a empresa desenvolve um programa de promoção da cidadania que vislumbra o desenvolvimento territorial e a integração entre a empresa e as comunidades onde atua.

Em 2015, a ação foi realizada no bairro Cidade do Povo, em Rio Branco. Com o Projeto Energização a empresa levou à comunidade a prestação de serviços de cadastro na Tarifa Social, no CadÚnico, dicas sobre segurança e consumo consciente de energia elétrica, atendimento jurídico através do “Projeto Fala Comunidade”, da OAB/ AC, e “MP na Comunidade”, do Ministério Público, além de ações na área de saúde.

## Eletrobras Eletronuclear

Em 2015, a Eletrobras Eletronuclear promoveu programas de engajamento da comunidade, avaliação de impacto e desenvolvimento em parceria com a prefeitura da cidade de Paraty (RJ) e com instituições de Angra dos Reis (RJ).

Em Paraty, foi adquirida uma lancha-ambulância para o programa de reaparelhamento da Defesa Civil do município; foi realizada reforma e ampliação do Hospital Municipal de São Pedro de Alcântara, no bairro Pontal; e a pavimentação e drenagem da Estrada do Jacu, com construção de ciclovia e acréscimo de drenagem no bairro Villa Princesa Isabel.

Em Angra dos Reis, também foram adquiridos equipamentos, mobiliários e acervo para montagem de biblioteca, visando à conclusão da implantação do campus do Cefet (RJ) de Angra dos Reis. Tiveram continuidade o

Projeto Repovoamento Marinho da Baía da Ilha Grande (Projeto Pomar) e o monitoramento da fazenda marinha da Eletrobras Eletronuclear, situada em Ilha Comprida. Foram realizados cursos de educação ambiental, maricultura e empreendedorismo e foram doadas cinco fazendas marinhas para maricultores do entorno da Central Nuclear.



Foto: Marco Alves (Eletrobras Eletronuclear)

Projeto Repovoamento Marinho da Baía da Ilha Grande

## Eletrobras Eletrosul

A Eletrobras Eletrosul mantém o trabalho desenvolvido com as escolas da rede pública de ensino que são contempladas com o Programa Casa Aberta Itinerante, voltado para alunos da 5º ano do fundamental, com informações relevantes sobre o consumo consciente de energia elétrica e as diversas fontes de energia.



Foto: Herminio Nunes (Eletrobras Eletrosul)

Programa fornece informações sobre consumo consciente para público infantil

## Eletrobras Furnas

No município de Fronteira (MG), onde está situada a Usina de Marimbondo, a Eletrobras Furnas, por meio das ações educativas do Programa de Educação Ambiental, mobilizou, em 2015, a população para a limpeza do rio Grande. Foram desenvolvidas melhorias nas estruturas e conscientização da população do Jardim Veraneio, acerca do uso consciente da água, plantio de espécies vegetais em Áreas de Preservação Permanente (APP), soltura de alevinos e a realização de palestras e dinâmicas envolvendo a temática ambiental com as crianças da “Guarda Mirim”.

A Eletrobras Furnas publicou, em janeiro de 2015, os resultados do projeto de P&D Educação Ambiental no processo de licenciamento: Construção Metodológica. Após três anos de levantamento de dados com populações das áreas de influência de linhas de transmissão de Furnas, foi desenvolvida, em parceria com três Universidades, uma metodologia para a implantação e avaliação de programas de educação ambiental em processos de licenciamento ambiental de sistemas de transmissão. A metodologia foi apresentada ao Ibama e também a consultorias e empresas do setor elétrico. Até o momento, foram publicados três artigos científicos sobre o estudo e realizadas apresentações em 13 congressos e seminários nacionais e internacionais.

## Itaipu Binacional

Para o alcance de seus objetivos estratégicos estabelecidos, a Itaipu se relaciona diretamente ou indiretamente com diversos atores sociais. A empresa dispõe de diversas ferramentas de comunicação e envolve os públicos na elaboração, planejamento, execução e avaliação dos programas, projetos e ações que desenvolve.

Programa Cultivando Água Boa (CAB): reúne um conjunto de mais de 20 programas e 65 ações, que vão desde o reflorestamento das matas ciliares e o monitoramento da qualidade da água e do nível do reservatório, até o desenvolvimento rural sustentável, a produção de peixes, a valorização do patrimônio institucional e regional e a sustentabilidade de segmentos vulneráveis. No dia 30 de março de 2015 o CAB recebeu o Prêmio Internacional da ONU para as “Melhores práticas em gestão da água”, por seu “potencial para transformar a vida de milhões de pessoas, porque apresenta possibilidades extraordinárias”.

Programa Oeste em Desenvolvimento: tem por desafio alçar uma das regiões que mais crescem no Brasil a um novo estágio no seu processo de desenvolvimento e de estruturação com foco nas cadeias produtivas propulsivas para ampliar e multiplicar a prosperidade. A região é formada por 50 municípios que, juntos, somam 1.291.492 habitantes (estimativa do Censo de 2015).



Foto: Nilton Rolin (Itaipu Binacional)

Programa Força Voluntária, criado por empregados de Itaipu

Programa de Voluntariado Empresarial – Força Voluntária: lançado em abril de 2005, o Força Voluntária surgiu de uma demanda interna e foi construído pelos empregados da Itaipu que já atuavam como voluntários em instituições sociais. Foi o primeiro programa do gênero a ser formalizado

entre as empresas Eletrobras, tornando-se referência para a implantação de projetos similares em outras empresas do setor de energia e em diversas empresas do país. O Força Voluntária é um programa de voluntariado empresarial de apoio e incentivo às iniciativas dos empregados. As atividades visam implementar o voluntariado transformador, ou seja, conciliar o desejo do empregado de exercer sua cidadania às estratégias empresariais e ao atendimento das demandas sociais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais igualitária. As iniciativas integram três eixos de atuação – Incentivo ao Voluntariado, Banco de Projetos e Apoio ao Terceiro Setor.

## Eletrobras CGTEE

A Eletrobras CGTEE manteve seus programas sociais em 2015. O Projeto Árvores Nativas, integrante do Termo de Ajuste de Conduta com o Ibama, tem o objetivo de recompor as matas em áreas degradadas nas bacias hidrográficas do Rio Jaguarão e do Arroio Candiota (RS).

Projeto Quintais (saúde e segurança alimentar): tem como objetivo principal contribuir com a sustentabilidade social, econômica e ambiental de públicos em situação de vulnerabilidade social, principalmente agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas, quilombolas e alunos de escolas rurais e urbanas.

## Eletrobras Amazonas G&T

No Centro de Preservação e Pesquisas de Mamíferos Aquáticos e Quelônios (Cpnaq) da Eletrobras Amazonas G&T são realizadas atividades de resgate, reabilitação e manejo de fauna em cativeiro, soltura de animais aptos, mediante autorização do Ibama, aliadas às campanhas e ações educativas visando à sensibilização das comunidades locais e de produção científica com geração e difusão de informações relevantes ao manejo e à conservação da fauna amazônica. Há também o programa de estágios para alunos de nível médio da Escola de Balbina, visitas monitoradas e parcerias com universidades incentivando o aprimoramento dos alunos e trabalhos de pesquisa.

## Eletrobras Chesf

Dentro dos programas de educação ambiental nas linhas de transmissão 500kV Jardim/Camaçari, 230kV Banabuiú/Mossoró, 230kV Picos/Tauá, LT 230kV Messias/Recife II e 230kV Milagres/Coremas, as questões de queimadas e convivência harmônica com os empreendimentos são abordadas, visando garantir a segurança ambiental e a preservação do sistema interligado.

Em 2015 a Eletrobras Chesf deu continuidade às campanhas de Controle de Queimada de Cana de Açúcar sob Linhas de Transmissão no Estado de Alagoas. Foram realizadas 16 ações relacionadas à educação ambiental, com um público de 992 pessoas, dentre professores, alunos e funcionários das usinas e fornecedores de cana de açúcar, além de moradores das localidades atendidas. As ações realizadas em 2015 atenderam as seguintes localidades no estado de Alagoas: Murici, Chã de Pilar – Pilar, Boca da Mata – Atalaia, Satuba, usina Sumaúma - Marechal Deodoro, usina Utinga Leão - Rio Largo, São José da Laje Alto Piauí – Coruripe, usina Pindorama – Coruripe, Gulandin – Teotônio Vilela, usina Paísa – Penedo, Tabuleiro – Penedo e Riachão – Junqueiro.

As ações conseguiram reduzir o número de falhas transitórias e permanentes no sistema de transmissão, aumentando a sua disponibilidade, reduzindo os valores da parcela variável por indisponibilidade e evitando o gasto de aproximadamente R\$ 950 mil em sanções monetárias.

# Governo e políticas públicas

GRI G4-S01, G4-S05, G4-DMA (antigo EU7), G4-DMA (antigo EU23)

## Programas setoriais

As empresas Eletrobras também apoiam importantes iniciativas do governo federal e gerenciam programas e fundos setoriais que atendem às mais diversas áreas do setor elétrico. Eles são direcionados à universalização do acesso à energia elétrica, à eficiência energética, ao desenvolvimento sustentável e à consolidação e expansão da ciência e tecnologia no país, como o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), o Luz Para Todos, o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) e o Programa Ciência sem Fronteiras.

## Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel)

Coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) é um programa do governo federal executado pela Eletrobras. Foi instituído em 30 de dezembro de 1985 para promover o uso eficiente da energia elétrica e combater o seu desperdício. As ações do Procel contribuem para o aumento da eficiência dos bens e serviços, para o desenvolvimento de hábitos e conhecimentos sobre o consumo eficiente da energia e, além disso, postergam os investimentos no setor elétrico, mitigando, assim, os impactos ambientais e colaborando para um Brasil mais sustentável.

Nesse contexto, o Procel promove ações de eficiência energética em diversos segmentos da economia, atuando nas áreas de educação e disseminação de informação, edificações, saneamento ambiental, gestão energética municipal, iluminação pública e indústria, bem como por meio do Selo Procel, que ajudam o país a economizar energia elétrica e que geram benefícios para toda a sociedade.

Os benefícios gerados pelo programa podem ser contabilizados tanto pela economia de energia quanto pelos investimentos postergados na expansão do parque de geração de energia elétrica que se revertem em benefícios para a sociedade.

Em 2015, o Procel contribuiu para uma economia de 11,68 milhões de megawatts-hora (MWh), equivalente ao consumo anual de seis milhões de residências. Evitou-se ainda a emissão de 1,453 milhão tCO<sub>2</sub> equivalentes.

Indicador / Ano	2015	2014	2013	2012	2011
Energia economizada (milhões de MWh/ano)	11.680	10.517	9.744	9.097	6.696
Emissões de GEE evitadas (mil tCO <sub>2</sub> equivalentes)	1.453	1.425	935	624	196
Redução de demanda na ponta (MW)	4.453	4.022	3.769	3.458	2.619

Em 2015, houve a concessão do Selo Procel de Economia de Energia a 39 categorias concorrentes. Nesse mesmo ano, o Selo Procel foi concedido para 3.640 modelos de 190 fabricantes. Destaca-se que o Programa do Selo

Procel foi utilizado pelas concessionárias de energia elétrica como critério para substituição de equipamentos em suas campanhas de bônus e troca de equipamentos antigos por mais eficientes.

Na área de conhecimento, por meio do Procel Educação e do Procel Info, destacaram-se, em 2015:

- Apoio às concessionárias de energia, no âmbito do Programa de Eficiência Energética (PEE), na implementação das metodologias “Energia que Transforma” e “Natureza da paisagem”, alcançando 51,3 mil alunos, 1,29 mil professores e 600 escolas;
- Disponibilização dos episódios da série “Vida de República” – uma parceria entre Eletrobras, Procel, Fundação Roberto Marinho e Canal Futura – no Youtube, contabilizando mais de 15 mil acessos; e
- Aplicação de duas turmas do curso Energe – curso de conservação e uso eficiente da energia – de 140 horas-aula, na modalidade de ensino a distância (EaD), em parceria com a Universidade Federal de Itajubá, totalizando 610 alunos de 89 instituições de ensino superior de diferentes estados brasileiros.

O Centro Brasileiro de Informação de Eficiência Energética – Procel Info, por meio de seu portal de internet ([www.procelinfo.com.br](http://www.procelinfo.com.br)), contou, em 2015, com o cadastramento de 7.707 novos usuários, totalizando 41.662 desde sua criação, em 2006. Foi contabilizado mais de 1,1 milhão de visualizações de páginas no Portal, o que corresponde a uma média mensal superior a 90 mil visualizações.

Na área setorial, o Procel Indústria, em 2015, foi responsável pela atualização do Guia Técnico Motores de Alto Rendimento, bem como na estruturação de Projeto de Eficiência Energética destinado a facilitar a implantação dos preceitos da Norma ISO 50.001 – Sistemas de Gestão de Energia em empresas associadas ao Sebrae (RJ).

Dentre as atividades desenvolvidas pelo Procel Edifica em 2015, destacaram-se:

- Implementação e consolidação do Selo Procel Edificações, de caráter voluntário;
- Avaliação técnica do desempenho termoenergético de dois projetos protótipos, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida Mais Sustentável, nos municípios do Rio de Janeiro/RJ e de Lauro de Freitas/BA; e
- Publicação do relatório Desempenho Energético Operacional em Edificações – *benchmarking* de escritórios corporativos e recomendações para certificação DEO no Brasil, elaborado em parceria com o Centro Brasileiro de Construção Sustentável (CBCS) e financiado pela Embaixada Britânica, por meio do *Prosperity Fund*.

O Procel EPP (Prédios Públicos) foi responsável, em 2015, pela:

- Emissão do Selo Procel Edificações, na etapa de projeto, para o Bloco B da Esplanada dos Ministérios, onde estão localizados os ministérios do Meio Ambiente e da Cultura; e
- Atuação no Grupo de Trabalho para Implementação da Instrução Normativa nº. 02/2014 do MPOG e no Comitê Técnico Consultivo do Projeto BRA 09/G31 – Transformação do Mercado de Eficiência Energética no Brasil, financiado pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), executado e coordenado pelo Ministério de Meio Ambiente (MMA) e operacionalizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Este projeto priorizou recursos para a capacitação de profissionais em eficiência energética em edificações, com ênfase no setor público.

Em 2015, o Procel Sanear, em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), a Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e

à Cultura (Fapec) e a Rede LENHS (Laboratórios de Eficiência Energética e Hidráulica em Saneamento), realizou a quinta edição do curso de capacitação em diagnósticos hidroenergéticos, no Rio de Janeiro (RJ), voltado para profissionais das empresas prestadoras de serviços de saneamento da região Sudeste.

Em 2015, as ações do Procel Reluz resultaram em economia de energia elétrica de 120,67 milhões de kWh e 27,51 mil kW de demanda de energia elétrica retirada da ponta. Desde 2000, já foram substituídos cerca de 2,78 milhões de pontos de iluminação pública em todo o país.

O Procel Gestão Energética Municipal (GEM), em parceria com a Eletrobras Eletronorte, entregou, em 2015, quatro Planos Municipais de Gestão da Energia Elétrica (Plamges) às prefeituras dos municípios de Belém (PA), Sinop (MT), Cacoal (RO) e Porto Velho (RO), cujos potenciais de economia de energia elétrica são de 9.021,3 MWh/ano, 1.468,5 MWh/ano, 1.078,1 MWh/ano, 4.977,4 MWh/ano, respectivamente, totalizando 16.545,3 MWh/ano.

Mais informações acerca dos subprogramas do Procel podem ser verificados no [portal Procel Info](#).

## Programa Luz Para Todos

O Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Programa Luz Para Todos (LPT), institucionalizado em 2003, tem como objetivo propiciar o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público, até o ano de 2018.

**O Programa Luz para Todos já atendeu aproximadamente 3,3 milhões de famílias, cerca de 15,6 milhões de moradores rurais de todo o país. A meta inicial de atender a 10 milhões de pessoas foi alcançada em maio de 2009.**

Foi considerado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como um dos maiores programas sociais do mundo, promovendo o acesso universal à energia elétrica e um exemplo a ser seguido pelas demais nações.

Além de levar energia à população rural, o Programa oferece soluções para sua utilização como vetor de desenvolvimento social e econômico em comunidades de baixa renda, contribuindo para a redução da pobreza e o aumento da renda familiar. O acesso à energia elétrica facilita a integração aos serviços de saúde, educação, abastecimento de água e saneamento, bem como os programas sociais do governo federal, favorecendo a permanência das famílias no campo. O Programa prevê ainda a instalação gratuita nas residências de até três pontos de luz (um por cômodo), duas tomadas, condutores, lâmpadas e demais materiais necessários.

São priorizadas obras para o atendimento de comunidades inseridas no Programa Territórios da Cidadania ou no Plano Brasil Sem Miséria, assim como daquelas provenientes de assentamentos rurais, comunidades indígenas, quilombolas, comunidades localizadas em reservas extrativistas ou em áreas de empreendimentos de geração ou transmissão de energia elétrica, cuja responsabilidade não seja do respectivo concessionário, além de escolas, postos de saúde e poços d’água comunitários.

O Luz Para Todos é coordenado pelo MME e operacionalizado pela Eletrobras, que realiza a gestão dos contratos e o acompanhamento da execução dos conjuntos de obras de eletrificação rural associadas a este programa.

### Transparência na alocação dos recursos do LPT

Na estrutura do LPT, a Eletrobras é responsável pela análise técnico-orçamentária dos Programas de Obras propostos pelos Agentes Executores, pela celebração dos contratos de financiamento e concessão de subvenção e pelo gerenciamento da execução destes contratos, realizando a liberação

dos recursos financeiros e a comprovação de sua aplicação.

A comprovação da execução física das obras cadastradas é efetuada por meio de inspeções físicas in loco. Nestas inspeções, os profissionais da Eletrobras visitam um conjunto de obras selecionadas de forma amostral, verificando as informações cadastradas no Sistema LPT.

### Luz Para Todos: números em destaque

- Investimentos previstos para a implantação do Programa Luz Para Todos, ao final do ano de 2015: R\$ 22,85 bilhões, sendo R\$ 16,60 bilhões (73%) referentes aos recursos setoriais administrados pela Eletrobras (Conta de Desenvolvimento Energético e Reserva Global de Reversão).
- Só em 2015 foi liberado R\$ 0,66 bilhão originado de recursos da CDE.
- Desde 2004 já foi liberado um montante de R\$ 13,90 bilhões (recursos da CDE e RGR), de um total contratado de R\$ 16,60 bilhões, ou seja, 84% do total de recursos contratados.
- Em 2015, foram realizadas 57.676 ligações, acumulando um montante de 3.258.086 ligações efetuadas desde 2004.
- Mais de 15,6 milhões de pessoas beneficiadas no meio rural brasileiro.
- Atingida 99% da meta global de 3.278.430 ligações assumidas para o final de 2015, computados os compromissos dos executores com a Eletrobras e com os governos estaduais.

Foram cadastrados no Sistema de Gerenciamento de Projetos do Programa Luz Para Todos 12.851 projetos no ano de 2015, totalizando 519.840 projetos desde 2004 (Considerando apenas os compromissos dos Agentes Executores com a Eletrobras). Este total de obras resultou no atendimento de 2.786.062 ligações, o que corresponde a 93% do total de ligações contratadas entre os agentes executores e a Eletrobras, assim como:

- Ligação de unidades consumidoras em 5.432 municípios no meio rural brasileiro.
- Construção de 716.892 km de redes elétricas de alta e baixa tensão.
- Implantação de 7,45 milhões de postes.
- Instalação de 1,06 milhão de transformadores.
- Implantação de 2.258 sistemas fotovoltaicos.

A Eletrobras também firmou 18 contratos relacionados a Projetos Especiais com os Agentes Executores, com recursos da CDE, no montante de R\$ 7,61 milhões, com o objetivo de atender 377 unidades consumidoras por meio de geração descentralizada, utilizando fontes renováveis de energia e a construção de pequenos trechos de rede de distribuição (minirredes). Deste montante, até o final do ano de 2015, foi comprovada a ligação de 328 unidades consumidoras, por meio de inspeções físicas.

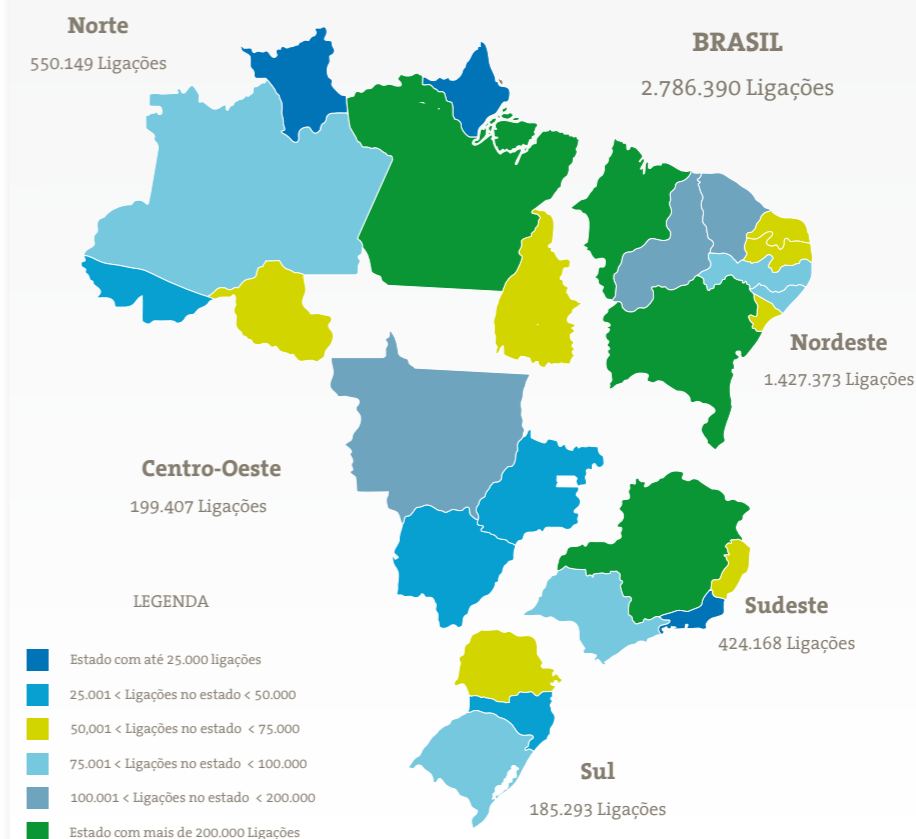
Na tabela a seguir, são apresentados os montantes de recursos contratados e liberados de 2004 a 2015, distribuídos por região:

Região	Recursos Setoriais até 31/12/2015 (R\$ milhões)					
	Contratados			Liberados		
	CDE	RGR	CDE+RGR	CDE	RGR	CDE+RGR
Norte	4.171,97	318,29	4.490,26	3.295,31	284,30	3.579,61
Nordeste	6.818,83	942,14	7.760,97	5.865,02	837,42	6.702,44
Centro-Oeste	864,24	589,77	1.454,01	746,95	526,96	1.273,91
Sudeste	858,13	1.174,51	2.032,64	737,80	942,98	1.680,78
Sul	346,24	511,90	858,14	276,59	387,26	663,85
Brasil	13.059,41	3.536,61	16.596,02	10.921,67	2.978,92	13.900,59

### Número de ligações até 31.12.2015

Contratos Eletrobras

(Cadastro Sistema LPT + Projetos Especiais Inspeccionados)



O número de ligações, em sua maioria nas regiões norte e nordeste do Brasil, evidencia o foco do programa nas regiões mais afastadas do eixo sul-sudeste.

### Impactos indiretos do LPT

Estimativas do Ministério de Minas e Energia (MME) indicam que mais de 488 mil empregos diretos e indiretos foram gerados em consequência da implementação do Programa, uma vez que é dada prioridade ao uso da mão de obra local e à compra de materiais e equipamentos nacionais, fabricados nas regiões próximas às localidades atendidas.

Cabe destacar ainda os benefícios gerados na economia, com o aumento na demanda por eletrodomésticos e equipamentos eletrorrurais.

### Acordo Internacional de Cooperação Técnica para atendimento a regiões remotas

Com o intuito de apoiar as empresas de distribuição no atendimento a regiões remotas com sistemas baseados em fontes renováveis de energia e promover a inclusão social da população rural brasileira, a Eletrobras mantém projeto de cooperação técnica com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), denominado "Acesso e uso da energia elétrica como fator de inclusão de comunidades no meio rural brasileiro" (PCT BRA/IICA/09/001). O projeto, que completou seis anos de execução em outubro de 2015, tem como objetivo a criação de processos e metodologias para



capacitar a Eletrobras e seus parceiros no desenvolvimento e na execução de projetos com foco na ampliação do serviço público de energia elétrica, com ênfase na utilização de fontes renováveis, e no seu uso produtivo.

No decorrer do ano de 2015, no âmbito dessa cooperação, foram realizados estudos sobre turbinas hidrocinéticas para eletrificação rural de comunidades ribeirinhas amazônicas, análise de viabilidade da eletrificação de comunidades remotas considerando o aspecto da eficiência energética, e metodologia para desenvolvimento de uma ferramenta computacional para apuração de custos dos principais equipamentos de sistemas solares fotovoltaicos, conjugando assim esforços para auxiliar as empresas de distribuição no desafio da universalização do serviço de energia.

Desde a implantação do Programa Luz para Todos, em 2004, as empresas de distribuição da Eletrobras já realizaram mais de 468 mil ligações, beneficiando mais de dois milhões de pessoas. As novas ligações realizadas em 2015 proporcionaram às empresas uma receita adicional de R\$ 1,3 milhão.

## Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa)

Maior programa do mundo de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica, o Proinfa, foi criado, em 26 de abril de 2002, pela Lei nº. 10.438, e regulamentado através do Decreto 5.025/04, iniciando o processo de sua implantação em 2004.

O Proinfa tem cumprido seu objetivo de promover a diversificação da matriz energética brasileira a partir do aumento da participação de empreendimentos com base em fontes eólica, pequena central hidrelétrica (PCH) e biomassa. À Eletrobras foi assegurado o direito à compra e à comercialização da energia contratada das usinas do Proinfa pelo período de 20 anos a partir da data de entrada em operação comercial dos empreendimentos.

A realização do Proinfa contribuiu para a diversificação da matriz energética do país por meio do aproveitamento de fontes energéticas locais, além de contribuir para a geração de cerca de 150.000 empregos diretos e indiretos em todo o país, proporcionando grandes demandas industriais e internalização de tecnologia de ponta.

O Proinfa adicionou ao Sistema Interligado Nacional um total de 131 novos empreendimentos, divididos em 60 PCHs (1.159,24 MW), 52 eólicas (1.282,52 MW) e 19 térmicas a biomassa (533,34 MW), totalizando uma capacidade instalada de 2.975,10 MW. Desde a entrada em operação do primeiro empreendimento em fevereiro de 2006 até o final de 2015, a contribuição do Proinfa para o sistema em termos de volume de energia gerada foi de aproximadamente 70 milhões MWh. A contratação de energia de empreendimentos encerrou-se em 31 de dezembro de 2011.

Com relação ao ano de 2016, para fins de estabelecimento das quotas anuais de energia elétrica referentes às concessionárias de distribuição e de transmissão, a Resolução Homologatória 2003, de 15 de dezembro de 2015, definiu que o montante a ser rateado no ano é de 11.192.200 MWh, com um custo previsto de R\$ 3,64 bilhões.

## Relações institucionais

GRI G4-15, G4-16

A holding tem como missão liderar a coordenação das questões inerentes ao marco regulatório do setor de energia elétrica, as relações institucionais, bem como a gestão dos Bens da União sob Administração da Eletrobras (Busa).

## Participações em entidades

A Eletrobras busca fazer parte das principais iniciativas voluntárias reconhecidas no Brasil e no exterior para promoção da sustentabilidade.

- Pacto Global (2006);
- Princípios de Empoderamento das Mulheres (Womens Empowerment Principles) – (2010);
- Declaração de Compromisso Corporativo no Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (2010);
- 5ª Edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça (2013);
- Declaração de Compromisso sobre Mudanças Climáticas (2012);
- Programa na Mão Certa – Instituto Childhood Brasil (2010);
- Programa Brasileiro do Greenhouse Gas Protocol – GHG Protocol (2008);
- Agenda Ambiental da Administração Pública (2012);
- Sistema de Comércio de Emissões da Plataforma Empresas Pelo Clima (SCE EPC) – Centro de Estudos em Sustentabilidade da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (GVces), em parceria com a Bolsa de Valores Ambientais do Rio de Janeiro – BVRio (2014);
- Plano Trinacional de Enfrentamento à Violência – Estratégia Regional de Enfrentamento ao Tráfico de Crianças e Adolescentes (Pair) – Mercosul (2010);
- Princípios para Educação Empresarial Responsável (PRME) – (2011);
- Certificado de Adesão à Gestão Transparente (2014);
- Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (2003);

As empresas Eletrobras também participam de discussões de importantes temas ao integrar diversas entidades setoriais, destacando-se entre elas:

- Agência Internacional de Energia Atômica (Aiea), na qual a Eletronuclear compõe grupo de especialistas representando a América Latina;
- Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca);
- Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica (Abce);
- Associação Brasileira de Carvão Mineral (ABCM);
- Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee);
- Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage);
- Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base (Abdib);
- Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (Abrate);
- Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee);
- Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (Abipti);
- Associação Brasileira de Energia Nuclear (Aben), na qual a Eletronuclear participa do conselho da instituição e do conselho editorial da Revista Brasil Nuclear, editada pela Aben;
- Associação Brasileira dos Geradores Térmicos (Abraget);
- Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE);
- Câmara de Comércio Americana (Amcham);
- Centro Internacional de Energias Renováveis-Biogás (CIBiogás-ER);
- Centro para Inovação e Competitividade (CIC);
- Comissão de Integração Elétrica Regional (Bracier);
- Comissão de Integração Energética Regional (Cier);
- Comissão de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (Copron);

- Comissão de Uso Racional de Recursos Naturais, da Rede Rio de Sustentabilidade, da qual a *holding* coordena o grupo de trabalho;
- Comitê Brasileiro de Barragens (CBDB);
- Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco (Cbhsf);
- Comitê Brasileiro de Eletricidade (ABNT/Cobe);
- Comitê Brasileiro do Conselho Mundial de Energia (CME);
- Comitê Brasileiro de Gestão e Economia de Energia da ABNT (o qual a *holding* coordena);
- Comitê Brasileiro do Pacto Global (CBPG);
- Comitê Consultivo do Projeto Esplanada Sustentável (do qual a *holding* é membra);
- Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (Coep);
- Comitê Gestor de Índices de Eficiência Energética do Ministério de Minas e Energia (MME), do qual a Eletrobras *holding* é coordenadora;
- Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (Cigre);
- Comitê Permanente para Questões de Gênero do MME e Empresas Vinculadas (participação da Eletrobras Amazonas Energia como membro do comitê);
- Conseil International des Grands Réseaux Électriques (Cigré);
- Conselho de Consumidores, do qual a Eletrobras Distribuição Piauí ocupa a Secretaria Executiva;
- Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds);
- Conselho Mundial da Água (CMA);
- Fórum Nacional da Gestão de Ética das Empresas Estatais;
- Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (a *holding* atuou como coordenadora);
- Fórum de Meio Ambiente no Setor Elétrico (a *holding* atuou como coordenadora);
- Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico Brasileiro (Fmase);
- Fundação Nacional da Qualidade (FNQ);
- Global Sustainable Electricity Partnership (Gsep);
- Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social;
- Instituto Nacional de Investidores (INI);
- Instituto Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento de Empresas Inovadoras (Anpei);
- Instituto para o Desenvolvimento de Energias Alternativas da América Latina (Ideal);
- International Electric Research Exchange (Iere);
- Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro);
- International Energy Agency (IEA);
- International Hydropower Association (IHA);
- Operador Nacional do Sistema (ONS);
- Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Onudi);
- Rede Latino-americana e do Caribe para a Eficiência Energética (Red-LAC-EE), na qual a *holding* é presidente do Comitê Executivo;
- Section of the Latin American Nuclear Society (LAS);
- Sustainable Energy for All;
- World Association of Nuclear Operators (Wano);
- World Energy Council (WEC);
- World Nuclear Association (WNA); e
- World Water Council (WWC) – Seção Brasil.

Além das associações, por meio de sua atuação própria, ao longo do ano, a companhia atuou no debate e apoio a diversas políticas públicas e iniciativas para desenvolvimento do setor e da sociedade:

- Participação de reuniões e de encontros promovidos pela SDH com o objetivo de elaborar o Documento de Referência de Ação para a Promoção e Defesa dos Direitos Humanos nas Empresas Estatais. Essa iniciativa da SDH faz parte de sua estratégia de mobilizar empresas, órgãos governamentais e sociedade civil para a construção do Plano Nacional de Direitos Humanos e Empresas, conforme recomendado pelos Princípios Orientadores para Empresas e Direitos Humanos da ONU.
- Organização do 1º Workshop Internacional sobre Regulamentação em Smart Grids (Redes Elétricas Inteligentes) em parceria com o Cigré Brasil e Eletrobras Furnas.
- Participação e encaminhamento de contribuições para 12 audiências públicas da Aneel, com destaque para a AP 032/2015, 1ª e 2ª fases, que visaram obter subsídios e informações adicionais para a discussão conceitual do GSF e subsídios com vistas ao aprimoramento dos instrumentos para a repactuação do risco de deslocamento da geração hidrelétrica participante do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).
- Envio de contribuição à consulta pública do MME referente à Portaria nº 515, de 10 de novembro de 2015, a qual apresenta o relatório “Metodologia de Cálculo de Garantia Física de Potência de Usinas Hidrelétricas Despachadas Centralizadamente”, com o objetivo de estabelecer a metodologia para o cálculo dos montantes de garantia física de potência das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente no Sistema Interligado Nacional (SIN).
- Elaboração e encaminhamento à Aneel de proposta de aprimoramento da Resolução Normativa Aneel nº 063/2004, a qual trata dos procedimentos para regular a imposição de penalidades aos concessionários, permissionários, autorizados e demais agentes de instalações e serviços de energia elétrica, bem como às entidades responsáveis pela operação do sistema, pela comercialização de energia elétrica e pela gestão de recursos provenientes de encargos setoriais.
- Acompanhamento junto à Abrate e à Aneel dos desdobramentos da audiência pública 027/2014, que trata da proposta de aprimoramento da Resolução Normativa nº 270/2007, que estabelece as disposições relativas à qualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica.
- Coordenação do grupo de trabalho para padronização dos procedimentos de revisão tarifária e reajuste tarifário e sua integração ao projeto do Programa de Implantação do Padrão de ERP nas empresas Eletrobras (ProERP) e do grupo de trabalho para incorporação da Amazonas GT pela Eletrobras Eletronorte.
- Realização de tratativas com Aneel e SPU acerca da aplicação e interpretação da Lei 1.383/74.

## Mecanismos de comunicação

GRI G4-37, G4-50, G4-57, G4-58

A Eletrobras busca disponibilizar cada vez mais mecanismos que contribuam para estreitar suas relações com os públicos externos e internos. A Ouvidoria é um dos mais importantes e conta com diversos canais de contato para recebimento e encaminhamento de sugestões, reclamações,

denúncias, elogios e solicitações para a melhoria dos processos internos e para a transparência das ações da Eletrobras.

Em todas as formas de comunicação o nome do manifestante é mantido em sigilo e o conteúdo da mensagem é tratado com seriedade, isenção e de forma reservada. As empresas Eletrobras assumem o compromisso de não retaliar e de assegurar que nenhum colaborador exercerá represália com relação a qualquer informação fornecida de boa-fé.

Para facilitar e estimular a participação dos acionistas nas assembleias da empresa e apresentar contribuições para o entendimento das matérias propostas, a empresa também disponibiliza em seu *website* o Manual para Participação em Assembleias de Acionistas da Eletrobras. Por meio de um *link* no próprio manual, o acionista encontra informações mais detalhadas sobre as matérias discutidas nestes encontros.

O *website* da Eletrobras dispõe do Fale com o RI, mais um canal de comunicação pelo qual os acionistas podem entrar em contato com a área de Relações com Investidores, além do contato por e-mail ou telefone, no caso de quaisquer dúvidas, recomendações ou outras solicitações que acharem pertinentes.

**Ouvidoria:** O contato pode ser feito pelos telefones (21) 2514-4526/5895, por meio de carta para Av. Presidente Vargas, 409, 17º andar – Centro – Rio de Janeiro (RJ) – CEP: 20071-003, pessoalmente, no mesmo endereço, ou ainda pelo e-mail [ouvidoria@eletrobras.com](mailto:ouvidoria@eletrobras.com). No *website* da Eletrobras está disponível também um formulário de manifestação à Ouvidoria, em [www.eletrobras.com/ouvidoria](http://www.eletrobras.com/ouvidoria). Em 2015, as Ouvidorias das empresas Eletrobras receberam 37.097 manifestações, das quais 34.158 (92%) foram concluídas e 2.939 (8%) encontravam-se em andamento em 31/12/2015. Na comparação com o ano anterior, o quantitativo de manifestações teve um aumento expressivo (100%), o que se justifica, em parte, pela entrada de registros de Ouvidoria da Celg-D, em 2015.

**Canal de Gênero:** criado em consonância com o Programa Pró-Equidade de Gênero, do governo federal, o canal de gênero é voltado exclusivamente para o público interno e está disponível pela intranet. Por este instrumento, são recebidas manifestações (sugestões, comentários ou denúncias) relativas a questões de gênero, discriminação e assédio sexual.

**Canal Denúncia:** criado em atendimento à Lei Sarbanes-Oxley (SOX) para recebimento exclusivo de denúncias sobre possíveis irregularidades ou fraudes contábeis e/ou financeiras nas empresas Eletrobras, assim como de denúncias de possíveis casos de corrupção no Brasil e exterior, com foco em denúncias anônimas (*websites* de todas as empresas Eletrobras ou [www.eletrobras.com/canaldenuncia](http://www.eletrobras.com/canaldenuncia)).

**Fale com o Presidente:** ferramenta de contato direto entre o colaborador e o presidente da empresa, o e-mail [falecomopresidente@eletrobras.com](mailto:falecomopresidente@eletrobras.com) é mais um canal voltado exclusivamente para o público interno. O encaminhamento das respostas às manifestações recebidas é acompanhado pela Ouvidoria da Eletrobras.

**Serviço de Informação ao Cidadão (SIC):** monitorado pela Ouvidoria para o atendimento aos pedidos e questionamentos enquadrados na Lei de Acesso à Informação Pública. No gerenciamento das demandas referentes à Lei (de Acesso à Informação) nº 12.527 foram recebidos, em 2015, pelos SICs das empresas Eletrobras, 804 pedidos de informações. Destes, 762 (95%) foram respondidos e 42 encontravam-se em tramitação para resposta no fim de 2015. Entre as empresas Eletrobras, a *holding* foi a que mais recebeu solicitações pelo e-SIC em 2015: foram 220 (27% do total de manifestações recebidas por todas as empresas), sendo 98% respondidas.



Desempenho ambiental

Foto selecionada no concurso de fotografias “Empregados Eletrobras nos Esportes Olímpicos”



Colaborador  
**Marcelo Meireles Goulart,**  
da Eletrobras  
(Foto: Marcelo Luis de O. Toledo)

O Sistema de Gestão Ambiental da Eletrobras realiza o monitoramento de todas as ações relacionadas ao meio ambiente das empresas. Ele se baseia em três elementos principais: a Política Ambiental, o Comitê de Meio Ambiente (SCMA) e o Sistema de Indicadores de Gestão da Sustentabilidade Empresarial (Sistema IGS).

**Política Ambiental:** orienta o tratamento das questões socioambientais associadas aos empreendimentos de energia elétrica das empresas Eletrobras por meio de um documento que reforça o compromisso da empresa com o respeito ao meio ambiente e com o desenvolvimento sustentável do país. Em 2015 foi finalizada uma nova versão da política, que incorporou a diretriz sobre remanejamento de população atingida por empreendimentos do setor elétrico ao conjunto de outras cinco diretrizes temáticas que se referem à biodiversidade, à comunicação ambiental, à gestão socioambiental e patrimonial dos reservatórios, à educação ambiental e a mudanças climáticas.

A Eletrobras aprovou, em 2014, o Plano de Internalização e Divulgação da Política Ambiental das Empresas Eletrobras. Em consonância com essa orientação corporativa da holding foram realizadas diversas ações pelas empresas Eletrobras ao longo de 2015, utilizando os múltiplos canais de comunicação com o conjunto de colaboradores. Como exemplos citamos a produção e veiculação do vídeo “A Eletrobras e o Meio Ambiente”, que apresentou a expressão “Eu me importo” como norteadora da campanha, e a elaboração de cartazes e cartilhas que foram distribuídos aos colaboradores. Foram desenvolvidas ações de internalização da Política nas empresas durante a semana de meio ambiente das mesmas e uma equipe da área ambiental da holding realizou apresentações da Política Ambiental nas sedes das empresas Eletrobras de distribuição.

**Comitê de Meio Ambiente (SCMA):** espaço para discussão de práticas e diretrizes para as questões socioambientais das empresas. Ele é composto por gestores das áreas de meio ambiente das empresas, que se reúnem pelo menos três vezes ao ano. O SCMA possui atualmente 13 grupos de trabalho e uma comissão temática.

**Sistema de Indicadores de Gestão da Sustentabilidade Empresarial (Sistema IGS):** desde 2010, o Sistema IGS monitora os indicadores ambientais de todas as empresas Eletrobras. Ferramenta estratégica para a companhia, hoje o sistema já possui 187 indicadores e 280 variáveis que envolvem temas como água, energia, resíduos, biodiversidade, ações voluntárias e conformidade.

Em 2015, o Sistema IGS possuía 588 usuários cadastrados em todas as empresas Eletrobras. Sua ampliação para as dimensões social, econômico-financeira, eficiência energética e governança está em desenvolvimento.

## Água

GRI G4-EN8, G4-EN10

A utilização racional dos recursos hídricos é fundamental para a manutenção no atendimento ao mercado de energia e para o desenvolvimento das atividades executadas pelas empresas Eletrobras.

Os anos de 2012, 2013, 2014 e 2015 ficaram marcados por períodos de precipitações abaixo das médias históricas em diversas regiões do país, ocasionando redução na disponibilidade hídrica em algumas bacias hidrográficas, o que tem sido denominado de “crise hídrica”, que, além de afetar o abastecimento de cidades, prejudicou também a geração de energia nas hidrelétricas. Por isso, é fundamental que a Eletrobras oriente e coloque em prática as melhores formas de gestão dos recursos hídricos, visando à manutenção do negócio, à prevenção de efeitos decorrentes de eventos

hidrológicos críticos, aos usos múltiplos da água e à redução dos impactos à população e ao meio ambiente.

**Em 2015, a Eletrobras passou a exercer a vice-presidência da Câmara Técnica de Água do Comitê Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds).**

A água utilizada pelas hidrelétricas na geração de energia, uma vez que não é consumida, mas apenas desviada para movimentar turbinas, não integra o volume total de água consumido. O mesmo vale para a água do mar utilizada pela Eletrobras Eletronuclear (cerca de 3.199 milhões de m<sup>3</sup>) como fonte fria do sistema secundário das usinas nucleares Angra 1 e 2, que retorna integralmente ao mar no Saco Piraquara de Fora com um pequeno aumento de temperatura – fato monitorado constantemente para atender aos padrões estabelecidos pela legislação ambiental e não afetar a fauna aquática.

Em 2015, foram utilizados 4.615.056,94 m<sup>3</sup> de água para fins administrativos, incluindo o volume utilizado nas estações de piscicultura da Eletrobras Furnas, e 3.196.741.779,89 m<sup>3</sup> para a geração térmica, conforme mostram as tabelas a seguir. Houve também aumento na cobertura de dados da água captada a partir de fontes subterrâneas e a partir da rede de abastecimento.

**Volume de água utilizada para consumo administrativo (em m<sup>3</sup>)**

Fonte	2015	2014	2013
Superficial <sup>1</sup>	3.611.235,02	3.609.999,68	3.621.391,50
Subterrâneas <sup>2</sup>	423.280,69	184.769,65	199.109,30
Rede de abastecimento <sup>3</sup>	580.541,23	579.773,41	581.610,10
Total (em m <sup>3</sup> )	4.615.056,94	4.374.542,74	4.402.110,90

Os dados não abrangem as empresas:

- 1 - Em 2015: Distribuidoras, Chesf, CGTEE, Amazonas Energia, Amazonas Geração e Transmissão, Eletronuclear. Não aplicável para Cepel e Holding. Em 2014: Distribuidoras, Chesf, Cepel, CGTEE, Amazonas Energia, Eletronuclear, Itaipu e Holding. Em 2013: Eletrobras Amazonas Energia, Eletronorte, Eletrosul, Furnas e Itaipu Binacional.  
 2 - Em 2015: Amazonas Geração e Transmissão, Amazonas Geração e Transmissão, Chesf, CGTEE, Acre, Alagoas, Rondônia, Roraima e Eletronuclear. Não aplicável para Cepel e Holding. Em 2014: Distribuidoras, Chesf, Cepel, CGTEE, Amazonas Energia, Eletronuclear e Holding. Em 2013: Eletrobras Amazonas Energia, Eletronorte, Eletrosul, Furnas e Itaipu Binacional.  
 3 - Em 2014: Roraima.

No Plano Diretor de Negócios e Gestão da Eletrobras 2015-2019, a Eletrobras estabeleceu como indicador a redução do consumo administrativo de água de rede de abastecimento. Baseada no consumo de 2014 (579.773,41 m<sup>3</sup>) a meta é alcançar um consumo de 571.076,81 m<sup>3</sup> em 2019.

**Volume de água utilizada para produção termelétrica (em m<sup>3</sup>)**

Fonte	2015	2014	2013
Superficial <sup>1</sup>	20.531.665,54	35.879.025,70	9.495.785,2
Subterrâneas <sup>2</sup>	193.229,30	207.900,00	4.176,00
Total (em m <sup>3</sup> )	20.724.894,84	36.086.925,74	9.499.961,2

Não aplicável às Distribuidoras, Itaipu, Eletrosul, Cepel e Holding.

Em 2015, os dados não incluem as empresas:

- 1 - Chesf.  
 2 - Chesf, CGTEE, Amazonas Energia, Furnas e Eletronuclear.

Em 2015 houve diminuição na utilização de água retirada de fontes superficiais nas plantas operadas pela Eletrobras CGTEE e pela Eletrobras Amazonas Geração e Transmissão.

As empresas Eletrobras também promoveram o reúso e a reciclagem de água, principalmente por meio do tratamento de efluentes, da captação da água da chuva e do uso inteligente em ciclos, somando cerca de 3 milhões

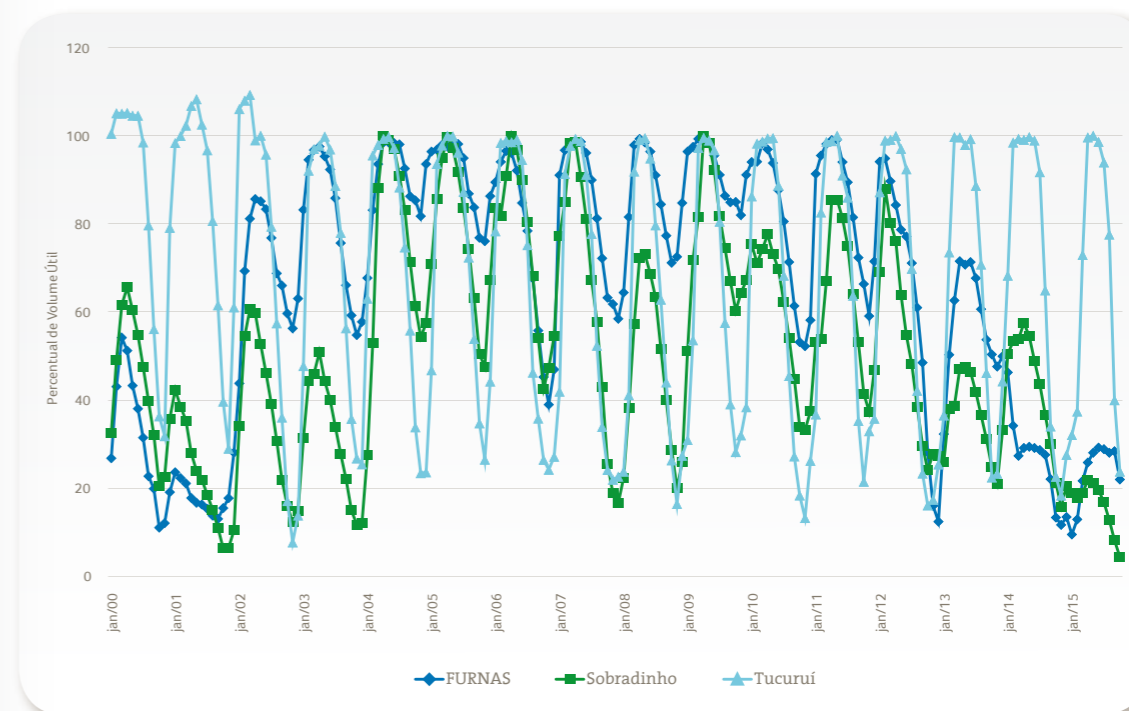
de m<sup>3</sup> reaproveitados, em 2015, nas empresas Eletrobras Eletronorte, Eletronuclear, Eletrosul, Furnas e CGTEE, além de Itaipu.

A Eletrobras e suas empresas contam com um grupo técnico para avaliação e acompanhamento conjunto do tema recursos hídricos. O Grupo de Trabalho de Recursos Hídricos e do Potencial Hidrelétrico das Empresas Eletrobras (GTRH-EE) foi constituído no ano de 2005 com o objetivo de tratar das diversas questões relativas ao tema de recursos hídricos que influenciam na atuação e nos resultados dos negócios das empresas Eletrobras. O grupo elaborou a proposta de texto da Política de Recursos Hídricos das empresas Eletrobras (PRH-EE), que foi aprovada em junho de 2010.

O GTRH-EE vem acompanhando a situação dos recursos hídricos e elaborou avaliação das vazões históricas de todo o período disponibilizado atualmente pelo setor elétrico brasileiro (1931 a 2014), de todos os empreendimentos 100% Eletrobras, com o objetivo de avaliar o comportamento das bacias nos anos recentes. Ainda em 2015, o grupo iniciou um diagnóstico do uso da água para a geração de energia nas usinas térmicas e nucleares das empresas Eletrobras. Estas e outras questões relacionadas ao tema foram consignadas no documento “Panorama da Situação dos Recursos Hídricos para a Geração de Energia das empresas Eletrobras”, de abril de 2014, elaborado pelo grupo.

De forma a ilustrar a situação dos recursos hídricos, é apresentado a seguir um gráfico para o período de 2000 a 2015 com os percentuais de volume armazenado de três dos principais reservatórios das empresas Eletrobras e do setor elétrico. Observa-se que os volumes dos reservatórios de regularização são função não apenas da disponibilidade hídrica, mas também do despacho centralizado das usinas hidrelétricas que estão conectadas no Sistema Interligado Brasileiro, sob coordenação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Deve ser ressaltada a importância dos reservatórios de regularização para o país, pois proporcionam os usos múltiplos da água e possibilitam melhores condições para que os usos prioritários sejam mantidos em períodos de baixas precipitações.

**Percentuais do volume útil atingido pelos reservatórios de Tucuruí, Sobradinho e Furnas\***



\* Período de apuração: de janeiro de 2000 a dezembro de 2015. (Fonte: ONS, histórico dos volumes dos reservatórios)

Da observação do gráfico acima, pode-se notar que os níveis de água dos reservatórios de Sobradinho (PE) e de Furnas (MG) até o fim de 2015 foram influenciados pelo período recente de precipitações abaixo das médias históricas em suas bacias, situação essa que tornou-se um pouco mais favorável após as chuvas dos primeiros meses de 2016.

## Energia

GRI G4-EN3, G4-EN4, G4-EN6, G4-EN7

Por ser uma empresa comprometida com a manutenção do meio ambiente e a sustentabilidade do negócio, a Eletrobras desenvolve ações para mitigar e monitorar o consumo de energia. O consumo de energia direta, renovável e não renovável, acontece pela utilização de equipamentos e maquinários, na operação de termelétricas, na frota de veículos, entre outras operações.

Já a energia indireta refere-se ao consumo por meio de fontes intermediárias, ou seja, energia consumida em forma de eletricidade. Veja a seguir o consumo de energia das empresas Eletrobras, em 2015, dentro e fora da organização.

### Consumo de energia dentro da organização

Combustível em UTEs em 2015	Em Gj
Biodiesel	1.758.730
Gás Natural	59.817.568
Carvão Mineral	27.962.651
GLP	566
Óleo Combustível	5.490.305
Óleo Diesel	25.018.119
SubTotal	120.047.939
Urânio	53.161.671
Total	173.209.610
Combustível em Atividades Administrativas em 2015	Em Gj
Biodiesel	17.104,00
Etanol Veicular	30.574,00
Etanol adicionado à gasolina	18.211,00
Gás Natural	266,42
Carvão Mineral	n.a.
Gasolina	72.886,00
Gasolina de aviação	0,00
GLP	2.605,00
Óleo 2 tempos	62,48
Óleo Combustível	0,00
Óleo Diesel	243.306,00
Querosene de aviação	6.384,00
Total	391.398,90

### Consumo de energia fora da organização

Atividade	Em Gj
Transporte de Combustíveis	112,87
PIE	45.444.402,00
Transporte de Produtos Não Energéticos	64.737,00
Viagens Aéreas	159,65
Transporte de Colaboradores	68.838,00
Total	45.578.249,52

### Consumo de energia elétrica 2015

Atividade	Em Gj
Atividades Administrativas	380.550
Geração Termelétrica	500.814
Geração Hidrelétrica	615
Transmissão	395.604
Distribuição	24.125
Total	1.301.707

## Metas

Em 2013, a holding orientou suas empresas para que estabelecessem metas de redução de consumo de alguns recursos que envolvem energéticos com o objetivo de aumentar a eficiência e aprimorar a gestão ambiental nas empresas Eletrobras. Esta iniciativa visava também contribuir para a diminuição da emissão de gases de efeito estufa (GEE).

Os indicadores sugeridos foram o percentual de redução do uso de combustíveis fósseis da frota veicular própria (escopo 1) e o percentual de redução do consumo próprio de energia elétrica proveniente de rede pública (escopo 2). Tendo como linha de base o ano de 2012, devendo ser cumpridas até 2015, cada empresa estabeleceu suas próprias metas. No consolidado, procurou-se alcançar a redução de 6,6% nas emissões de consumo em fontes móveis terrestres e de 3,6% nas emissões relativas ao consumo de energia elétrica.

Meta	Ano	Consumo (litros)	Variação %	Meta atendida?	Emissões (tCO2e)	Variação %	Meta atendida?
Escopo 1	2012	6.046.702	-	-	15.375	-	-
Redução de 6,6% para as Fontes Móveis	2015	5.607.261	- 7,27	SIM	14.178	-7,79	SIM
Meta	Ano	Consumo (kWh)	Variação %	Meta atendida?	Emissões (tCO2e)	Variação %	Meta atendida?
Escopo 2	2012	70.007.064	-	-	4.506	-	-
Redução de 3,3% no consumo de energia elétrica	2015	55.555.173	-20,64	SIM	6.750	49,79	NÃO

O Acompanhamento da meta global para as Empresas Eletrobras foi realizado da seguinte forma:

- Metas de consumo: para as unidades das empresas definidas para as suas metas individuais tendo 2012 como linha de base, verificou-se os valores consumidos, em 2015, de combustíveis (escopo 1) e de energia elétrica (escopo 2).
- Metas de emissão: para as unidades das empresas definidas para as suas metas individuais tendo 2012 como linha de base, verificou-se os valores das emissões de GEE devidas ao consumo, em 2015, de combustíveis (escopo 1) e de energia elétrica (escopo 2).

O consumo de combustíveis fósseis nos veículos terrestres sofreu uma redução no período de 439.441 litros, menos 7,27% do que em 2012. As emissões de GEE diminuíram 7,79%, superando a meta.

Há que se considerar ainda a peculiaridade da meta estabelecida por Furnas, não incluída neste cálculo por ser de natureza diferente: o aumento escalonado do consumo de combustíveis renováveis (etanol), chegando a 6% em 2015. Em 2012, os veículos de Furnas consumiram 18.570 l de etanol enquanto que, em 2015, este consumo subiu para 234.334 l, um aumento de 1.162%, representando um avanço de 1.090% com relação à meta estabelecida.

A meta relativa ao consumo de energia elétrica da rede pública também foi atingida com êxito, a redução do conjunto das empresas foi de 14.451.891 kWh, o que corresponde a 20,6 % a menos do que o consumido em 2012. Apesar do consumo de energia elétrica (escopo 2) ter diminuído no período 2012-2015, a meta por emissão de GEE equivalente não foi atingida. Isto se explica pelo maior despacho de usinas termelétricas no Sistema Interligado Nacional (SIN) neste período para compensar a menor geração de energia pelas usinas hidrelétricas no país, causada pela forte estiagem, o que veio a aumentar consideravelmente o fator de emissão de CO<sub>2</sub> do SIN e, conseqüentemente, no cálculo desta parcela.

No Plano Diretor de Negócios e Gestão da Eletrobras 2015-2019, a Eletrobras estabeleceu novas metas para estes dois indicadores Pretende-se alcançar uma redução de 0,2% ao ano até 2019, tendo como linha de base o consumo de 2014 em todas as unidades operacionais das empresas Eletrobras. Para o consumo de combustíveis fósseis da frota veicular própria, 301,655.62 GJ em 2014, a meta é chegar ao consumo de 298,639,07 GJ em 2019. Para 884,134.27 MWh consumidos de energia elétrica em 2014, pretende-se alcançar 835,692,93 MWh em 2019.

## Mudanças climáticas

GRI G4-EC2, G4-EN15, G4-EN16, G4-EN17, EN21

A Eletrobras tem como meta contribuir na transição para um novo modelo de desenvolvimento baseado numa economia de baixo carbono. Com esse foco, em 2012, a alta administração da Eletrobras assinou uma declaração em relação às mudanças climáticas, na qual assume compromissos que orientam as ações da Eletrobras e suas empresas com relação ao tratamento do tema mudanças climáticas. Esta declaração está incorporada à Política Ambiental das empresas Eletrobras (item 3.2.4).

Com o intuito de atingir esse objetivo as empresas Eletrobras por meio do seu processo integrado de gestão de riscos atuam identificando, analisando, tratando e acompanhando os riscos não somente de mudanças climáticas e emissões de gases de efeito estufa, mas também todos os seus correlatos identificados tanto na esfera ambiental quanto na social.

Assim é importante salientar que a matriz de riscos do sistema Eletrobras se organiza em pilares (estratégico, operacional, financeiro e de conformidade), divididos em categorias, dentro das quais se organizam

os eventos de riscos. Os eventos relativos a meio ambiente, podem ser encontrados tanto no pilar estratégico, quanto no operacional. Dentre eles se destacam os riscos Mudanças Climáticas (natureza física e regulatória), Risco Hidrológico (natureza física e regulatória), Biodiversidade e Meio Físico (natureza física e regulatória), Licenciamento Ambiental (natureza regulatória), Controles Ambientais (natureza física e regulatória), Acidentes Ambientais (natureza física) e Emissões de Gases de Efeito Estufa (natureza física e regulatória), que priorizados em 2015, tiveram seus fatores e impacto mapeados e analisados. Em seguida para cada um destes riscos, foram definidas recomendações e com base nestas, elaborados planos de ação, dos quais fazem parte atividades que tem por objetivo a redução da exposição do grupo aos referidos riscos.

Estas atividades consistem principalmente em medidas para redução das emissões de gases de efeito estufa, maior controle do manejo de insumos e agentes contaminantes, adaptação e/ou readequação a impactos gerados por mudanças climáticas e projetos para prevenção e/ou compensação de possíveis impactos gerados pelas empresas em suas áreas de entorno. Estes planos deverão ser implantados pelos gestores de riscos e acompanhados pelas alçadas competentes para que seja possível a aferição de sua eficácia na mitigação de cada um dos riscos citados. A respeito dos custos associados à implantação dessas medidas/projetos, não é prática das empresas mensura-los de forma estratificada e/ou por projeto já que estão previstos no orçamento das áreas responsáveis pelo seu tratamento.

Assegurar a implantação de ações de gestão das emissões de gases de efeito estufa, dar prioridade a projetos de energia renovável e atuar no fomento a estudos são alguns dos objetivos das empresas Eletrobras relativos a este tema, especialmente quando são verificadas importantes alterações climáticas que impactaram a disponibilidade de água no país nos últimos anos e, conseqüentemente, a geração de energia pelas usinas hidrelétricas, forçando um maior despacho de usinas termelétricas, em especial aquelas que utilizam combustíveis fósseis.

Mesmo neste quadro adverso, as emissões de gases estufa das empresas Eletrobras sofreram redução, em 2015, como se pode verificar na tabela a seguir.

Emissões de gases de efeito estufa

	2015	2014	2013	2012
Escopo 1	8.413.812	9.358.352,2	10.270.406,6	8.169.468,0
Escopo 2	1.839.372	2.544.950,0	1.771.779,4	1.654.495,0
Escopo 3	2.991.807	1.985.312,3	1.828.086,1	1.948.184,0
Total	13.244.991	13.888.614,5	13.870.272,1	11.772.147,0

Para mais informações a este respeito, está publicamente disponível no site do CDP o questionário respondido pela Eletrobras em relação ao tema carbono: <https://www.cdp.net/en-US/Pages/HomePage.aspx>

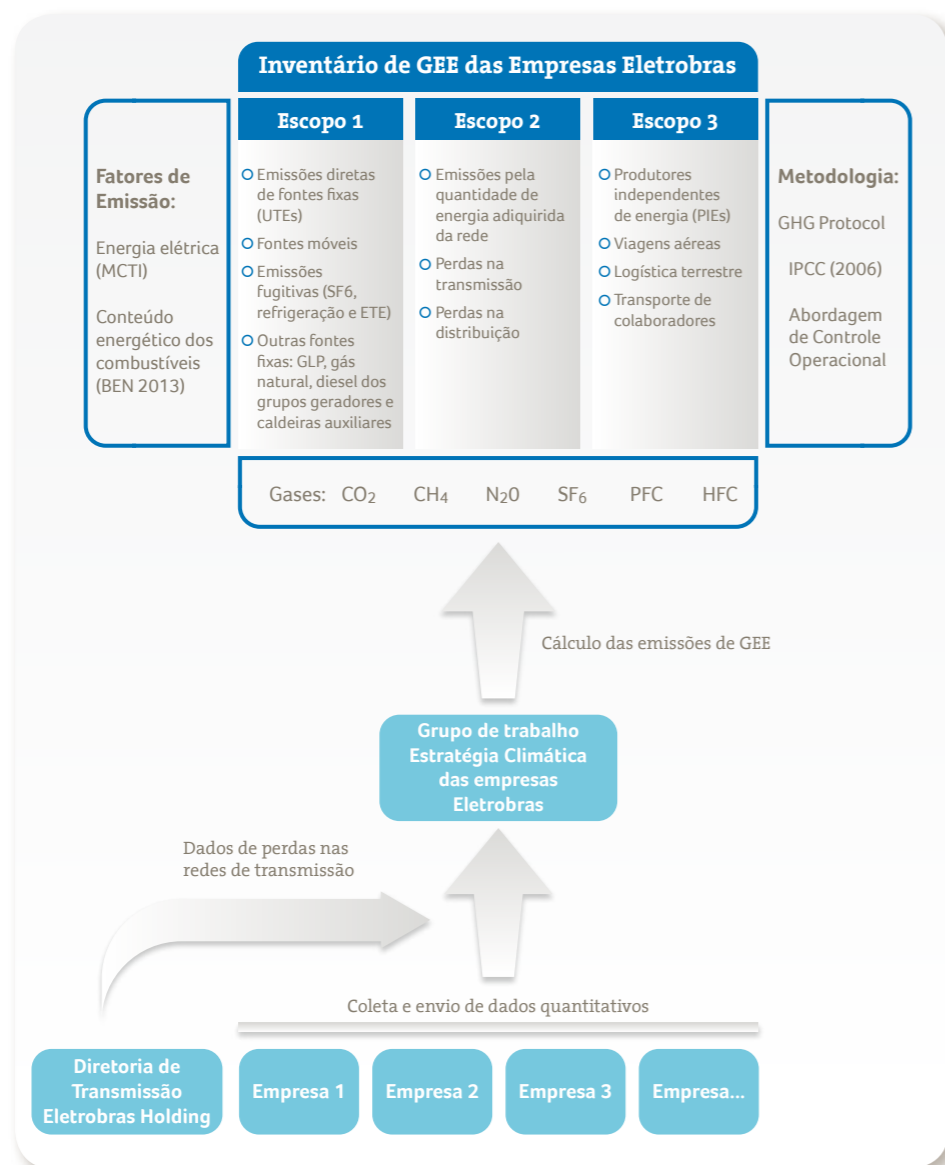
O Inventário de Emissões de GEE das empresas Eletrobras segue a metodologia do IPCC (2006) e as diretrizes do Greenhouse Gas Protocol – GHG Protocol (WRI, 2004) –, tendo como limite organizacional aquelas empresas nas quais a Eletrobras detém o controle operacional. Na abordagem de controle operacional, uma organização responde por 100% das emissões de GEE das unidades sobre as quais tem controle operacional, não respondendo por aquelas provenientes de operações nas quais tem apenas participação societária. GHG Protocol: padrão corporativo de contabilização e comunicação de emissões de gases de efeito estufa, lançado em 1998 e revisado em 2004, reconhecido internacionalmente, e



hoje a ferramenta mais utilizada mundialmente pelas empresas e governos para entender, quantificar e gerenciar suas emissões.

As informações necessárias à elaboração deste Inventário foram levantadas em cada uma das empresas por meio de seus representantes no Grupo de Trabalho Estratégia Climática (GT 3), criado no âmbito do Subcomitê de Meio Ambiente das empresas Eletrobras (SCMA).

A imagem a seguir apresenta o processo de elaboração do Inventário de GEE das empresas Eletrobras, seu escopo, estrutura geral e fontes inventariadas.



Para o cálculo das emissões provenientes do consumo de eletricidade, perdas na transmissão e perdas na distribuição foram utilizados os fatores de emissão do Sistema Interligado Nacional (SIN), que são calculados e publicados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). (Disponível no endereço eletrônico: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/321144.html#ancora>)

No Brasil, por ser obrigatória a adição de uma fração de etanol de cana-de-açúcar na gasolina e de biodiesel no óleo diesel, os combustíveis derivados de petróleo apresentam menor potencial poluidor que os utilizados internacionalmente. Assim, as emissões de CO<sub>2</sub> provenientes do consumo de biocombustíveis (biodiesel, etanol adicionado à gasolina e etanol veicular) são relatadas à parte dos cálculos deste inventário, pois estas emissões são reabsorvidas por meio da fotossíntese nos cultivos de

cana-de-açúcar e soja, entre outros vegetais usados na produção destes biocombustíveis.

Por essa razão, desde o Inventário de GEE das Empresas Eletrobras ano base 2013, para o consumo de combustível das fontes móveis rodoviárias (etanol, gás natural, gasolina e óleo diesel) são utilizados os fatores de emissão publicados no Primeiro Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas por Veículos Automotores Rodoviários (MMA, 2011) em substituição aos fatores do IPCC.

As emissões resultantes da geração termelétrica proveniente de Produtores Independentes de Energia (PIE), cuja energia é adquirida pelas concessionárias Eletrobras Amazonas Energia, Eletrobras Distribuição Rondônia, Eletrobras Distribuição Acre e Eletrobras Distribuição Roraima e revendida ao consumidor final, são quantificadas no escopo 3 e, portanto, separadas das emissões relativas ao parque termelétrico próprio das empresas Eletrobras, que são consideradas no escopo 1.

O valor do conteúdo energético dos combustíveis consumidos foi calculado com base nos fatores de conversão que constam no Balanço Energético Nacional (BEM) – ano base 2013.

Para o cálculo da intensidade de emissões de gases de efeito estufa foram considerados os Escopos 1 e 2 (relacionados às emissões diretas e indiretas de compra de energia), como definido pelo Projeto de Divulgação de Carbono (CDP) e outros relatórios de emissões de GEE.

Emissões de GEE de reservatórios hidrelétricos pertencentes a empresas da Eletrobras não foram consideradas porque não há, até agora, nenhuma metodologia de consenso científico internacional que permita estimar essas emissões e calcular o balanço de emissões (ou emissões líquidas) dos corpos d'água.

Além das emissões de GEE, também são estimadas as emissões dos óxidos de enxofre (SO<sub>x</sub>) e óxidos de nitrogênio (NO<sub>x</sub>) de acordo com metodologia de cálculo indireto, que se baseia nas informações sobre consumo de combustíveis fósseis das usinas termelétricas das empresas Eletrobras. (Fonte: European Environmental Agency. Air pollutant emission inventory guidebook: Technical guidance to prepare national emission inventories / 2009).

Este inventário foi verificado por terceira parte independente e todas as informações e memórias de cálculo, além de identificação das fontes dos dados, estão arquivadas. A carta de asseguração dos auditores independentes foi emitida em 20 de maio de 2016 pela KPMG Risk Advisory Services Ltda. A KPMG Risk Advisory Services Ltda é uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

## Emissões de SO<sub>x</sub> e NO<sub>x</sub>

### GRI G4-EN21

As emissões de SO<sub>x</sub> e NO<sub>x</sub> em UTEs próprias em 2015 foram de 37.118,50 toneladas e 19.675,90 toneladas respectivamente.

Nas usinas termelétricas a carvão, para monitoramento contínuo é utilizado o método extrativo com análises por absorção ao infravermelho não dispersivo para SO<sub>x</sub> e NO<sub>x</sub>. Já no monitoramento por amostragem isocinética, são utilizados os seguintes métodos: para SO<sub>x</sub>, o método Cetesb L9. 228; para NO<sub>x</sub>, o método Cetesb L9. 229.

O Monitoramento das Emissões Atmosféricas do Complexo Termelétrico de Candiota é realizado por sistemas independentes, operando de forma contínua, para verificar a emissão atmosférica em cada chaminé do Complexo: Chaminé 1 (Caldeiras I e II - Fase A); Chaminé 2 (Caldeira III - Fase

B); Chaminé 3 (Caldeira IV - Fase B) e Chaminé 4 (Caldeira V – UTE Candiota III Fase C).

As chaminés são construídas em concreto armado e possuem 150 metros de altura nas Fases A e B e 200 metros na Fase C. Cada sistema realiza a medição das concentrações de dióxido de enxofre (SO<sub>2</sub>), óxidos de nitrogênio (NO<sub>x</sub>), monóxido de carbono (CO) e material particulado (MP).

O percentual de oxigênio (O<sub>2</sub>) na emissão atmosférica e os valores de pressão, temperatura e vazão dos gases de combustão também são medidos para a correção da concentração dos poluentes em miligramas por normais metro cúbico (mg/Nm<sup>3</sup>), a 6% de oxigênio, conforme características do processo e definições do licenciamento ambiental. As variáveis são medidas a cada segundo, gerando uma média ao final de cada hora. Esta média horária é transmitida a um Centro Supervisório de Monitoramento Ambiental da Eletrobras CGTEE, que retransmite o dado ao órgão de licenciamento ambiental, IBAMA.

Relatórios mensais, contendo os dados validados do monitoramento de emissões atmosféricas, identificações de falhas e conclusões sobre o monitoramento são enviados em meio físico ao IBAMA, com a assinatura da área responsável.

Amostragens isocinéticas são realizadas mensalmente em cada uma das chaminés, sujeitas a disponibilidade operacional de cada Unidade Geradora, de forma a validar o monitoramento contínuo realizado.

A Eletrobras CGTEE mantém, através de contrato com empresa especializada, manutenções e calibrações periódicas nos instrumentos de monitoramento contínuo. Este monitoramento atende as exigências dos órgãos de fiscalização ambiental e a da Resolução CONAMA Nº 436 de 22 de dezembro de 2011.

## Biodiversidade

Considerando que as questões ambientais estão diretamente relacionadas à natureza dos negócios das empresas Eletrobras, a gestão e a minimização dos impactos sobre a biodiversidade são uma diretriz estratégica que deve ser seguida desde o planejamento até a operação dos seus empreendimentos.

Atendendo aos princípios e às diretrizes da Política Ambiental da Eletrobras, as empresas desenvolvem ações de recuperação e proteção da biodiversidade, visando à exploração racional dos recursos energéticos, mantendo o equilíbrio com o meio ambiente, os aspectos de engenharia e os aspectos socioambientais, sempre atendendo aos princípios da sustentabilidade.

Desde 2012, a Política Ambiental da Eletrobras possui diretrizes específicas para a Biodiversidade, visando melhorar a gestão e incluir o tema nos processos de tomada de decisão das empresas Eletrobras.

Pautadas na conformidade com as políticas públicas e com os acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, as empresas Eletrobras buscam a manutenção de um processo sistemático e contínuo de melhoria nas práticas de gestão, contando com o auxílio do sistema IGS, ferramenta que permite o acompanhamento do desempenho ambiental das empresas no tema biodiversidade. Desde 2012, o sistema IGS possui indicadores e variáveis específicos para a gestão da biodiversidade como, por exemplo, apoio a áreas protegidas, recuperação de áreas degradadas, programas de monitoramento de flora e fauna, dentre outros.

Considerando a importância do desenvolvimento de ações que representem um diferencial na gestão de questões socioambientais e que possam trazer benefícios à região na qual o projeto foi implantado,

a Eletrobras desenvolve, desde 2011, o projeto “Melhores Práticas”. A atualização deste projeto em 2015 demonstrou o aumento de ações voluntárias realizadas pelas empresas para proteção da biodiversidade, o que pode ser considerado um importante indicador do comprometimento das empresas na promoção do desenvolvimento ambientalmente sustentável. Este resultado está em consonância com a meta da Eletrobras de aumentar os investimentos na proteção da biodiversidade até 2019.

A análise de riscos relacionados à biodiversidade é considerada fundamental para a melhoria da gestão e do desempenho das empresas Eletrobras. Alinhada a esta percepção, os riscos relacionados à biodiversidade foram identificados na Matriz de Risco da empresa e reportados à sua direção. Além disso, a Eletrobras iniciou em 2015 a participação no projeto piloto desenvolvido pelo Institute for Sustainability Leadership (CISL) da Universidade de Cambridge. O projeto “Natural Capital Protocol” tem como objetivo identificar as dependências/impactos do negócio em relação à biodiversidade e da biodiversidade em relação ao negócio, bem como as oportunidades advindas desta interação, visando à melhoria da gestão. A participação neste projeto está em consonância com as atividades desenvolvidas no âmbito da Câmara Técnica de Biodiversidade (CTBio) do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds), onde a Eletrobras exerce a vice presidência, e do Comitê de Meio Ambiente das Empresas Eletrobras (SCMA).

Ainda em 2015, o SCMA definiu que o “Estudo sobre a exposição a riscos relacionados à biodiversidade e estratégias para a gestão da biodiversidade e melhoria do desempenho das empresas Eletrobras” será desenvolvido pelo Grupo de Trabalho de Biodiversidade e Recursos Aquáticos deste Comitê.

## Resíduos

### GRI G4-22

O sistema IGS também auxilia na gestão e monitoramento dos resíduos gerados pelas atividades das empresas Eletrobras. Como as verificações são realizadas constantemente, é possível detectar inconsistências como a que resultou na necessidade de revisão dos dados apresentados para o ano de 2014. O valor corrigido do total de resíduos, em 2014, foi de 1.444.294,96 toneladas.

Em 2015, as empresas destinaram 1.430.168,34 toneladas de resíduos, a maior parte para aterro industrial e para reutilização. Grande parte dos resíduos é formada pelas cinzas resultantes da operação das usinas termelétricas a carvão localizadas em Candiota (RS).

Os resíduos sólidos são tratados pelas empresas Eletrobras de acordo a legislação vigente. Aqueles definidos como perigosos são coletados e armazenados seletivamente nas fontes, de acordo com sua característica principal (resíduos oleosos, contaminados com solventes etc.) e encaminhados para empresas especializadas em transporte, tratamento e

disposição. O acondicionamento e disposição final dos resíduos de saúde, feitos por todas as empresas Eletrobras atendem às normas da Anvisa.

Quanto às cinzas, parte é destinada a aterros industriais e parte é comumente reutilizada pela indústria cimenteira, conforme demanda do setor de construção civil.

### Cases

- Projeto Logística e Manufatura Reversa de Medidores Obsoletos: desenvolvido pela Eletrobras Distribuição Alagoas, iniciado em 2014, é um exemplo de iniciativa ambiental que gera receita para a empresa. O objetivo do projeto é o descarte ambientalmente correto dos medidores de energia, tanto medidores obsoletos (com mais de dez anos de uso), quanto medidores do crescimento vegetativo. Diferentemente dos demais contratos da empresa com seus fornecedores, este contrato teve por objeto a venda de materiais inservíveis para a recicladora arrematante do leilão, ocorrido em junho de 2014. Foram repassados ao todo 59.330 medidores para a recicladora, perfazendo 5 lotes. Para cada lote entregue, conforme cláusula contratual, a recicladora emitiu um certificado de destinação final dos materiais, no qual informa o total de cada componente do respectivo lote (plástico, vidro, ferro etc) e a destinação final destes materiais. A receita gerada foi de R\$ 61.109,90 (R\$1,03 foi o preço de venda unitário).
- Em 2015, a realização de leilões de resíduos industriais pela Eletrobras Eletronuclear visando reaproveitamento/reprocessamento/reciclagem gerou uma receita de R\$ 221.145,00 para a empresa.
- Na Eletrobras Eletronorte é feita alienação de óleo isolante e lubrificante usados, bem como baterias e sucatas metálicas gerando receita e minimizando impactos ambientais. Em 2015 o valor alcançado chegou a R\$ 774.150,00.
- Na Eletrobras Furnas a alienação por venda de óleo e sucata ferrosa correspondeu ao valor de R\$ 1.836.900,00.

## Derramamentos

As empresas Eletrobras possuem planos de contingência local e promovem exercícios simulados que possibilitam às empresas se prevenirem de acidentes relacionados aos derramamentos e outros tipos de ocorrências que demandem evacuação do local de trabalho.

Além disso, as empresas contam com a construção de diques de tancagem e têm à disposição materiais como serragem, mantas absorventes e bacias de contenção. Auditorias ambientais também são realizadas para a verificação da eficácia dos métodos de contenção utilizados, para prevenção desse tipo de acidente.

Em caso de incidentes, os processos são revistos imediatamente e os erros assimilados para que não mais se repitam.



Foto selecionada no concurso de fotografias "Empregados Eletrobras nos Esportes Olímpicos"



Colaborador  
Clovis Nicoleit,  
da Eletrobras Eletrosul  
(Foto: Divulgação)



Indicadores GRI		Localização do indicador ou resposta direta	Verificação externa
<b>Perfil 1. Estratégia e análise</b>			
G4-1	Declaração do detentor do cargo com maior poder de decisão sobre a relevância da sustentabilidade para a organização	Mensagem da liderança	
G4-2	Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades	Gestão de riscos	
<b>2. Perfil organizacional</b>			
G4-3	Nome da organização	Eletrobras	
G4-4	Principais marcas, produtos e/ou serviços	A Eletrobras	
G4-5	Localização da sede	Sede em Brasília (DF) e escritório central no Rio de Janeiro (RJ)	
G4-6	Número de países em que a organização opera	Empresas que compõem a Eletrobras	
G4-7	Tipo e natureza jurídica da propriedade	A Eletrobras	
G4-8	Mercados atendidos	Desempenho nos negócios	
G4-9	Porte da organização	Desempenho econômico-financeiro, Desempenho nos negócios, Colaboradores	
G4-10	Perfil da força de trabalho	Colaboradores	
G4-11	Percentual de empregados cobertos por negociação coletiva	100% dos colaboradores das empresas Eletrobras em todo o Brasil são cobertos por Acordos de Negociação Coletiva	
G4-12	Descrição da cadeia de fornecedores da companhia	Fornecedores	
G4-13	Principais mudanças na estrutura da companhia durante o período coberto	Desverticalização da Amazonas Energia	
<b>Compromissos com iniciativas externas</b>			
G4-14	Explicação de se e como a organização aplica o princípio de precaução	Princípio da precaução	
G4-15	Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de caráter econômico, ambiental e social, que a organização subscreve ou endossa	Mensagem da Liderança e Relações Institucionais	

Indicadores GRI		Localização do indicador ou resposta direta	Verificação externa
G4-16	Participação significativa em associações e/ou organismos nacionais/internacionais de defesa em que a organização possui assento em grupos responsáveis pela governança corporativa; integra projetos ou comitês; contribui com recursos de monta além da taxa básica como organização associada	Relações Institucionais	
<b>3. Aspectos materiais identificados e limites</b>			
G4-17	Lista de entidades incluídas nas demonstrações financeiras	Página 9	
G4-18	Processo para definição do conteúdo e limite do relatório	Páginas 9 e 10	
G4-19	Lista de aspectos materiais identificados no processo de definição do conteúdo	Página 11	
G4-20	Limite de cada aspecto material para a organização	Página 11	
G4-21	Limite de cada aspecto material fora da organização	Páginas 10 e 11	
G4-22	Explicação das consequências de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores	Páginas 27, 29 e 156	
G4-23	Mudanças significativas em comparação com anos anteriores no que se refere a escopo, limite dos aspectos abordados	Não houve mudança de escopo e limite dos aspectos reportados em relação ao relatório anterior	
<b>4. Engajamento de stakeholders</b>			
G4-24	Lista de <i>stakeholders</i> engajados pela organização	Páginas 10 e 11	
G4-25	Base usada para identificação e seleção de <i>stakeholders</i> para engajamento	Página 11	
G4-26	Abordagem adotada pela companhia para engajar <i>stakeholders</i> e frequência do engajamento	Página 11	
G4-27	Principais tópicos levantados durante o engajamento de <i>stakeholders</i> e medidas adotadas pela companhia para abordá-los	Página 11	
<b>5. Perfil do relatório</b>			
G4-28	Período coberto pelo relatório	Sobre o relatório	
G4-29	Data do relatório anterior mais recente	2014	
G4-30	Ciclo de emissão dos relatórios	Anual	
G4-31	Dados para contato sobre dúvidas em relação ao relatório	sustentabilidade@eletrobras.com	

Indicadores GRI		Localização do indicador ou resposta direta	Verificação externa
G4-32	Opção de aplicação das diretrizes (essencial ou abrangente) índice GRI e verificação externa	Sobre o relatório	
G4-33	Descrição da política e prática adotada para verificação externa dos dados	Índice GRI / Parecer da auditoria	
<b>6. Governança</b>			
<b>Estrutura de Governança e sua Composição</b>			
G4-34	Estrutura de governança, incluindo comitês	Estrutura da governança	
G4-35	Qual o processo de delegação de autoridade do Conselho de Administração para a Diretoria e empregados?	Estrutura da governança	
G4-36	Quais são os executivos responsáveis por tópicos econômicos, ambientais e sociais? Eles se reportam ao Conselho de Administração?	Estrutura da governança e Órgãos de apoio	
G4-37	Há um processo em que os <i>stakeholders</i> podem consultar o Conselho de Administração sobre tópicos econômicos, ambientais e sociais?	Mecanismos de comunicação	
G4-39	Algum membro do Conselho de Administração também tem função executiva? Se sim, qual?	Estrutura da governança	
G4-38	Composição do Conselho de Administração	Estrutura da governança e Conselho de Administração	
G4-40	Como é o processo de seleção e nomeação para o Conselho de Administração e seus Comitês?	Estrutura da governança	
G4-41	Quais os processos do Conselho para garantir a prevenção e administração dos conflitos de interesse? Esses conflitos de interesse são divulgados aos <i>stakeholders</i> ?	Conflito de interesses	
G4-42	Qual o papel do Conselho e dos executivos na definição do propósito, declaração de missão, visão e valores da companhia e na definição de sua estratégia, políticas e metas?	Estrutura da governança	
G4-43	Quais as medidas tomadas para desenvolver e aprimorar o conhecimento do Conselho sobre tópicos econômicos, ambientais e sociais?	Governança corporativa > princípios	
G4-44	Quais os processos de avaliação do desempenho e da governança do Conselho de Administração?	Avaliação de desempenho	

Indicadores GRI		Localização do indicador ou resposta direta	Verificação externa
G4-45	Qual o papel desempenhado pelo Conselho na identificação e gestão de riscos e oportunidades? Os processos de consulta aos <i>stakeholders</i> e materialidade são levados até o Conselho?	Sobre o relatório e Gestão de riscos	
G4-46	Qual o papel do Conselho de Administração na análise da eficácia dos processos de gestão de risco da companhia?	Gestão de riscos	
G4-47	Com que frequência o Conselho analisa impactos, riscos e oportunidades?	Gestão de riscos	
G4-48	Qual o órgão ou cargo de mais alto nível que analisa e aprova formalmente o Relatório de Sustentabilidade, garantindo que todos os aspectos materiais sejam abordados?	Sobre o relatório	
G4-49	Qual o processo adotado para comunicar preocupações críticas da companhia ao Conselho?	Estrutura da governança	
G4-50	Qual o tipo de preocupação crítica comunicada ao Conselho e o número total delas no período? Quais os mecanismos adotados para abordá-las e resolvê-las?	Mecanismos de comunicação e <i>Compliance</i>	
G4-51	Quais as políticas de remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria?	Remuneração e benefícios	
G4-52	Qual o processo para determinar a remuneração dos Conselheiros e Diretores?	Remuneração e benefícios	
G4-53	A companhia considera a opinião de algum stakeholder na definição de remuneração dos administradores?	Remuneração e benefícios	
G4-54	Qual a relação entre a remuneração anual total do indivíduo mais bem pago da companhia em cada país em que a organização tem operação significativa e a remuneração média anual total de todos os empregados (excluindo o mais bem pago) no mesmo país.	A proporção entre a remuneração mediana e a do indivíduo mais bem pago é de 4,62. Todos os empregados considerados na amostra atuam em tempo integral.	
G4-55	Qual a proporção entre o aumento percentual da remuneração anual total do indivíduo mais bem pago da companhia em cada país em que a organização tem operação significativa e o aumento percentual médio da remuneração anual total de todos os empregados (excluindo o mais bem pago) no mesmo país.	A proporção entre o aumento percentual da remuneração mediana é de 0,85 do aumento do indivíduo mais bem pago. Todos os empregados considerados na amostra atuam em tempo integral.	

Indicadores GRI		Localização do indicador ou resposta direta	Verificação externa
<b>7. Ética e integridade</b>			
G4-56	Valores, princípios, padrões e normas de comportamento da organização, como códigos de conduta e de ética	Missão, visão e valores / Condução e princípios éticos	
G4-57	Mecanismos internos e externos adotados pela organização para solicitar orientações sobre comportamentos éticos e em conformidade com a legislação, como canais de relacionamento (ex.: ouvidoria)	Condução e princípios éticos / Mecanismos de comunicação	
G4-58	Mecanismos internos e externos adotados pela organização para comunicar preocupações em torno de comportamentos não éticos ou incompatíveis com a legislação e questões relacionadas à integridade organizacional, como encaminhamento de preocupações pelas vias hierárquicas, mecanismos para denúncias de irregularidades ou canais de denúncias	Condução e princípios éticos / Mecanismos de comunicação	
<b>Desempenho econômico</b>			
<b>Informações sobre a forma de gestão econômica</b>			
<b>Aspecto</b>	<b>Desempenho econômico</b>		
EC1	Qual o valor econômico gerado e distribuído pela companhia?	Distribuição do valor adicionado (DVA)	
EC2	Quais são as implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da companhia em decorrência das mudanças climáticas?	Mudanças climáticas	
EC3	A companhia conta com plano de pensão para aposentadoria de seus funcionários? Se sim, preencha a tabela com os valores	Remuneração e benefícios	
<b>Ambiental</b>	<b>Global Compact</b>		
<b>Informações sobre a forma de gestão ambiental</b>			
<b>Aspecto</b>	<b>Energia</b>		
EN3	Consumo de energia dentro da organização	Energia	
EN4	Consumo de energia fora da organização	Energia	
EN6	Redução do consumo de energia	Eficiência energética / Energia	
EN7	Houve redução na energia necessária para o uso dos produtos ou serviços da companhia? Qual o total da redução e quais iniciativas levaram a isso?	Eficiência energética / Energia	

Indicadores GRI		Localização do indicador ou resposta direta	Verificação externa
<b>Aspecto</b>	<b>Emissões</b>		
EN8	Qual o total de água consumido no ano, por fonte de retirada?	Água	
EN9	A companhia afeta significativamente fontes hídricas com sua retirada de água? Se sim, qual o perfil dessa(s) fonte(s) hídrica(s)?	A companhia não afeta significativamente fontes hídricas com suas retiradas de água.	
EN10	A companhia recicla e reutiliza água? Se sim, qual o volume e por meio de quais iniciativas?	Água	
EN15	Emissões diretas de gases de efeito estufa	Mudanças climáticas	
EN16	Emissões indiretas de gases de efeito estufa provenientes da aquisição de energia	Mudanças climáticas	
EN17	Outras emissões indiretas de gases de efeito estufa	Mudanças climáticas	
EN21	Quais as normas, metodologias e premissas adotadas para monitorar as emissões de NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas?	Mudanças climáticas	
<b>Social: práticas trabalhistas e trabalho decente</b>			
<b>Informações sobre a forma de gestão social</b>			
<b>Aspecto</b>	<b>Emprego</b>		
LA2	Quais os benefícios oferecidos pela companhia a seus empregados para funcionários de tempo integral, de meio período e temporários?	Benefícios	
LA3	Taxas de retorno ao trabalho e retenção após licença maternidade/paternidade, discriminadas por gênero	Todos os funcionários das empresas Eletrobras que tinham o encerramento de suas licenças maternidade e paternidade, em 2015, retornaram ao trabalho, com exceção de um funcionário da Chesf, que se desligou durante sua licença paternidade.	
<b>Aspecto</b>	<b>Saúde e segurança no trabalho</b>		
LA5	Percentual da força de trabalho representada em comitês formais de saúde e segurança, compostos por empregados de diferentes níveis hierárquicos, que ajudam a monitorar e orientar programas de saúde e segurança no trabalho	100% dos funcionários das empresas Eletrobras são cobertos por órgão de saúde e segurança	

Indicadores GRI		Localização do indicador ou resposta direta	Verificação externa
LA8	Quais são os aspectos de saúde e segurança cobertos por acordos formais com sindicatos?	Saúde e segurança	
<b>Aspecto</b>	<b>Diversidade e igualdade de oportunidades</b>		
LA12	Composição dos grupos responsáveis pela governança e discriminação de empregados por categoria funcional, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros Indicadores de diversidade	Perfil dos profissionais	
<b>Aspecto</b>	<b>Igualdade de remuneração entre mulheres e homens</b>		
LA13	Razão matemática do salário e remuneração entre mulheres e homens, discriminada por categoria funcional e unidades operacionais relevantes	Remuneração e benefícios	
<b>Aspecto</b>	<b>Avaliação de fornecedores em práticas trabalhistas</b>		
<b>Social: direitos humanos</b>			
<b>Informações sobre a forma de gestão social</b>			
<b>Aspecto</b>	<b>Não discriminação</b>		
HR3	Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas	Em 2015, foram registrados três casos de discriminação, recebidos pela Comissão de Ética de Furnas, pela Comissão de Ética da Eletrosul e pela Ouvidoria da Itaipu. Todas foram resolvidas no mesmo ano junto aos responsáveis.	
<b>Social: Sociedade</b>			
<b>Informações sobre a forma de gestão social</b>			
<b>Aspecto</b>	<b>Comunidades locais</b>		
SO1	A companhia promove o engajamento da comunidade local e a avaliação de impactos e oportunidades de desenvolvimento por conta de sua operação? Se sim, em quantos % de suas operações promove essa gestão?	Engajamento com as comunidades	
<b>Aspecto</b>	<b>Combate à corrupção</b>		
SO3	Percentual e número total de operações submetidas a avaliações de riscos relacionados a corrupção e os riscos significativos identificados	Compliance	
SO4	Comunicação e treinamento em políticas e procedimentos de combate à corrupção	Compliance	



Indicadores GRI		Localização do indicador ou resposta direta	Verificação externa
<b>S05</b>	Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	Foram recebidas dez denúncias de casos de corrupção. Dessas, quatro foram apuradas e consideradas improcedentes; três casos de corrupção tiveram aplicação de medidas corretivas (advertência, demissão sem justa causa e suspensão de 5 dias); uma segue em apuração pela holding; uma está em processo disciplinar e uma em apuração no judiciário.	
<b>Aspecto</b>	<b>Conformidade</b>		
<b>S08</b>	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos.	O total de multas significativas (superior a 1% da ROL) foi de R\$ 396.504.796,05. Não foram constatadas sanções não monetárias.	
<b>Social: Responsabilidade pelo produto</b>			
<b>Informações sobre a forma de gestão social</b>			
<b>Aspecto</b>	<b>Rotulagem de produtos e serviços</b>		
<b>PR5</b>	Resultados de pesquisas de satisfação do cliente	Clientes	
<b>Aspecto</b>	<b>Conformidade</b>		
<b>PR9</b>	Valor monetário de multas significativas por não conformidade com leis E regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços	Não foram constatadas multas significativas (superior a 1% da ROL).	
<b>Suplemento setorial</b>		<b>Localização do indicador ou resposta direta</b>	<b>Verificação externa</b>
<b>Aspecto</b>	<b>Perfil organizacional</b>		
<b>EU1</b>	Capacidade instalada, separada por fonte de energia primária e regime regulatório.	Geração	
<b>EU2</b>	Energia enviada para a rede, detalhada por fonte primária de energia e regime regulatório.	Produção líquida de energia	

Indicadores GRI		Localização do indicador ou resposta direta	Verificação externa
<b>EU3</b>	Número de unidades consumidoras residenciais, industriais, institucionais e comerciais.	Residencial: 3.470.864; Institucional (Poder e Serviço Público): 288.361; Comercial: 52.021; Industrial: 11.857; Outras Classes (Rural, Consumo Próprio, etc): 234.441; Total: 4.057.544. Não foram acrescidos o número de consumidores da Celg-D.	
<b>EU4</b>	Extensão das linhas de transmissão e distribuição superficial e subterrânea, por regime regulatório.	Transmissão, Distribuição	
<b>Aspecto</b>	<b>Disponibilidade e confiabilidade</b>		
<b>DMA (antigo EU6)</b>	Modelo de gestão para garantir a confiabilidade e disponibilidade de eletricidade de curto e longo prazo.	Desempenho nos negócios (qualidade do serviço de transmissão)	
<b>EU10</b>	Capacidade planejada contra a demanda de energia projetada a longo prazo, discriminada por fonte de energia e regime regulatório.	Capacidade planejada vs. demanda projetada	
<b>Aspecto</b>	<b>Gestão da demanda</b>		
<b>DMA (antigo EU7)</b>	Programas de gerenciamento de demanda, incluindo programas residenciais, comerciais, institucionais e industriais.	Governo e políticas públicas	
<b>DMA (antigo EU8)</b>	Quais os projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) desenvolvidos no ano com o objetivo de prover eletricidade de modo confiável e promover o desenvolvimento sustentável? Quanto foi investido?	Pesquisa e desenvolvimento	
<b>Aspecto</b>	<b>Eficiência do sistema</b>		
<b>EU11</b>	Eficiência média de geração das termelétricas por fonte de energia e sistema regulatório.	Eficiência de geração de plantas térmicas	
<b>EU12</b>	Perdas na transmissão e distribuição de energia como porcentagem do total de energia.	Perdas na transmissão / Perdas na distribuição / Perdas na transmissão	

Indicadores GRI		Localização do indicador ou resposta direta	Verificação externa
<b>Aspecto</b>	Desastre / emergência: planejamento e resposta		
<b>DMA (antigo EU21)</b>	Planejamento de medidas de contingência, calamidade/ plano de gestão de emergência e programas de treinamento, e recuperação/planos de restauração.	Medidas de prevenção e redução de danos	
<b>Aspecto</b>	<b>Saúde e segurança do cliente</b>		
<b>EU22</b>	Qual o número de pessoas física ou economicamente deslocadas e compensadas no ano, discriminadas por tipo de projeto?	Engajamento com as comunidades	
<b>Aspecto</b>	<b>Acesso</b>		
<b>DMA (antigo EU23)</b>	Programas, inclusive aqueles em parceria com o governo, visando melhorar ou manter o acesso a eletricidade e serviço de assistência ao consumidor	Governo e políticas públicas	
<b>EU26</b>	Práticas de remediação em resposta às constatações de não conformidade. Percentual da população não atendida em áreas com distribuição e serviços regulamentados.	Percentual da população não atendida com base na relação entre a população total e a população não atendida 1,93%	
<b>EU27</b>	Número de desligamentos residenciais por falta de pagamento, discriminados por duração do desligamento e por sistema regulatório.	Desligamentos residenciais	
<b>EU28</b>	Qual a frequência de interrupção de energia no ano (FEC)?	Qualidade nos serviços	
<b>EU29</b>	Qual a duração média de interrupções de energia no ano (DEC)?	Qualidade nos serviços	
<b>EU30</b>	Qual o fator de disponibilidade média da usina, discriminado por fonte de energia?	Disponibilidade média por usina	

Foto selecionada no concurso de fotografias "Empregados Eletrobras nos Esportes Olímpicos"



Colaboradora  
**Helen Albuquerque  
Borges de Miranda,**  
da Eletrobras Eletronuclear  
(Foto: Helen Albuquerque Borges de Miranda)

Tabela IBASE

(valores expressos em milhares de reais)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
<b>I. Recursos Humanos</b>				
<b>a. Remuneração</b>				
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	2015	2014	2015	2014
- Empregados	227.485	214.077	4.512.261	4.230.476
- Administradores	223.197	207.029	4.443.637	4.198.301
- Administradores	4.287	3.982	33.116	29.108
Relação entre a maior e a menor remuneração:				
- Empregados	13,68	13,09	-	-
- Administradores	1,16	1,15	-	-
<b>b. Benefícios Concedidos</b>				
Encargos sociais	2015	2014	2015	2014
Alimentação	72.895	64.541	1.361.287	1.206.869
Transporte	18.193	15.570	354.954	342.359
Previdência privada	1.364	685	26.602	23.106
Saúde	19.500	34.423	328.420	295.409
Segurança e medicina do trabalho	18.308	18.944	441.194	438.377
Educação ou auxílio-creche	1.429	4.310	33.949	28.769
Cultura	2.729	2.385	58.696	87.782
Capacitação e desenvolvimento profissional	0	0	2.383	2.540
Outros	2.181	2.460	58.458	55.089
Outros	43.113	37.687	487.400	777.938
<b>Total</b>	<b>179.713</b>	<b>181.005</b>	<b>3.153.344</b>	<b>3.258.238</b>
<b>c. Composição do Corpo Funcional</b>				
Nº de empregados no final do exercício	2015	2014	2015	2014
Nº de admissões	1.016	990	23.775	24.089
Nº de demissões	14	20	750	455
Nº de estagiários no final do exercício	8	21	509	870
Nº de empregados portadores de necessidade especiais no final do exercício	241	222	2.418	2.442
Nº de empregados portadores de necessidade especiais no final do exercício	9	9	450	407
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício	652	693	15.095	14.432
Nº de empregados por sexo:				
- Masculino	670	658	19.394	19.592
- Feminino	346	332	4.381	4.497
Nº de empregados por faixa etária:				
- Menores de 18 anos	0	0	0	111
- De 18 a 35 anos	201	255	4.952	5.312
- De 36 a 60 anos	713	655	16.788	16.835
- Acima de 60 anos	102	80	2.035	1.831
Nº de empregados por nível de escolaridade:				
- Analfabetos	0	0	0	0
- Com Ensino Fundamental	13	48	1.993	1.950
- Com Ensino Médio	107	136	4.953	5.114
- Com Ensino Técnico	0	0	6.544	6.340
- Com Ensino Superior	490	439	7.659	7.859
- Pós-graduados	406	367	2.626	2.826
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:				
- Masculino	0,75	0,75	-	-
- Feminino	0,25	0,25	-	-
<b>d. Contingências e passivos trabalhistas</b>				
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	2015	2014	2015	2014
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	1.399	702	13.895	12.582
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	95	3	1.610	1.857
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	194	145	1.279	1.814
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	1.735	2.259	140.521	200.593
<b>II. Interação da Entidade com o Ambiente Externo</b>				
<b>2.1 Relacionamento com a comunidade</b>				
Totais dos investimentos em:	2015	2014	2015	2014
Educação	71	20	8.513	8.691

Cultura	1.339	8.942	12.326	24.521
Saúde e infraestrutura	0	0	95.118	111.332
Esporte e lazer	0	988	1.203	4.064
Alimentação	0	0	269	891
Geração de trabalho e renda	0	143	4.174	3.934
Reassentamento de famílias	0	0	0	0
Outros	0	0	34.123	82.361
<b>Total dos investimentos</b>	<b>1.410</b>	<b>10.094</b>	<b>155.726</b>	<b>235.794</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)	0	0	7.728.506	7.556.422
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	0	0	348.874	386.824
<b>Total de Relacionamento com a Comunidade</b>	<b>1.410</b>	<b>10.094</b>	<b>8.233.106</b>	<b>8.179.040</b>
<b>2.2 Interação com os fornecedores</b>				
	2015	2014	2015	2014
<b>Crterios de responsabilidade social utilizados para a seleo de seus fornecedores:</b>				
Em todos os editais de licitao, as empresas proponentes apresentam as seguintes declaraes: DECLARA, sob as penas da lei que:				
1.1. Para fins do disposto no inciso V, do artigo 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condio de aprendiz, a partir de 14 anos;				
1.2. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forado, observando o disposto nos incisos III e IV, do artigo 1º, e no inciso III, do artigo 5º, da Constituio da Repblica Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988;				
1.3. Não est sob os efeitos de sano restritiva de direito decorrente de infrao administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei 9.605/98 – Lei de Crimes Ambientais.				
2. DECLARA, outrossim, conhecer e comprometer-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Codigo de tica das Empresas ELETROBRAS. No permitindo principalmente, a prtica ou a manuteno de discriminao limitativa ao acesso na relao de emprego, ou negativa com relao a sexo, origem, raa, cor, condio fsica, religio, estado civil, idade, situao familiar ou estado gravdico;				
Quando da apresentao da proposta, o proponente dever apresentar tambm: prova de regularidade com a Seguridade Social (CND), com o Fundo de Garantia por Tempo de Servio (CRF) e com a Justia do Trabalho (CNDT).				
Caso o proponente deixe de apresentar quaisquer dos documentos mencionados acima, sua proposta desclassificada.				
O fornecedor est fiscalizado quanto ao cumprimento da legislao trabalhista e previdenciaria, tendo de demonstrar situao regular no cumprimento dos encargos sociais e trabalhistas instituidos por lei, por meio da apresentao das provas de regularidade fiscal e trabalhista, relativas a Seguridade Social, Justia do Trabalho e ao Fundo de Garantia do Tempo de Servio (FGTS), nos atos da habilitao, da adjudicao e durante a vigncia do referido instrumento contratual.				
Algumas companhias inseriram em seus contratos clausulas de responsabilidade socioambiental com o intuito de compartilhar o compromisso com o desenvolvimento sustentvel do pas.				
<b>III. Interao com o Meio Ambiente</b>				
Investimentos e gastos com manuteno nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	0	840	250.327	83.530
Investimentos e gastos com a preservao e/ou recuperao de ambientes degradados	0	0	65.672	97.132
Investimentos e gastos com a educao ambiental para empregados, terceirizados, autnomos e administradores da entidade	138	3	5.215	1.466
Investimentos e gastos com educao ambiental para a comunidade	0	0	3.775	2.467
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	1.081	0	192.844	101.389
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	0	0	1.077	3
Valor das multas e das indenizaoes relativas a matria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	0	0	122	565
Passivos e contingncias ambientais	0	0	3.994	10.092
<b>Total de Interao com o Meio Ambiente</b>	<b>1.219</b>	<b>843</b>	<b>521.948</b>	<b>296.641</b>
<b>IV. Outras Informaoes</b>				
Receita Operacional Lquida (ROL)	2.497.392	2.708.903	32.588.838	30.137.807
Resultado Operacional (RO)	-13.792.291	-2.794.990	-14.243.546	-1.261.984

Foto selecionada no concurso de fotografias "Empregados Eletrobras nos Esportes Olímpicos"



Colaborador  
**Galvani Cavalcante,**  
da Eletrobras Furnas  
(Foto: Christian Dinesen)

Relatório de asseguuração



KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501  
www.kpmg.com.br

## Relatório de asseguração limitada dos auditores independentes

Ao Conselho de Administração, Acionistas e Demais Partes Interessadas  
Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobras  
Rio de Janeiro - RJ

### Introdução

Fomos contratados pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobras ("Eletrobras" ou "Companhia") com o objetivo de aplicar procedimentos de asseguração limitada sobre as informações de sustentabilidade divulgadas no Relatório Anual e de Sustentabilidade 2015 da Eletrobras, relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2015.

### Responsabilidades da administração da Eletrobras

A administração da Eletrobras é responsável pela elaboração e apresentação de forma adequada das informações de sustentabilidade divulgadas no Relatório Anual e de Sustentabilidade 2015 de acordo com as Diretrizes para Relato de Sustentabilidade da *Global Reporting Initiative - GRI (GRI-G4)*, com o suplemento setorial "*Electric Utilities Sector Supplement - RG Version 3.0/EUSS Final Version*" e com os controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é expressar conclusão sobre as informações divulgadas no Relatório Anual e de Sustentabilidade 2015, com base no trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com o Comunicado Técnico (CT) 07/2012, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade e elaborado tomando por base a NBC TO 3000 (Trabalhos de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000, emitida pela Federação Internacional de Contadores, aplicáveis às informações não financeiras históricas. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações divulgadas no Relatório Anual e de Sustentabilidade 2015, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.



Um trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000 (ISAE 3000) consiste principalmente de indagações à administração da Eletrobras e outros profissionais da Companhia que estão envolvidos na elaboração das informações constantes no Relatório Anual e de Sustentabilidade 2015, assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para obter evidências que nos possibilitem concluir na forma de asseguração limitada sobre as informações de sustentabilidade tomadas em conjunto. Um trabalho de asseguração limitada requer, também, a execução de procedimentos adicionais, quando o auditor independente toma conhecimento de assuntos que o levem a acreditar que as informações divulgadas no Relatório Anual e de Sustentabilidade 2015, tomadas em conjunto, podem apresentar distorções relevantes.

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação, materialidade e apresentação das informações constantes no Relatório Anual e de Sustentabilidade 2015 e de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre áreas e sobre os processos associados às informações materiais de sustentabilidade divulgadas no Relatório Anual e de Sustentabilidade 2015, em que distorções relevantes poderiam existir. Os procedimentos compreenderam:

- (a) planejamento dos trabalhos: consideração da materialidade dos aspectos para as atividades da Eletrobras, da relevância das informações divulgadas, do volume de informações quantitativas e qualitativas e dos sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração do Relatório Anual e de Sustentabilidade 2015 da Eletrobras. Esta análise definiu os indicadores a serem testados em detalhe;
- (b) entendimento e análise das informações divulgadas em relação à forma de gestão dos aspectos materiais;
- (c) análise dos processos para a elaboração do Relatório Anual e de Sustentabilidade 2015 e da sua estrutura e conteúdo, com base nos Princípios de Conteúdo e Qualidade das Diretrizes para Relato de Sustentabilidade da *Global Reporting Initiative - GRI (GRI-G4)*;
- (d) avaliação dos indicadores não-financeiros amostrados:
  - entendimento da metodologia de cálculos e dos procedimentos para a compilação dos indicadores por meio de entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações;
  - aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com os indicadores divulgados no Relatório Anual e de Sustentabilidade 2015;
  - análise de evidências que suportam as informações divulgadas;

- visitas às unidades e escritórios da Eletrobras para aplicação destes procedimentos, assim como dos itens (b) e (c);
- (e) análise da razoabilidade das justificativas das omissões de indicadores de desempenho associados a aspectos e tópicos apontados como materiais na análise de materialidade da Companhia;
- (f) confronto dos indicadores de natureza financeira com as demonstrações financeiras e/ou registros contábeis.

Acreditamos que as informações, as evidências e os resultados obtidos em nosso trabalho são suficientes e apropriados para fundamentar nossa conclusão na forma limitada.

#### Alcance e limitações

Os procedimentos aplicados em um trabalho de asseguração limitada são substancialmente menos extensos do que aqueles aplicados em um trabalho de asseguração razoável. Consequentemente, não nos possibilitam obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos que seriam identificados em um trabalho de asseguração razoável, que tem por objetivo emitir uma opinião. Caso tivéssemos executado um trabalho de asseguração razoável, poderíamos ter identificado outros assuntos e eventuais distorções que podem existir nas informações constantes no Relatório Anual e de Sustentabilidade 2015.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos. Adicionalmente, não realizamos qualquer trabalho em dados informados para os períodos anteriores, para a avaliação da adequação das suas políticas, práticas e desempenho em sustentabilidade, nem em relação a projeções futuras.

#### Conclusão

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações constantes no Relatório Anual e de Sustentabilidade 2015 da Eletrobras, não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as Diretrizes para Relato de Sustentabilidade da *Global Reporting Initiative - GRI (GRI-G4)*, com o suplemento setorial "*Electric Utilities Sector Supplement - RG Version 3.0/EUSS Final Version*" e com os registros e arquivos que serviram de base para a sua preparação.

São Paulo, 30 de Junho de 2016

KPMG Assessores Ltda.  
CRC 2SP034262/O-4 F-SP

Eduardo V. Cipullo  
Contador CRC 1SP135597/O-6

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.

Ricardo Algis Zibas  
Sócio Diretor



Informações corporativas



Foto selecionada no concurso de fotografias "Empregados Eletrobras nos Esportes Olímpicos"



Colaborador  
**Carlos Silva da Mota,**  
da Eletrobras Distribuição Alagoas  
(Foto: David Bezerra dos Santos)

A Eletrobras – Centrais Elétricas Brasileiras S.A. oferece diversos canais de contato com os públicos de relacionamento.

#### **Escritório Central**

Av. Presidente Vargas, 409 – 13º andar – Centro  
Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003  
Tel.: (21) 2514-5151

#### **Fale conosco – Site da Eletrobras > Fale Conosco**

Website – [www.eletrobras.com](http://www.eletrobras.com)  
Facebook – [www.facebook.com/Eletrobras](http://www.facebook.com/Eletrobras)  
YouTube – [www.youtube.com/user/SistemaEletrobras](http://www.youtube.com/user/SistemaEletrobras)  
Twitter – @Eletrobras

#### **Ouvidoria**

Av. Presidente Vargas, 409 – 17º andar  
Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003  
Tel.: (21) 2514-4526  
[www.eletrobras.com/ouvidoria](http://www.eletrobras.com/ouvidoria)  
[ouvidoria@eletrobras.com](mailto:ouvidoria@eletrobras.com)

#### **Canal Denúncia**

[www.eletrobras.com/canaldenuncia/denuncia@eletrobras.com](http://www.eletrobras.com/canaldenuncia/denuncia@eletrobras.com)

#### **Sucursais**

A Eletrobras mantém escritórios multinacionais:

- América Central e Caribe (Cidade do Panamá – Panamá)  
Edifício Torres de las Américas, piso 5  
Torre B, oficina 506 – Punta Pacífica
- Cone Sul (Montevidéu – Uruguai)  
Av. Luis Alberto de Herrera 1.248 Torre 2, oficina 311, CP – 11.300
- Andina (Lima – Peru)  
Calle Basadre 310 Oficina 601 B – San Isidro

#### **Relações com Investidores (RI)**

Tel.: (21) 2514-6331 ou (21) 2514-6333  
Fax: (21) 2514-5964  
Website – [www.eletrobras.com.br/elb/ri](http://www.eletrobras.com.br/elb/ri)  
Fale com o RI – [invest@eletrobras.com](mailto:invest@eletrobras.com)

#### **Instituição Depositária e Administradora da Carteira de Ações**

Eletrobras  
Banco Bradesco S.A.65  
Departamento de Ações e Custódia  
Tel.: (11) 3684-9441  
Fax: (11) 3684-3811

Caso tenha dúvidas sobre termos técnicos apresentados ao longo dessa publicação, acesse o Dicionário da Energia Elétrica Eletrobras, disponível em: [Eletrobras>Agência Eletrobras de Notícias>Comunicação Institucional](#)

**Canal para comunicação sobre esta publicação:**  
[sustentabilidade@eletrobras.com](mailto:sustentabilidade@eletrobras.com)

#### **Créditos**

Este Relatório Anual e de Sustentabilidade é o resultado do esforço da equipe das empresas Eletrobras. Agradecemos a participação e o comprometimento de todos.

#### Coordenação Executiva

- Superintendência de Planejamento, Gestão Estratégica e Sustentabilidade
- Assessoria de Comunicação e Relacionamento com a Imprensa

#### Edição e Coordenação Geral

- Comissão Executiva de Gestão da Sustentabilidade das Empresas Eletrobras

#### Coordenação de Coleta de Indicadores GRI e Textos

- RICCA RI

#### Projeto Gráfico, Diagramação e Infográficos

- AbóboraX Design

#### Fotos

- Acervo Eletrobras



MINISTÉRIO DE  
MINAS E ENERGIA

